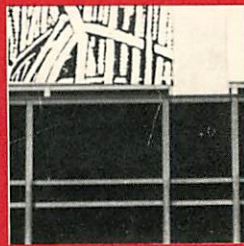


# DISCURSOS

## estudos de língua e cultura portuguesa

3



Fevereiro  
1993

Unidade Linguística  
Diversidade Cultural

## **DISCURSOS. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa**

---

### **Director**

Carlos Reis

### **Conselho de Redacção**

Ana Cristina Macário Lopes, Ana Nascimento Piedade, Ana Rita Navarro, Cristina Mello, Glória Bastos, Graça Nunes, Isabel Marnoto, J. L. Pires Laranjeira, Júlio Taborda, Maria do Rosário Cunha, Vivina de Campos Figueiredo

### **Conselho Editorial**

Ángel Marcos de Dios, Aníbal Pinto de Castro, Anxo Tarrío, Ellen Sapega, Fernando Venâncio, François Marchessou, Ivo Castro, João Camilo dos Santos, José Victor Adragão, Luiz Fagundes Duarte, Maria Aparecida Santilli, Maria Beatriz Rocha-Trindade, Maria Emília Ricardo Marques, Maria José Ferro Tavares, Maria Leonor Machado de Sousa, Maria de Lourdes Belchior, Maria Luísa Remédios, Óscar Lopes, Telmo Verdelho

### **Secretariado**

Graça Nunes

A revista *Discursos* publicará estudos incidindo sobre os seguintes domínios:

- Temas de reflexão linguística, tanto numa perspectiva sincrónica como sob um ponto de vista diacrónico.
- Temas de reflexão sociocultural, equacionados em função da evolução e expansão da Língua Portuguesa no mundo.
- Questões de natureza didáctica, orientadas para o ensino da Língua Portuguesa, em Portugal e no estrangeiro.
- Temas de reflexão literária, relacionados com a difusão da Literatura Portuguesa e com o seu ensino, sobretudo quando articulado com o da Língua e da Cultura Portuguesa.

DISCURSOS. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa

**UNIDADE LINGUÍSTICA  
DIVERSIDADE CULTURAL**

## DISCURSOS. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa

Número 3/Fevereiro de 1993

---

### Apresentação

9

#### Discursos: Unidade Linguística / Diversidade Cultural

Maria Isabel João	13	Unidade Nacional / Diversidade Regional. O caso dos Açores
Ana Rita Padeira Navarro	29	Viagens e viajantes: uma visão artística do Portugal de Setecentos
Carlos F. C. Carreto	37	A sombra de Babel. Em torno da variação no conto popular
Maria Luísa Sobral Mendes	53	Processamento da informação verbal em bilingues
Joana Miranda	61	Um olhar sobre o Outro: a Carta de Pêro Vaz de Caminha
Rosa Virgínia Mattos e Silva	75	Português brasileiro: raízes e trajetórias
Evanildo Bechara	93	A Língua dos modernistas: revolução ou tradição?
Lourenço do Rosário	109	Língua Portuguesa e Expressão Moçambicana

#### Inquérito: Lusofonia

121

#### Documento de trabalho

Ana N. Piedade e Glória Bastos	137	A Questão da Língua A Língua em Questão
--------------------------------	-----	--

#### Em Tempo

151

## APRESENTAÇÃO

---

O terceiro número de *Discursos* contempla o tema genérico *Unidade linguística, diversidade cultural*. Tema candente e de contornos eventualmente polémicos, ele é também desafio a um debate cujas grandes linhas de reflexão desde já se enunciam.

A **unidade linguística** do Português, no nosso tempo (que é o de um fim-de-século marcado, na nossa História recente, pela descolonização e suas sequelas), constitui um conceito susceptível de relativização. Se é certo que o Português falado em Portugal se apresenta como idioma dotado de considerável unidade — descontadas, naturalmente, oscilações de incidência geolinguística e sociolinguística — também é certo que essa unidade pode ser agora problematizada, quando a reflexão se exerce sobre o estatuto do nosso idioma, como grande **língua transnacional**, para mais com reconhecidas e legítimas aspirações de afirmação na comunidade internacional.

De há muito que se questiona a relação complexa e melindrosa entre as duas variantes — a propriamente **portuguesa** e a **brasileira** — do Português, relação de novo sujeita a discussão acesa, quando o Acordo Ortográfico (fazendo reaparecer fantasmas que alguns julgavam desaparecidos) foi discutido e aprovado; há muito também que o galego, por razões histórico-políticas conhecidas, procurou autonomizar-se e recuperar uma dimensão própria de Língua de Cultura: o renascimento nacionalista do século XIX e a afirmação, em galego, de escritores como Rosalía, Pondal e Curros Enríquez foram tão-só manifestações visíveis de uma movência linguístico-cultural ainda não estabilizada. Levanta-se agora a questão de saber até onde é possível (e como e com que rigor) continuar a afirmar a unidade do Português, quando pensamos no seu **destino africano**. Um destino regido a partir da independência de cinco novos países e condicionado por (não raro árduas e dramáticas) circunstâncias políticas, sociais, económicas e culturais vividas por esses países.

A **diversidade cultural** que atravessa o grande espaço da **lusofonia** — designação certamente não isenta de controvérsia, como é atestado pelos testemunhos que aqui se recolhem — constitui uma realidade que dispensa demonstração, sendo certo até que essa diversidade atinge o interior do próprio espaço português. Mas para além disso, pode procurar saber-se como se decide a tensa articulação **Língua/Cultura**, no quadro de uma tal diversidade; e ainda

como a nossa identidade cultural, entendida como preocupação de **autognose**, é esboçada não apenas por aqueles que falam o Português como Língua materna (devendo-lhe, assim, de certa forma, o seu fundamental e mais remoto conhecimento do mundo e dos outros), mas também por aqueles que, olhando-nos **do exterior**, tendem a configurar como nossa a imagem que construíram.

Nos artigos que a seguir se publicam encontram-se privilegiadas, de modo explícito ou apenas em filigrana, estas (e outras) questões. Por exemplo: a posição de regiões culturalmente **periféricas** (como os Açores), no seu diálogo, nem sempre fácil, com o todo nacional; a questão do **olhar** que lançámos sobre o exterior (o Brasil, por exemplo) que fomos conhecendo como realidade cultural e também a daqueloutro **olhar** que, vindo de fora, no trajecto de outras **viagens**, nos apreciou e de certa forma julgou. E ainda: a específica condição de existência do Português que, no Brasil e em África, representa fenómenos e cenários bem diversos dos europeus; ou ainda o **diálogo** problemático com o Português de falantes atingidos pelo fenómeno do **bilinguismo**.

De tudo isso se fala aqui — e do mais que adiante se verá. De tudo isso e também da preocupação que grandes escritores da nossa Literatura manifestaram (e que se traduz em depoimentos reunidos em local próprio), relativamente à **questão da Língua**; o que era, para eles, também uma forma de reflectir sobre a situação da Literatura Portuguesa, lugar de depuração e instância de afirmação cultural da **Língua Portuguesa**.

Carlos Reis

**DISCURSOS: Unidade Linguística/Diversidade Cultural**

---

## Unidade Nacional Diversidade Regional: o Caso dos Açores

Insularidade – ponderei – mas insular é o próprio continente português, cercado de solidão por todos os lados! Insular é o próprio globo em relação ao mundo universo! O que são as viagens à lua, senão tentativas de fuga à insularidade da Terra? A insularidade é uma situação, não uma condenação ... (Torga, 1973: 82).

Foi através do Atlântico que se estabeleceram também as relações mais distantes da terra e da gente. Desvendadas as rotas oceânicas, por elas se fez a expansão portuguesa: em ilhas atlânticas se realizaram os primeiros ensaios de colonização europeia, tornando-as, a despeito de estultas veleidades de «libertação», mais próximas de algumas províncias portuguesas do que estas entre si. (Ribeiro, 1987: 166).

### 1. A Nação Portuguesa: unidade na diversidade

A Nação é o resultado de um processo histórico de construção de uma identidade e unidade em que os factores de ordem política desempenham um papel essencial, a par de outros de ordem geográfica e etnocultural que constituem o próprio fundamento de todo o edifício.

Orlando Ribeiro salientou o carácter dual do território português do continente, devido ao entrelaçar de influências atlânticas e mediterrânicas,

---

Maria Isabel João é Assistente convidada de Didáctica na História da Universidade Aberta. É autora de uma tese de Mestrado intitulada *Os Açores no séc XIX. Economia, sociedade e movimentos autonomistas*. Prepara um doutoramento sobre a temática das Comemorações.

segundo uma linha de interpretação da realidade nacional que remonta a autores do século XIX, como Andrade Corvo e Basílio Teles. «Grosso modo, — segundo as suas palavras — podem opor-se o Norte e o Sul» (Ribeiro, 1987: 165), mas sem esquecer que a diferenciação do território é mais complexa, distinguindo-se o Norte atlântico do Norte interior, as planícies abertas e amenas das zonas montanhosas, de acesso mais difícil e austeras.

O desenvolvimento da faixa litoral, em parte devido às condições mais propícias para a agricultura e à existência de rios navegáveis, penetrando o território perpendicularmente à costa em parte, ainda, devido a uma opção política da Coroa de virar costas à fronteira interior, isto é, a Castela, possibilitou a afirmação de uma individualidade no contexto da Península Ibérica. Situação que o processo da expansão e dos descobrimentos viria a acentuar com a criação de um vasto Império disperso pelos quatro continentes e ligado à metrópole pelo mar. Ao mesmo tempo, crescia a importância do litoral e a macrocefalia da capital do Reino e do Império afirmava-se ao nível nacional. Foi a concentração do poder, das riquezas e das classes privilegiadas em Lisboa que acabou por moldar a unidade do País, durante a Idade Moderna. Uma unidade cujos pilares têm sido a litoralidade e a convergência atlântica, a par de uma presença relativamente forte do poder centralizador.

Contudo, no fundo, subsiste uma grande diversidade. Desde logo, de ordem geográfica e como resultado do entrecruzar dos elementos atlânticos e mediterrânicos, de que fala Orlando Ribeiro, e, em seguida, devido ao autêntico *melting-pot* peninsular e a um processo histórico em que as forças unificadoras não excluem a presença doutras de cariz divergente. Se a Coroa e a Igreja foram desde o início importantes factores de unificação, o processo da conquista e povoamento do território associado à divisão político-administrativa cimentaram particularismos. Mas, já na época contemporânea, a afirmação do Estado moderno e a formação do espaço económico nacional, através da complementaridade e das trocas entre regiões, a generalização da escolaridade e do serviço militar obrigatório esbatem ainda mais as diferenças herdadas de períodos anteriores. Apesar disso, não as anulam, mantendo-se vivas, no xadrez nacional, variantes, ou somente cambiantes, regionais.

A divisão em províncias, cujos limites podemos fazer remontar bastante longe no tempo, mas que já encontramos claramente esboçada nas comarcas do início do século XV (Santos, 1985: 30), é talvez a expressão dessa diversidade, se bem que imperfeita. Mas estas unidades territoriais mais vastas confinaram-se, no reinado de D. João III, a uma mera divisão histórico-corográfica, sem qualquer órgão de poder ou autoridade representativa. Uma situação que se viria a manter até aos nossos dias, apesar das experiências pontuais de inspiração francesa que ocorreram durante as invasões napoleónicas, com os corregedores-

-mores das províncias instituídos por Junot, e na sequência da legislação de Mouzinho da Silveira, com a criação da figura do Prefeito e da Junta Geral de Província.

A enraizada tradição de unidades administrativas mais pequenas e a natural resistência das autoridades e dos grupos detentores do poder local, de base micro-regional, inviabilizaram os intuitos amplamente reformadores desta reorganização administrativa liberal. O consenso só foi possível ao nível dos distritos e dos concelhos. Os primeiros desempenhando a função de mediadores entre um poder central relativamente forte e interveniente em todas as instâncias da vida da Nação e um poder local que tem conservado, através dos séculos, um vigor notável.

Por isso, a diferenciação provincial não se traduziu em regionalismos em Portugal, até uma época recente. Isto é, não tem havido movimentos de cariz político-ideológico e cultural que visem preservar uma identidade regional e alargar a respectiva autonomia no quadro do Estado nacional. As únicas exceções são as antigas províncias ou «ilhas adjacentes» dos Açores e da Madeira, hoje transformadas em Regiões Autónomas.

O primeiro movimento autonomista desencadeou-se a partir de Ponta Delgada, em 1893-94. Nesse período, não só o horizonte espacial das reivindicações não era ainda a região, mas também o que estava em causa eram problemas de ordem meramente político-financeira (João, 1991: 301-302). Em 1895, o distrito de Ponta Delgada obteve o primeiro estatuto administrativo especial, de feição descentralizadora, que se estendeu ao distrito de Angra do Heroísmo, em 1898, e ao da Madeira, em 1901. O distrito da Horta excluiu-se, por vontade própria, deste processo reivindicativo. Não estamos, ainda, em presença de movimentos verdadeiramente regionalistas.

Nos anos Vinte do presente século, numa conjuntura grave de crise económica e política para o País, e numa altura em que estava em causa uma reorganização administrativa, irromperam movimentos regionalistas cuja expressão mais visível foram os Congressos provinciais e a fundação de várias Casas Regionais, na capital. Mas foi nas ilhas, em particular em S. Miguel, que o movimento adquiriu maior radicalismo, mesclando-se com a reacção monárquica e conservadora aos governos republicanos. Uma vez mais, não se conseguia agregar todas as ilhas numa frente comum de âmbito regional, em particular nos Açores, enquanto no continente o movimento não passava de um esboço de regionalismo, demasiado incipiente para moldar consciências e ter repercussões na orgânica da sociedade portuguesa.

Só após o golpe de estado de 25 de Abril de 1974, numa conjuntura de desagregação do poder político e de enfraquecimento do centro polarizador da Nação, se constituíram as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ao mesmo tempo, no continente ganhava novamente expressão a tradicional dicotomia entre o Norte e o Sul e o País parecia dividir-se<sup>1</sup>, mas sem chegar tal tensão a traduzir-se em movimentos políticos de base regional. Como resultado da implantação do regime democrático, o que emergia com uma pujança cada vez maior, em Portugal continental, era um movimento autárquico de raiz concelhia. Por isso, é correcto afirmar-se que «a característica mais notável da territorialidade dos portugueses é o localismo, que se manifesta frequentemente em dois níveis institucionalizados: freguesia (sobretudo no Norte) e concelhos» (Gaspar, 1982: 102).

No caso dos arquipélagos atlânticos portugueses, esta constatação também é verdadeira, mas tem de ser matizada com outros cambiantes: os de tipo geográfico — a insularidade — e os sócio-políticos que se prendem com a existência de elites locais que pretendiam gerir unidades administrativas mais amplas que a concelhia, demasiado diminutas para viabilizar financeiramente o seu poder e relativa autonomia. Por isso, a criação das Juntas Gerais Autónomas, de âmbito distrital, retirou competências e dinamismo às Câmaras das ilhas, que foram transferidas para aqueles órgãos. Noutro contexto histórico, o mesmo se tem verificado na vigência dos governos regionais, pós-25 de Abril. Mas a característica mais evidente da territorialidade insular é a própria ilha e, dentro desta, o concelho e a freguesia, como no continente, situando-se, portanto, numa escala de grandeza inferior à região. Daí derivam os acentuados «bairrismos» ilhéus.

Serve esta brevíssima introdução para reafirmar o seguinte: «nation est un peuple ayant une unité culturelle qui intègre une forte diversité, unité tissée au fil des siècles, sur un territoire aux frontières tracées mais autour d'un noyau central à vigoureuse consistance; peuple qui affirme la volonté d'autonomie dans sa façon de vivre, abrité sous des institutions de pouvoir autant que possible déterminées dans leur forme et dans leurs décisions par les citoyens nationaux eux-mêmes» (Godinho, 1982: 27).

No caso da Nação portuguesa, esse núcleo central, «espécie de tronco antigo e robusto», nas palavras de Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1987: 166), foram as gentes e os elementos civilizacionais provenientes do Norte Atlântico. Se eles alicerçaram a identidade portuguesa, a viragem atlântica forjou uma Nação fragilmente presa ao continente europeu, acentuando essa condição de extremo ocidente, de «finisterra com vocação contraditória e alternante de isolamento e de relações marítimas distantes» (Ribeiro, 1979: 133), que encontra a sua real dimensão projectando-se nos arquipélagos atlânticos da Madeira e dos Açores.

---

<sup>1</sup> Essa questão foi vivida com tal intensidade que está presente em duas obras maiores da historiografia contemporânea portuguesa: *Identificação de um País*, de José Mattoso, dada à estampa em 1985, e *A Formação do Espaço Económico Nacional*, de David Justino, prémio Gulbenkian em 1986.

## 2. A Identidade Regional

A unidade nacional, entendida na sua dimensão política e cultural, não invalida a existência de identidades regionais, isto é, de um conjunto de traços sócio-culturais diferenciadores e característicos de uma dada comunidade, radicada num espaço tradicionalmente identificado com a Província. Esta delimitação espacial apresenta várias dificuldades práticas que se prendem com a demarcação das fronteiras das províncias e com a diversidade interna que, muitas vezes, as caracteriza. Mas é a que melhor configura a existência de realidades geo-históricas susceptíveis de estabelecer a destriça entre o plano nacional e o local.

A identidade regional não é um dado *a priori*, constrói-se através do tempo pelo enraizamento num território e pela vivência comum das populações que o habitam, e traduz-se num sentimento de pertença a uma região, representada mentalmente pelo conjunto dos sítios, das paisagens e das gentes que lhe dão a sua feição especial.

O primeiro elemento que deve ser tido em conta para caracterizar uma identidade regional é, pois, o território. No caso do arquipélago dos Açores, as fronteiras estão naturalmente definidas pelo mar e a região define-se, em termos geográficos, pela homogeneidade geofísica e climática que caracteriza as nove ilhas. Não vale a pena referir esses aspectos geográficos porque são sobejamente conhecidos. Mas já a outra característica inerente ao território açoriano — a insularidade — merece que nos detenhamos nela.

Insularidade é um conceito que tem sido objecto de controvérsia. Mas, de forma constante, associa-se a insularidade à ideia de isolamento e, por isso, alguns autores não a têm considerado uma característica das ilhas em geral, mas de todas as regiões, insulares ou não, que se encontram distantes dos principais centros de civilização e são de difícil acesso. Não é o caso dos Açores que, tal como outras ilhas situadas no Atlântico e no Mediterrâneo, se encontraram durante séculos na rota de importantes tráfegos. Contudo, é importante ressaltar que nem todas as ilhas e zonas dos Açores tiveram a mesma facilidade de contactos com o exterior e algumas permaneceram ao longo dos tempos bastante isoladas. A ilha do Corvo ou o Nordeste, em São Miguel, são exemplos extremos desta situação que também encontramos em muitas zonas serranas e da fronteira interior do continente português.

A importância da insularidade manifesta-se ao nível da territorialidade dos açorianos e na dificuldade que têm de representar o seu mundo para além do horizonte da própria ilha. Esta observação não é igualmente válida para todos os açorianos e em todas as épocas históricas, porque depende de factores como as comunicações e a mobilidade das populações, a informação e a cultura. Mas não

tem deixado de ser um traço evidente da história dos Açores, cuja dificuldade consiste precisamente em compreender esse *puzzle* que é o arquipélago.

Um sistema ecobiológico com características bem marcadas e a descontinuidade territorial são, por conseguinte, os aspectos basilares da identidade dos Açores. Sobre eles se erguem outros elementos de tipo sócio-cultural, cuja tónica não é a diferença em relação aos outros portugueses mas, bem pelo contrário, a identidade. As variantes regionais, quando existem, são de grau e não de fundo.

Começemos pela língua. O português distingue-se nas ilhas açorianas por variantes dialectais, sobretudo de carácter fonético e lexical. Mas há também variações de ordem micro-regional entre as ilhas e até dentro da mesma ilha. Em dada altura, insistiu-se muito em descobrir nos falares açorianos arcaísmos capazes de caracterizar a linguagem popular e corroborar a tese do isolamento insular, o que não veio a ser comprovado pela investigação. Luís da Silva Ribeiro afirma, em 1943: «Muitos dos arcaísmos que aqui se usam existem igualmente em diferentes falares do povo do continente, e se alguns aí não ocorrem já, o seu número, por bastante limitado, não pode ser suficiente para caracterizar a linguagem terceirense» (Ribeiro, 1982: 276). Por sua vez, José Leite de Vasconcelos defendia que os falares micaelenses representavam a fase mais evolucionada do português, situando-se o mais arcaico em Melgaço (Vasconcelos, 1926: 49).

A falta de estudos aprofundados sobre variantes regionais do português e, sobretudo, de carácter comparativo não possibilita qualquer conclusão geral sólida, mas parece ser um facto que as diferenças em relação ao padrão linguístico são pouco pronunciadas, no caso dos Açores. Mesmo a forte corrente migratória que, primeiro, se dirigiu para o Brasil e, depois, para a América do Norte não impregnou os falares das ilhas de termos ou construções gramaticais importadas. Os anglicismos que correm na linguagem comum são poucos e, geralmente, formas deturpadas e aportuguesadas do original: *alverós* (overall), *sulipas* (slippers), *suera* (sweater), etc. (Ribeiro, 1982: 250).

O folclore é o segundo aspecto que abordaremos. Composto pelo conjunto de tradições orais, usos e costumes, crenças e manifestações diversas da cultura e da identidade profunda de um povo, é através dele que melhor nos podemos aperceber das diferenças regionais. Há, nos Açores, alguns traços de carácter regional típicos, mas a nota mais saliente é a filiação directa nas tradições populares existentes em várias regiões do continente.

Na música popular há «melodias genuinamente portuguesas; outras revelam influência afro-americana, como indicam os nomes de algumas, o *Charamba*, o *Lundum*, a *Fofa*» (Ribeiro, 1982: 802), que foram moda no continente, noutras épocas. Mas «predominam os andamentos vagarosos e as danças são em regra arrastadas com movimentos lentos», apesar de haver canções mais alegres como o *Pezinho*, de São Miguel, e a *Chamarrita*, do Faial (*Idem, ibidem*). «De qualquer

modo, a música tradicional açoriana é indissociável da música tradicional portuguesa e uma questão que sinceramente nos pomos é se (...) o seu grau de individualização será maior que o da música de qualquer outra região do continente» (Câmara, 1980: 26-27). Um problema ao qual só estudos comparativos aprofundados poderão dar resposta.

O cancioneiro popular não apresenta variantes significativas em relação às cantigas do continente (Ribeiro, 1982: 237). Mas o romanceiro parece ser bastante rico e bem conservado, mercê de homens interessados como Almeida Garrett, Teófilo Braga e João Teixeira Soares que fixaram por escrito a tradição oral. Os Açores apresentam variantes locais das versões ibéricas originais e, sobretudo, conservam temas e formas bastante arcaicas e próximas do cantar de gesta que lhes deu origem (Fontes, 1986: 206).

Quanto a superstições, crenças, práticas mágicas e lendas, Luís da Silva Ribeiro é de opinião que «nada há que mereça referência especial, pois tudo o que se passa nas ilhas é, com poucas variantes, o que se dá no Portugal continental» (Ribeiro, 1982: 806). Faz, aliás, um interessante levantamento de superstições que são comuns ao continente português, aos Açores e ao Brasil, região do Ceará (Ribeiro, 1982: 517-539).

A tecnologia tradicional agrícola dos Açores reproduz os instrumentos e técnicas utilizadas nas várias regiões do continente, com pequenas variantes regionais e grande diversidade de soluções de pormenor dentro do próprio arquipélago que resultam, de modo geral, da adaptação às condições geofísicas e climáticas específicas e dependem da criatividade dos artesãos locais. Só nalguns casos se constata a existência de tecnologias que não têm paralelo em Portugal continental: certos processos de secagem e armazenagem do milho, os moinhos de vento do tipo dito «holandês» de São Miguel, Santa Maria, Graciosa e Terceira e do tipo giratório com pedestal de pedra do Pico, Faial e Graciosa (Oliveira e Pereira, 1987: 73).

Outro aspecto que pode ser crucial para definir a identidade cultural de um povo é a religião. Mas, também neste assunto, não há efectivamente diferenças de fundo em relação ao resto do País. O que tem sido notado é a persistência mais viva de alguns ritos e cultos que quase desapareceram no continente, nomeadamente «as festas do Espírito Santo». Este culto, levado pelos primeiros povoadores portugueses para as ilhas, parece ter desempenhado, desde o início, um papel importante nas relações de solidariedade no interior das comunidades (Enes, 1991: 255). A sua longa duração pode ser tanto o resultado dos condicionalismos geográficos como de factores institucionais. Fernanda Enes refere, para o período da Reforma Tridentina, a «lentidão e insuficiência» dos agentes da Igreja, assim como a «contemporização» que possibilita a subsistência de práticas onde o sagrado e o profano se interpenetram (Enes, 1991: 279).

Luís da Silva Ribeiro, entre outros, atribui aos açorianos uma religiosidade especialmente intensa, motivada pelos fenómenos vulcânicos. E, nesta ordem de ideias, defende que «a noção de Deus vingador e terrível se sobrepõe à de Deus misericordioso, Deus caridade e amor» (Ribeiro, 1983: 526). Nenhuma destas observações pode ser demonstrada sem estudos sociológicos sérios e comparativos. Mas se olharmos para o que se passa no continente, constatamos que há diferenças significativas da prática religiosa consoante as regiões e, sobretudo, entre os meios urbanos e os rurais marcados pela pequena propriedade e relações mais estreitas de vizinhança. Nos últimos, como nas ilhas açorianas, o apego às tradições e aos ritos e cultos religiosos mantêm-se mais fortes.

O arquétipo de Deus referido também não parece ser específico dos açorianos, mas antes a consequência de uma religião institucionalizada que fez da noção de culpa e de pecado as traves-mestras do controlo das consciências e dos comportamentos (veja-se a obra de Virgílio Ferreira, *Manhã Submersa*). Apesar disso, entre a religiosidade sofrida, torturada dos Romeiros micaelenses ou dos penitentes de Fátima e a religiosidade alegre das «festas do Espírito Santo» ou das romarias dos santos padroeiros há vários cambiantes, mas todos eles protagonizados pelo mesmo povo dentro de uma única religião.

A região dos Açores também não se distingue por comportamentos sócio-demográficos específicos, sendo bastante afectada pela paulatina diminuição do número de habitantes e pelo envelhecimento da população, à semelhança de outras zonas do País onde a emigração se faz sentir fortemente.

Um facto diferencia o arquipélago dos Açores: a emigração dirige-se maioritariamente para a América do Norte, contribuindo para criar laços especiais com o outro lado do Atlântico. E isso, associado ao papel geoestratégico que as ilhas têm desempenhado neste século, é um elemento fundamental da consciência regional dos açorianos.

Um aspecto sócio-demográfico que gostaríamos de referir é a ruralidade. É um facto que, tal como noutras regiões do continente, a actividade agro-pecuária tem sido dominante nos Açores. Uma actividade caracterizada, de modo geral, pela reduzida dimensão e pelo carácter familiar das explorações. Estamos, por isso, em presença de uma sociedade marcadamente camponesa. A única alternativa ao trabalho do campo é os serviços, sobretudo o funcionalismo público. A indústria e a pesca desempenham um papel relativamente pouco importante na economia dos Açores.

A mentalidade dominante oscila, assim, entre a tradição camponesa e o conservadorismo do funcionário, ambos tementes de Deus e dos Chefes, respeitadores da Ordem e naturalmente desconfiados da mudança. Atitudes que aparecem estreitamente ligadas ao individualismo e a um acentuado desinteresse pela acção cívica e política (veja-se os elevados índices de abstenção eleitoral).

Mas estes valores e comportamentos sociais não são específicos da realidade açoriana. De uma forma ou de outra, estão presentes no tecido da sociedade portuguesa e, em particular, nas regiões que apresentam níveis mais baixos de desenvolvimento.

Um campo de análise dos mais escorregadios e complexos é a psicologia colectiva. Se compulsarmos o que tem sido escrito sobre os portugueses (Dias, 1971; Leão, 1960 e 1971; Lourenço, 1978; Saraiva, 1981) e os ensaios sobre os açorianos (Nemésio, 1932; Ribeiro, 1936; Agostinho, 1963), facilmente chegamos à conclusão que as características atribuídas aos últimos não os diferenciam do conjunto nacional.

Terão os açorianos, em relação aos outros portugueses, uma «predominante capacidade de adaptação»? (Nemésio, 1932: 120). Será a saudade mais forte nos Açores? (Ribeiro, 1983: 535). E a indolência, essa imagem dos povos do sul construída por oposição aos do norte da Europa, industrializada e protestante, é mais marcante nas ilhas açorianas? O *azorean torpor* — se existe — é uma fatalidade do clima ou o resultado de um estágio de desenvolvimento sócio-económico? As tintas da tristeza e da melancolia são mais negras nos açorianos?

Se continuarmos a esmiuçar o perfil psicológico que tem sido traçado dos açorianos as diferenças assinaladas referem-se à gradação. De resto, as características apontadas encontram-se por todo o lado:

- Dá a impressão de pouco vertebrado e disposto a sustentar os riscos de uma atitude decidida (Nemésio, 1932: 134);
- A pequena vizinhança é o seu tipo de agregação (*Idem, ibidem*);
- É inventivo, tenaz, paciente (...) (*Idem, ibidem*);
- Tenazes, (...) mas submissos por necessidade, medrosos e apáticos por índole, tornaram-se dissimulados e manhosos (Ribeiro, 1983: 542);
- Hoje, o povo açoriano, morigerado e pacato, ordeiro, económico, sóbrio, pacífico, mais ou menos indolente, já não é servil (*Idem, ibidem*).

Vitorino Nemésio distingue dois tipos psicológicos dominantes: o micalense e o açoriano das «ilhas de baixo», onde diferencia ainda o terçeirense e o habitante do Pico. Não há, portanto, uniformidade no microcosmos açoriano aos olhos deste observador perspicaz. Mas Nemésio deixa-se embalar mais pela beleza literária das suas frases e pelo sentimento do que pelo rigor da análise. Um exemplo:

(...) a alma do ilhéu exprime-se pelo mar. O mar é não só o seu conduto terreal, como o seu conduto anímico. As ilhas são o efémero e o contingente; só o mar é eterno e necessário. (Nemésio, 1932: 140).

Muito belo ... Mas os açorianos sempre viveram da terra, voltando as costas ao mar, e as cantigas populares não reflectem «uma forma original e característica de encarar o mar que mostre ter ele causado nos homens das ilhas uma impressão diversa da que causa na gente do continente» (Ribeiro, 1982: 240). A observação de Nemésio só é, assim, verdadeira para Antero de Quental que teve uma especial predilecção pelo mar — e, possivelmente, para outros poetas cultos dos Açores. Em São Miguel, falava-se do poeta como «um rapaz que passava as tardes ali no cais, a olhar para o mar» (Carreiro, 1981: 76); uma originalidade que se tornou notada.

Mais discutível ainda é a atracção do mar sobre os ilhéus que teria tornado «a emigração quase uma necessidade instintiva» (Ribeiro, 1983: 555). Qualquer gráfico sobre a evolução dos fluxos emigratórios mostra a persistência deste fenómeno e a sua relação com as conjunturas de crise sócio-económica. Necessidade instintiva ou necessidade económica? A resposta teria de passar por uma análise sociológica das motivações dos emigrantes açorianos. Será que fugir das ilhas e procurar horizontes mais alargados é uma delas? A forma como reproduzem em terras americanas os modos de viver das ilhas de origem parece contradizer essa ideia.

Sem pôr em causa a nacionalidade dos açorianos, antes a reforçando, Vitorino Nemésio vê no açoriano «verdadeiramente típico (...) um exemplar aproximado do português da segunda metade de Quatrocentos» (Nemésio, 1932: 120). Na mesma ordem de ideias, Luís da Silva Ribeiro tinha afirmado, em 1919, que o açoriano é «o português puro que nas épocas gloriosas da nossa história se isolou no meio do Atlântico» (Ribeiro, 1983: 6).

De facto, nem o açoriano se isolou, uma vez que o arquipélago foi uma autêntica placa giratória do tráfego atlântico, nem é possível garantir, vários séculos passados, a pureza das linhagens insulares. Mais plausível é o contrário. Mas é muito importante salientar que tanto Vitorino Nemésio como Luís da Silva Ribeiro, afinal os criadores da «açorianidade», afirmem a profunda identidade portuguesa dos açorianos. Levando o seu raciocínio até ao fim, teríamos de dizer que os açorianos são mais portugueses que os outros! Esta ideia esteve presente, de forma muito viva, no movimento conhecido por «açorianismo», nos anos Vinte. Num período de grave crise nacional, o reencontro com as raízes mais profundas, a tradição e o passado apareciam aos olhos da elite açoriana como a única forma de preservar a sua terra da degenerescência. Uma atitude conservadora que traduzia, para um plano regional, as correntes ideológicas nacionalistas da época.

### 3. A Consciência Regional

Em suma, aquilo que podemos considerar, com segurança, especificidades sócio-culturais regionais dos Açores resume-se às variantes dialectais, diversos aspectos do folclore e das artes e técnicas populares. De resto, a religião, o modo de vida rural, as estruturas sociais e mentais, até mesmo a psicologia dos açorianos não são substancialmente diferentes do que encontramos noutras regiões do País.

A discussão sobre estes temas tem-se posto sempre em termos de gradação, mas tomando como referência um arquétipo do português — o continental — que, na verdade, não existe. Os portugueses do continente, tal como os das ilhas atlânticas, caracterizam-se pela presença de estruturas sócio-culturais identitárias bastante marcadas, mas há gradações e, por vezes, diferenças de ordem espacial e social que os tornam irredutíveis a um único modelo.

O aspecto mais marcante da diferença entre os arquipélagos atlânticos e o resto do País não é sócio-cultural, mas geográfico. A descontinuidade territorial e a distância, associadas a uma ambiência natural muito particular, funcionam como elementos primordiais de uma consciência que se afirma pela insularidade e a oposição ao «continente».

Na consciência nacional os termos da alteridade colocam-se entre **Nós** — portugueses — e os **Outros** — espanhóis e, de modo geral, estrangeiros. Essa consciência também existe nas ilhas, manifestando-se claramente nas relações com os outros nos países de emigração. Mas, no plano interno, a diferença estabelece-se entre **Nós** — açorianos ou madeirenses — e os **Outros** — «continentais». Entre as regiões de Portugal continental também se manifesta a consciência de identidade regional, mas afirma-se mais por si-própria do que pela oposição aos outros. A razão é simples: para os portugueses do continente os outros são minhotos, transmontanos, beirões, etc., isto é, não são redutíveis a um único tipo. Enquanto que para os habitantes das ilhas, a descontinuidade geográfica e a distância estabelecem a dicotomia e, de certo modo, cavam um fosso.

É claro que os factores geográficos não explicam tudo. Há razões históricas que contribuíram decisivamente para essa situação. Durante séculos, os arquipélagos atlânticos tiveram um sistema de administração particular e os laços com o Reino e a Coroa foram ténues. Por isso, dispuseram de moeda própria — moeda insulana ou fraca — com câmbio inferior à reinícola que só acabou neste século, nos Açores. A posição geoestratégica facilitou as trocas comerciais e os contactos directos com vários países e, sobretudo, com as potências que, sucessivamente, dominaram o Atlântico — os espanhóis, os ingleses e, por último, os norte-americanos. Apesar de isso estar enquadrado na estratégia definida pelo Estado português e ser um factor de unidade nacional, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos não deixaram, nalguns momentos, de constituir uma forte atracção para

as elites insulares, chegando-se a defender o seu protectorado nas páginas da imprensa local.

As relações económicas entre as ilhas e o continente nunca foram fáceis. De vez em quando salta para as páginas dos jornais o problema da banana da Madeira ou dos lacticínios dos Açores, cujo principal mercado é o continente. Simplificando razões, podemos dizer que os produtores e fabricantes das ilhas desejam garantias político-económicas para a colocação dos seus géneros no mercado continental e nem sempre conseguem obtê-las. Não é, evidentemente, um problema específico dos arquipélagos atlânticos. Outras regiões e sectores da economia nacional têm sentido o mesmo tipo de dificuldades que derivam tanto da concorrência como das políticas conjuntamente seguidas pelos governos. Mas nas ilhas essas situações são vividas como uma incompreensão e agressão dos «continentais» aos interesses insulanos. A descontinuidade territorial e o facto de o centro do Poder se encontrar fora e distante têm sido factores decisivos para tal percepção das coisas.

Além das relações económicas, e certamente por causa delas, desde o final do século XIX se começaram a colocar problemas político-administrativos e financeiros. As oligarquias locais pretendiam ver reduzidos os embaraços criados pela administração central ao seu poder e dispor de maior autonomia para gerir os dinheiros públicos. Acompanhando a par e passo as reivindicações políticas, o discurso regionalista procura fundamentar-se em reais ou supostas diferenças étnicas e sócio-culturais dos açorianos.

Em 1892, no preâmbulo do projecto de lei que apresentou na Câmara dos Deputados, Aristides da Mota introduz a questão nos seguintes termos:

Essa mesma situação [geográfica] importa uma diferença notável do meio physico em que vivem os povos açorianos e os da metropole, e com elle, necessariamente, uma diferença do meio social. Não só são diferentes os productos do solo, em qualidade e quantidade especifica, não só são diferentes as condições de trabalho, da agricultura, do commercio e da navegação; mas ainda a acção do clima, do insulamento, das relações com povos de outras raças, especialmente devidas à emigração, e por isso muito impressivas, têm dado à população açoriana, que originariamente provém de diversas nacionalidades, habitos de vida material e moral, um modo de ser da consciencia individual e collectiva, sensivelmente diferentes dos da população portugueza continental. (*Apud* Leite, 1987: 15).

Posteriormente, demonstrou-se que a influência etnocultural dos portugueses é dominante na constituição dos açorianos. Os contributos de outros povos que tenham existido, nomeadamente dos flamengos, foram absorvidos e deles restam ténues vestígios. Mas o tema da especificidade dos açorianos, num plano mais ideológico do que científico, tem merecido particular atenção e interesse por parte da elite culta das ilhas.

Nos anos Vinte, do presente século, desencadeia-se o debate em torno do «açorianismo». Na década seguinte aparecem os textos de Vitorino Nemésio e Luís da Silva Ribeiro e, em 1938, realiza-se o Congresso Açoriano. Em tempos pouco favoráveis para reivindicações autonomistas, fazem-se as Semanas de Estudos dos Açores e os artigos vão-se acumulando nas revistas locais. Nem todos são movidos pelos mesmos objectivos ou têm sequer idêntica visão dos problemas: uns são animados por razões de ordem sentimental, como Vitorino Nemésio; outros move-os a paixão da etnografia e da história, como Luís da Silva Ribeiro; e alguns haverá que procuram justificar a autonomia ou até a independência dos Açores.

A existência de uma elite açoriana, donde têm emergido com regularidade figuras de relevo da cultura nacional, é um facto da maior importância para compreender a questão da identidade e da consciência regional, nos Açores. A identidade é, afinal, um fenómeno da consciência, cujos fundamentos etnoculturais são, neste caso, praticamente inexistentes. Mas outros factores, já referidos, contribuíram para que se tenha afirmado de forma muito persistente a identidade regional dos açorianos. Entre eles, decerto o mais decisivo, é a presença de uma elite culta que se desdobra em iniciativas e reflexões sobre a realidade insular. Num conjunto populacional relativamente pequeno, é notável o número de institutos culturais, revistas e publicações diversas, conferências e congressos que tomam como tema mais constante de análise os Açores. O vai-e-vem entre as ilhas e as comunidades açorianas, estabelecidas na América do Norte, ainda mais incentiva o interesse por este assunto. Daí o empolamento que tem marcado algumas discussões caseiras, nomeadamente sobre a questão da «literatura açoriana».

Na verdade, não há fundamentos suficientes para diferenciar as obras feitas por escritores açorianos da restante produção nacional. Não é o facto de ter como temática ou como pano de fundo os Açores que define a identidade de uma obra artística ou científica, mas a linguagem e a mundividência, isto é, ideias, valores, sentimentos e emoções, que são estruturantes do pensamento e da expressão cultural. Ora a esse nível, as obras culturais dos Açores inserem-se na cultura portuguesa e não faz qualquer sentido, tanto do ponto de vista antropológico como epistemológico, separá-las do tronco comum ou querer compreendê-las *per si*.

Porquê, então, esta consciência aguda de ser diferente e a necessidade quase obsessiva de discorrer sobre a identidade própria que não é observável noutras regiões do País? Uma resposta provável ocorreu-nos relendo o ensaio de José António Saraiva sobre a cultura portuguesa:

Portugal é para os Portugueses mais uma **mátria** do que uma **pátria** (uma oposição de palavras inventada pelo padre António Vieira). A mátria é a terra de origem, dá o leite e a criação materna: é a cultura ao nível da afectividade. A pátria ensina os padrões ao nível das relações com o exterior, que é também o nível propriamente intelectual. (Saraiva, 1981-I: 112).

Se os portugueses, de modo geral, se comportam como um povo que é órfão de pai — «o ‘pai’ da gente portuguesa era representado pela ‘Espanha’», segundo José António Saraiva —, os açorianos são duplamente órfãos, porque a pátria, distante e pouco preocupada com eles, é uma «madrasta». «Pátria-madrasta» ou somente «madrasta» foram expressões muito utilizadas pelos autonomistas açorianos, no final do século XIX, e traduzem bem o sentimento de solidão e orfandade que a descontinuidade e a distância, associadas a outros factores de ordem histórica, criaram na gente açoriana, especialmente ao nível das elites locais. Distante no tempo a ligação à terra de origem, a verdadeira «mátria» do açoriano é a ilha, mais do que o conjunto formado pelo arquipélago.

Por isso, a construção de uma consciência regional que se traduza em demonstrações de unidade/solidariedade entre as ilhas tem sido um processo lento e difícil. Ainda hoje o equilíbrio político da Região Autónoma dos Açores passa por ter um governo regional espalhado por três ilhas, com custos financeiros e de eficiência que não são menosprezáveis.

## **Conclusão**

A unidade nacional existente não exclui a diversidade regional, cujos fundamentos são tanto geográficos como históricos. A base territorial que, do ponto de vista da análise histórica, mais adequadamente configura essa realidade é a divisão provincial, que podemos fazer remontar bastante longe no tempo. A expressão mais visível dessa diversidade são as variantes dialectais, o folclore e diversos aspectos das artes e técnicas populares que, a par do território, das paisagens e dos sítios que a identificam, dão uma feição especial a cada região e criam um sentimento de pertença e de identidade nas populações que a habitam.

No caso do arquipélago dos Açores, o fundamento da identidade regional é o próprio território e a ambiência muito particular característica daquelas ilhas. A descontinuidade geográfica e a distância, associada a factores de ordem histórica e política — nomeadamente, as tensões com o poder central e os movimentos autonomistas, do século XIX e XX — criaram uma consciência, especialmente ao nível das elites insulares, que se afirma em termos de alteridade aos «continentais» e por um sentimento de diferença em relação aos outros portugueses e de identidade bastante marcado.

A identidade regional dos açorianos é, assim, um fenómeno de consciência que não tem fundamentos étnicos, linguísticos ou religiosos e não se estriba, por isso, em bases diferentes das variantes, ou somente cambiantes, sócio-culturais que distinguem outras regiões do País. Aliás, no caso das ilhas atlânticas, como muito bem salientou Orlando Ribeiro, e as teses de Vitorino Nemésio e Luís da

Silva Ribeiro sobre a profunda identidade portuguesa dos açorianos parecem comprovar, as diferenças em relação ao «tronco antigo e robusto», que é o núcleo central da identidade nacional, são menos acentuadas do que noutras regiões do continente.

Por último, importa salientar que um aspecto essencial da identidade dos açorianos é a insularidade. Se isso se traduz num sentimento de diferença em relação aos «continentais» e de identidade entre os ilhéus, também os divide entre si e determina que a característica mais importante da sua territorialidade seja a própria ilha.

### Referências bibliográficas

- AGOSTINHO, José (1963) — «Dominantes histórico-sociais do povo açoriano», in *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*, I.A.C./Gulbenkian, Angra do Heroísmo, pp. 137-163.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio (org.) (1989) — *Açores, açorianos, Açorianidade — um espaço cultural*, Ponta Delgada, Signo.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1986) — *Da literatura açoriana, subsídios para um balanço*, Angra do Heroísmo, DRAC/SREC.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1983) — *A questão da literatura açoriana*. (Recolha de intervenções e revisitação), Angra do Heroísmo, SREC.
- CÂMARA, J.M. Bettencourt (1980) — *Música tradicional açoriana*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- CÂMARA, J.M. Bettencourt (1985) — *Para a sociologia da música tradicional açoriana*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- CARREIRO, José Bruno (1981) — *Antero de Quental, subsídios para a sua biografia*, 2ª edição, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. I.
- DIAS, Jorge (1971) — «Estudos do Carácter Nacional Português», in *Estudos de Antropologia Cultural*, nº 7, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- ENES, Maria Fernanda (1991) — *Reforma Tridentina e Religião vivida (Os Açores na época moderna)*, Ponta Delgada, Signo.
- FONTES, Manuel da Costa (1986) — «O romancista açoriano: panorama e sugestões de estudo» in Almeida, 1986, pp. 181-216.
- GASPAR, Jorge (1982) — «Regionalização: uma perspectiva sócio-geográfica», in *Problemas de Regionalização*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, pp. 96-111.

- GODINHO, Vitorino Magalhães (1982) — *Identité culturelle et humanisme universalisant*, Lisboa, IPED.
- JOÃO, Maria Isabel (1991) — *Os Açores no século XIX, Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Cosmos.
- LEÃO, Francisco da Cunha (1971) — *Ensaio de Psicologia Portuguesa*, Lisboa, Guimarães Editores.
- LEÃO, Francisco da Cunha (1973) — *O Enigma Português*, 2ª ed., Lisboa, Guimarães Editores.
- LEITE, José Guilherme Reis (org.) (1987) — *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa, 1892-1947*, Horta, Assembleia Regional dos Açores.
- LOURENÇO, Eduardo (1978) — *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, 3ª ed., Publicações Dom Quixote.
- NEMÉSIO, Vitorino (1932) — «O Açoriano e os Açores», in *Sob os Signos de Agora. Temas Portugueses e Brasileiros*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; PEREIRA, Benjamin (1987) — *Tecnologia Tradicional Agrícola dos Açores*, Lisboa, INIC.
- RIBEIRO, Luís da Silva (1982) — *Obras. Etnografia Açoriana*, Angra do Heroísmo, IHIT/SREC, vol I.
- RIBEIRO, Luís da Silva (1983) — *Obras. História*, Angra do Heroísmo, IHIT/SREC, vol. II.
- RIBEIRO, Luís da Silva (1936) — «Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade», in *Obras. História*, Angra do Heroísmo, IHIT/SREC, vol II, pp. 515-556.
- RIBEIRO, Orlando (1979) — «Formação de Portugal», in Joel Serrão (dir.) — *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Iniciativas Editoriais, vol.V, pp. 130-149.
- RIBEIRO, Orlando (1987) — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Esboço de relações geográficas*, 5ª edição, Lisboa, Sá da Costa Editora.
- SANTOS, José António (1985) — *Regionalização, processo histórico*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SARAIVA, José António (1981) — *A Cultura em Portugal*, Lisboa, Bertrand, vol.I.
- TORGA, Miguel (1973) — *Diário*, XI, Coimbra, Edição do Autor.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1926) — *Mês de Sonho. Conspecto de Etnografia Açorica*, Lisboa, Livraria Universal de Armando T. Tavares.

## Viagens e viajantes: uma visão artística do Portugal de Setecentos

O grande número de viajantes estrangeiros que Portugal e, em geral, toda a Península Ibérica conheceu ao longo dos séculos XVIII e XIX constitui um fenómeno curioso que tem vindo a ser estudado ao longo destes últimos anos com o cuidado e interesse que verdadeiramente merece.

Todos eles deixaram registadas em livros, de maior ou menor qualidade literária, as impressões das suas viagens, levando a cabo a divulgação do nosso país, do seu povo e dos seus costumes pela Europa fora. Aos olhos dessa mesma Europa, Portugal pouco mais era do que um vago eco do poeta Camões, do mito de D. Sebastião ou dos amores trágicos e ilícitos de Inês de Castro. Estes relatos de viagens fabricaram uma determinada imagem de Portugal, em certos aspectos quase que estereotipada, que depois ‘venderam’ nos seus países de origem. E porque a visão do «Outro» sobre a realidade portuguesa de então tinha que ser forçosamente diversa da nossa, tal facto contribuiu para conferir a estes depoimentos um interesse sempre actual.

Na verdade, estes curiosos viajantes oriundos de outras culturas estranharam por certo a realidade da vivência peninsular. Recorde-se, apenas, entre outros aspectos, o «rigor» político da vida portuguesa de então, a acção da Inquisição e as consequências nefastas que isso trouxe ao desenvolvimento da mentalidade portuguesa e até da própria vida económica que assim se afastava cada vez mais do sonho dessa nova era industrial que nascia no resto da Europa; é de salientar, ainda, a grande ‘azáfama’ de Pina Manique e o poder da sua Intendência que procurava a todo o custo manipular as ideias, por assim dizer «inovadoras» desta altura.

Voltando aos viajantes, podemos afirmar que as suas impressões de viagem contribuíram para um enraizamento da nossa identidade nacional. A propósito

---

Ana Rita Padeira Navarro é Assistente de Literatura Portuguesa Medieval e Literatura Portuguesa Clássica na Universidade Aberta. É autora de uma tese de Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses intitulada *Uma Visão Artística de Portugal — James Murphy e a sua Obra*.

deste novo género de literatura, que vulgarmente se passou a designar por literatura de viagens, João Almeida Flor afirma que ela pode transformar-se «num significativo contributo para esse reencontro com a nossa terra e com nós próprios, mesmo quando a imagem que vemos reflectida se revela insuspeitada ou nem sequer é a mais lisonjeira» (Flor, 1978: 13). É sabido, realmente, que alguns desses viajantes, e não se pode dizer que tenham sido poucos, nos olharam com bastante desconfiança, emitindo juízos que rapidamente se generalizaram e que em nada abonaram a caracterização desta nossa raça lusa ...

Acrescentemos, ainda, que os relatos destes viajantes vieram confirmar a ideia de que a identidade cultural de um povo não se cria tão somente através daqueles que falam a mesma língua, mas também com o contributo de nativos de outras culturas.

As imagens colhidas por estes curiosos são, por certo, diversas e aparentemente até um pouco dispersas, passando os autores de questões de história local, para o campo da arte, do comércio, da literatura, da geografia e da etnografia de forma um tanto indiscriminada. 'A visão do Outro', diz ainda a mesma fonte, é condicionada quer por coordenadas biográficas, quer pelas correntes literárias com que o autor melhor se identifica e que afinal explicam também a visão individual de certos elementos paisagísticos, por exemplo. A percepção da realidade é outra porque outros são também os contextos culturais desses mesmos viajantes.

Aos Ingleses em viagem referia-se Eça de Queirós nos seguintes termos, com a perspicácia e a graça de sempre: «O inglez não se diverte no estrangeiro; não comprehende as linguas; estranha as comidas; tudo o que é estrangeiro, maneiras, 'toilettes', modos de pensar, tudo o choca; desconfia que o querem roubar; tem a vaga crença de que os lençois nas camas d'hotel nunca são limpos; [...] se o seu 'Guia' lhe affirma que na cathedral de tal [sítio] ha seis columnas e se elle so encontra cinco, fica infeliz por toda uma semana. [...] Enfim, o inglez em viagem é um ser desgraçado» (Queirós, 1907: 23-24). Não foi certamente este o caso de James Cavanah Murphy, o viajante de quem nos vamos ocupar, nem podia ser a ele que Eça se referia, pois a sua permanência em terras portuguesas decorreu bastante bem, facto que lhe causou satisfação, a avaliar pelo que deixou escrito.

Tentando localizar numa breve perspectiva historicista a possível origem dos livros de viagens, verificamos que surgem um pouco na esteira, já remota, dos diários das viagens do Renascimento e da descoberta do Novo Mundo. Embora pertencendo a outro género, poderíamos aqui enquadrar, naturalmente com as devidas reservas, Camões e o seu 'Livro das Viagens dos Portugueses'.

Avançando um pouco mais no tempo, chegamos à viragem do século XVII e deparamo-nos com um fenómeno tipicamente inglês, conhecido pelo nome de

‘Grand Tour’, que significava a primeira grande volta ao continente europeu, que o jovem inglês empreendia com um intuito mais instrutivo do que propriamente de diversão. O ‘Grand Tour’ é, pois, responsável pela explosão de inúmeros relatos e diários de viagem que surgiram nesta época. O aparecimento das obras de Tobias Smollett, *Travels through France and Italy*, publicadas em Londres no ano de 1766, bem como *A Sentimental Journey through France and Italy*, de Lawrence Sterne, publicada dois anos mais tarde, que se baseiam em viagens feitas através da imaginação, abrem novos caminhos para um género de literatura em que a opinião pessoal, cada vez mais intencionalmente, se vai sobrepondo à informação de carácter puramente utilitário. Estes são sinais de que o Romantismo europeu se aproxima e com ele a necessidade de transmutação dos factos reais por intermédio de forte sentimentalismo e sensibilidade, que por vezes chega a tocar a esfera do sublime, quando não mesmo do absurdo.

É bem verdade que certos nomes do Romantismo estão, portanto, associados não só às viagens, mas também à própria literatura que dela derivou; lembremos tão somente Rousseau (*La Nouvelle Héloïse*, publicada em 1761), Voltaire (*Lettres Anglaises*, de 1734), Goethe e, certamente, Byron (*Childe Harold’s Pilgrimage*, poema publicado em 1812), para não nos alongarmos mais.

Época de intensa actividade intelectual e de um forte sentimento de cosmopolitismo, o século XVIII foi a ‘galinha dos ovos de ouro’ para os viajantes em geral e também o período de maior número de viajantes ingleses, que buscavam na Natureza o pitoresco, o belo, o sublime, em suma, tudo aquilo que pudesse ser diferente. Foram ainda eles que realmente descobriram a beleza do cenário do Reno, antes dos próprios alemães, e Sintra antes mesmo dos portugueses<sup>1</sup>. O homem romântico, contemporâneo de todas as transformações industriais, vendo na cidade a fonte de tantos desequilíbrios, procura na Natureza o local de verdadeiro reencontro.

Sem ser propriamente um romântico, mas preparando já o caminho para a visão romântica da viagem, James Murphy enquadra-se perfeitamente na época em que viveu; porque imbuído do espírito do seu tempo, fez um tipo de interpretação romântica da paisagem portuguesa, física e humana. É dentro deste contexto que se compreende melhor a emoção que transparece na descrição que faz da ‘patine’ das pedras do Mosteiro da Batalha (Murphy, 1795a).

Diferentemente da grande massa dos restantes viajantes, Murphy possuía realmente uma formação específica: era um arquitecto, no sentido do termo no século XVIII. Nascido na Irlanda em 1760, desde cedo mostrou inclinação para

---

<sup>1</sup> No poema de Byron, a paisagem de Sintra surge perfeitamente idealizada como o «jardim do Paraíso». Antes dele já muitos outros autores se haviam referido a este recanto da terra portuguesa.

o desenho, que primeiro estudou em Dublin, e, mais tarde, em Londres. Perante a escassez de dados biográficos deste artista — também pouco relevantes no presente contexto — sabe-se que morreu em Londres no ano de 1814, e, pouco mais, interessa apenas destacar que da sólida amizade com outro irlandês, *Sir William Burton Conyngham*, nasceu esta ‘aventura’ de Murphy em terras portuguesas que se inicia com a sua chegada ao Porto no princípio de 1789, para só terminar no fim do ano de 1790.

Foi de facto Conyngham quem financiou o projecto de Murphy (estada e, mais tarde, a edição da obra sobre a Batalha), que afinal nada mais fazia do que aceder com grande entusiasmo ao pedido daquele para se deslocar a Portugal com o propósito de levar a cabo um estudo técnico, com desenhos de plantas, perfis e alçados do Mosteiro da Batalha, esse magnífico exemplar da nossa arquitectura nacional, misto de gótico e de manuelino. Durante as treze semanas em que afincadamente se dedicou ao seu trabalho, contou Murphy com a hospitalidade dos bons frades Dominicanos. Estavam pois lançados os alicerces daquela que viria a ser a nossa primeira monografia sobre o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, a única obra no género, entre nacionais e estrangeiras, sobre um monumento do património artístico português. Pela sua importância, tornou-se uma obra de consulta obrigatória para todos aqueles que, depois de Murphy, resolveram estudar o referido monumento.

Também o carácter técnico da obra é bem esclarecedor da mentalidade da época e do desejo de novos conhecimentos de âmbito científico. O reconhecimento do interesse que suscitou pode ainda ser avaliado pelo aparecimento de uma 2ª edição aproximadamente 40 anos mais tarde, em época de pleno revivalismo do gótico em Inglaterra e, conseqüentemente, do já mencionado sentimento romântico. No entanto, é por certo curioso que entre as 27 gravuras que ilustram esta obra (as restantes são de forma idêntica profusamente ilustradas), feitas a partir de desenhos aguarelados de Murphy, fazemos especial referência àquela em que concebe o acabamento das Capelas Imperfeitas com tectos octogonais, de nítida inclinação neo-clássica e que, por conseguinte, em nada se assemelha à elegância das flechas góticas. Tal facto explica-se, por um lado, através da formação marcadamente classizante que Murphy recebera, e, por outro, a escolha daquele monumento para objecto do seu estudo é sintoma da tendência que na época fazia reviver em Inglaterra o gosto pelo gótico medieval.

A partir de uma carta que em Março de 1789 escrevia ao seu patrono e que presentemente se encontra na Sociedade dos Antiquários em Londres<sup>2</sup>, ficamos

---

<sup>2</sup> Esta carta, juntamente com outras duas, pertence à Sociedade dos Antiquários em Londres e faz parte do manuscrito que contém os desenhos originais de Murphy sobre a Batalha, com indicações e explicações à margem para os gravadores seguirem na altura da publicação da obra.

a saber que se propunha estudar o Mosteiro de Alcobaça de forma semelhante ao que havia feito para a Batalha, nada tendo no entanto ficado que o comprove<sup>3</sup>.

Animado pelo êxito do seu trabalho e pelo bom acolhimento dos Dominicanos, Murphy resolveu prosseguir viagem em direcção ao sul do país. Das impressões desta primeira viagem em Portugal, que não seria a última, nasceram *Travels in Portugal*, publicadas em Londres em 1795 e *A General View of the State of Portugal*, que veio a lume na mesma cidade, três anos mais tarde.

Em *Travels in Portugal* estamos perante o tradicional relato de viagem, obra em que já existe a intenção de instruir de forma prazenteira; ela diverte o leitor apelando à sua imaginação, sem no entanto fazer uso da ficção como o romance. Lendo-a, confrontamo-nos com um vasto leque de informações: da esfera moral o autor passa para a política, para a observação dos usos e costumes, para a religião, para a análise das instituições governamentais, da literatura e da cultura em geral.

Abrimos aqui um pequeno parêntesis com o objectivo de salientar o facto de que Murphy conseguiu alcançar um conhecimento razoavelmente bom da Língua Portuguesa, ao ponto de efectivamente ter traduzido trechos da *Primeira Parte da História de São Domingos*, de Frei Luís de Sousa, que incluiu em *Plans of Batalha*. Sabemos que à sua chegada ao Mosteiro, Murphy não falava nem compreendia português.

Mas, retomando *Travels in Portugal*, também ela fonte de informação para as obras posteriormente surgidas, mesmo quando não expressamente citada, a sua riqueza informativa a par dos pormenores descritivos e técnicos, compreensíveis no âmbito da formação específica de Murphy, conferem também a esta obra um forte sentido estético.

Em estilo directo e linguagem do quotidiano, James Murphy deixa de vez em quando transparecer um certo tom irónico e implicitamente crítico; é o que sucede quando descreve, por exemplo, a sua chegada ao Porto, bem como o respectivo desembarque e burocracias alfandegárias. Transcrevemos a tradução que dela fez o nosso romancista Camilo que, naturalmente, em nada desmerece o original:

Depois da visita da alfandega, ficamos esperando a do médico, que por se achar adoentado mandou um substituto. Este filho bastardo de Esculápio ordenou que todas as pessoas a bordo subissem ao convés, e elle poz-se a examinal-as da praia fronteira, a distancia de umas dusetas jardas. Eu não pude tambem deixar de o examinar d'alto

---

<sup>3</sup> A partir de uma outra carta de Murphy tivémos conhecimento de mais um pedido solicitando apoio financeiro para a realização de um projecto que poderia ter sido, caso tivesse obtido parecer favorável, o primeiro inventário artístico de Portugal e que receberia por título «Antiguidades de Portugal».

a baixo, por que nunca meus olhos lobrigaram um tão exquisito figurão da classe medica! A julgar dos seus talentos pelo trajar (criterio hodierno do merecimento) pouco havia que esperar. Parecia menospresar os usuaes atavios da faculdade — o chapeo das grandes abas e o rabicho a pender da nuca (...). Vestia um gorro vermelho, jaqueta azul, esburacada nos cotovellos. Observou-nos alguns minutos, e proferiu as palavras seguintes: ‘Certifico que todos se acham de perfeita saude’. (Castelo Branco, 1885: 52-53).<sup>4</sup>

Foi também com interesse que Murphy retratou os trajes portugueses mais pitorescos, principalmente os das classes sociais mais baixas; contam-se na sua galeria de ‘retratos’ a vendedeira de fruta, o aguadeiro, a camponesa do Alentejo, o carreteiro, entre muitos outros. Apesar de algumas dessas figuras terem ficado a dever mais à imaginação do autor do que à própria realidade, não foi por isso que a obra de James Murphy deixou de ser considerada como o verdadeiro *vademecum* de qualquer viajante da época em Portugal<sup>5</sup>.

Entre os pontos de paragem do seu itinerário, destacam-se, além do Porto, onde esteve quase só de passagem, Coimbra, Leiria, Lisboa e Sintra, inevitavelmente; seguindo-se Mafra, Alcácer, Évora e Beja, não havendo qualquer notícia de que tenha chegado ao Algarve, talvez devido à ausência de monumentalidade do seu património.

A hospitalidade com que foi também acolhido por certas personalidades eminentes da vida nacional, como o Abade Correia da Serra e Fr. Manuel do Cenáculo, possibilitou-lhe o acesso a fontes documentais, de que a grande maioria dos viajantes se viu privada. Tal facto é também elucidativo de que as actividades de Murphy eram já conhecidas no pequeno meio cultural da época.

A propósito de Sintra, cuja Natureza particularmente elogiou, facilmente se depreende a admiração que sentiu perante, por exemplo, a paisagem da Serra:

Para onde quer que os olhos se voltem, o nosso espírito deixa-se levar pelas terríveis obras da Natureza. De um lado apresenta-se o oceano imenso cuja superfície se esbate no azul do horizonte; mais em baixo, um vale profundo que mais se assemelha a uma majestosa caverna. Pela encosta há massas de pedra suspensas, esfaceladas, que se erguem do solo por toda a parte, parecendo querer despenhar-se ao mais leve tremor e, assim, destruir a aldeia. (Murphy, 1795b: 244. Tradução nossa).

---

<sup>4</sup> Veja-se Murphy, 1795b: 5.

<sup>5</sup> Tanto *Travels in Portugal*, como *A General View of the State of Portugal* foram obras consultadas pelos outros viajantes que vieram depois de Murphy, apesar de a última se aproximar mais do tipo das geografias descritivas, também muito em voga na época.

A respeito da literatura portuguesa, os seus conhecimentos revelaram-se bastante deficientes, como, aliás, acerca da cultura do país em geral; o assunto não parece tê-lo motivado suficientemente a ponto de ter procurado apresentar opiniões mais consistentes e fundamentadas. Assim, após escassas observações soltas, bastante descontextualizadas, em relação a *Os Lusíadas*, cuja tradução de J. Mickle parece ter conhecido, e, ao tema de Inês de Castro, muito em voga na Inglaterra de então, Murphy passa para o plano da historiografia portuguesa, sentindo-se de imediato um maior à vontade do autor neste campo.

Na cidade de Lisboa, onde permaneceu ao longo de dez meses, reparámos com alguma admiração na pouca atenção que prestou ao terramoto de 1755, bem como à política de reconstrução da cidade. Na qualidade de arquitecto, este deveria ter sido um ponto de reflexão de natureza obrigatória. No entanto, a sua atenção estava sem dúvida mais virada para a descrição do património existente à data.

Muito embora no trabalho de Murphy surjam aspectos que, à primeira vista, podem parecer algo contraditórios, pensamos que traduzem apenas a complexidade de valores e de ideias de uma época conturbada como foi o século XVIII. É por isso que, se por um lado Murphy aparenta certa objectividade e didactismo em *A General View of the State of Portugal*, por outro, no seu livro de viagens aproxima-se já dos viajantes românticos ao sentir a força da paisagem portuguesa, na procura do sublime e do pitoresco. É importante contudo recordar a atenção que deu realmente aos nossos monumentos e, sobretudo, não esquecer a realização da obra sobre o Mosteiro da Batalha, que ainda hoje é ímpar em relação ao património artístico português.

## Referências bibliográficas

- ADAMS, Percy (1983) — *Travel Literature and the evolution of the novel*, Lexington, University Press of Kentucky.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1885) — *Serões de S. Miguel de Seide*, Porto, Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos.
- FLOR, João de Almeida (1978) — *Sintra na literatura romântica inglesa*, Sintra, Publ. da Câmara Municipal de Sintra.
- MACAULY, James (1975) — *The Gothic Revival 1745-1845*, Glasgow and London, Blackie.
- MEAD, William Eduard (1914) — *The Grand Tour in the Eighteenth Century*, Boston and New York, University Press Cambridge.
- MORRILL, Mary Sue Robinson (1975) — *The British Literary Traveller on the Continent, 1795 to 1825*, New York, University Press.

- MURPHY, James (1798)—*A General View of the State of Portugal* [...], London, Printed for T. Cadell Jr. and W. Davies.
- MURPHY, James (1795a)—*Plans, Elevations, Sections and Views of the Church of Batalha* [...], London, Printed for I. and J. Taylor.
- MURPHY, James (1795b)—*Travels in Portugal, Through the Provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura, and Alem-Tejo in the Years 1789 and 1790* [...], London, Printed for A. Strahan and T. Cadell Jr. and W. Davies.
- PEVSNER, Nikolaus (1943) — *Perspectivas da Arquitectura Europeia* (trad. de Ernesto Sousa), Lisboa, Editora Ulisseia.
- QUEIRÓS, Eça de (1907) — *Cartas de Inglaterra*, 2.<sup>a</sup> ed., Porto, Livr. Chardron.
- SOUSA, Fr. Luis de (1866) — *Primeira Parte da Historia de São Domingos particular do Reino e conquistas de Portugal* [...], Lisboa, Typographia do Panorama.
- WALTER, Félix (1927) — *La Littérature Portugaise en Angleterre à l'époque romantique*, Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion.

## A Sombra de Babel: em torno da variação no conto popular

E disseram: Eia, edifiquemos nós uma cidade e uma torre, cujo cume toque os céus, e façamo-nos um nome, para que não sejamos espalhados sobre a face de toda a terra. (Gênesis, XI, 4).

### A tentação romântica

Considerar a possibilidade de inscrever a diversidade cultural dentro de uma profunda unidade linguística; saber se as progressivas tendências para o afastamento geopolítico ameaçam irremediavelmente a homogeneidade de uma língua, ou se, por fim, para além do esboroamento linguístico, existe a possibilidade de um (re)conhecimento transcultural, são questões que surgem ciclicamente nas sociedades ocidentais (e não só) sempre que esteja em causa a definição ou redefinição da identidade de um povo. O conto popular poderá, neste sentido, aparecer como um precioso instrumento para repensar a posição do Português como língua de cultura, de poder, e de comunicação entre diversos povos. Ressurgência de velhos fantasmas, para a qual o pensamento romântico — e, em primeiro lugar, o romantismo alemão — contribuiu, reconsiderando o papel fundador da Tradição, espelho onde se reflecte uma imagem do mundo, um Saber que estrutura e legitima a identidade nacional. Por outro lado, em todas as projecções do epistema romântico, domina uma profunda angústia (ontológica) enraizada na consciência trágica da solidão do sujeito face ao Real, face aos signos que tecem as relações do homem com o homem (esse Outro que não cessa de nos pôr em causa) e com o mundo, num infinito labirinto de correspondências.

---

Carlos F. C. Carreto, licenciado em Línguas e Literaturas Modernas pela Universidade Nova de Lisboa, é Assistente estagiário de Fonética, Fonologia e Morfologia do Português na Universidade Aberta. Prepara uma tese de Mestrado sobre Literatura Medieval Francesa.

Numa ambição prometaica, o romantismo gerou uma dinâmica muito própria, procurando a unidade na diversidade, a homogeneidade na heterogeneidade, a identidade na alteridade, o Real no fantástico e no maravilhoso, o presente no passado mítico e intemporal. Por outras palavras, a condição essencial para todo o acto criativo resume-se na eterna busca de um **centro gerador** de unidade e identidade:

Est artiste qui a son centre en soi-même. Celui à qui cela fait défaut doit se choisir, hors de lui, un certain guide et médiateur, naturellement pas pour toujours, mais pour commencer. Car, sans un centre vivant, l'homme ne peut pas être, et s'il ne l'a pas encore en lui, il doit le chercher. (F. Schlegel, *Athenaeum*. Apud Todorov, 1979: 200).

Uma afirmação desta ordem coloca claramente a experiência do Outro e a descoberta da identidade em termos de **iniciação**. Que não haja equívocos: a personalidade romântica, projectando no universo os seus ritmos de diástole e sístole, de concentração e expansão, nunca pretendeu — pelo menos em termos teóricos — uma **uniformização** (espacial, cultural ou política), mas sim uma **unificação**, salvaguardando sempre, de forma absoluta, a variedade, a diversidade, a especificidade nacional e/ou regional (Gusdorf, 1984). Naturalmente, na «praxis» política, existirá sempre o perigo de cair na exaltação nacionalista a partir do momento em que se exalta, narcisicamente, um centro em relação ao outro, com base numa — pretensamente superior — autenticidade e originalidade.

É neste contexto ideológico e filosófico, que se insere a revalorização do conto popular, um dos grandes projectos a inscrever no panorama romântico, uma vez que permitia repensar as relações de isomorfismo existentes entre **língua, imaginário e espaço**. O conto passa então a representar **metonimicamente** o terreno privilegiado para canalizar os sentimentos nacionalistas e lançar os fundamentos de uma unificação sócio-política baseada, de certa forma, na língua, entendida como sistema homogéneo e centrífugo. Por outro lado, passa a encarnar **metaforicamente** o próprio espírito romântico na sua dupla tendência para o centramento e o descentramento, na medida em que, no interior de uma estrutura relativamente fixa e coesa, se vislumbra a explosão de formas, motivos e imagens, ou seja, a dimensão da criatividade, da diferença. Mais ainda: considerando o conto de um ponto de vista meramente diegético, já na figura do herói/heroína se reflecte, em miniatura, o duplo destino do homem, errante no espaço/tempo da aventura e das provas, mas incessantemente à procura de uma interioridade donde possa emergir a harmonia e o equilíbrio Eu/Outro/Real, ou seja, a construção de um Logos, de uma Ordem. O ciclo das «Três cidras do amor» que, de seguida, iremos estudar, ilustra perfeitamente esta dinâmica. Numa palavra, o conto popular, teatro onde conflui o Uno e o Diverso, a repetição

e a diferença, institui-se como experiência e vivência que possibilita — especular e mimeticamente — a **identificação**. Contudo, este processo instaura-se, à partida, com o «pensar mítico» (Coelho, 1985) veiculado pelo conto. «Pensar mítico» que não implica forçosamente a existência de uma relação necessária entre o conto e o mito: constitui apenas a afirmação de que todo o novo acto de transmissão funda e fundamenta a sua «*auctoritas*» na Tradição, isto é, numa **memória do contar**, numa **origem do dizer** (Júdice, 1991: 253) que representa o Real do conto propriamente dito. É esta espécie de sacralização do verbo que, não somente justifica a necessidade da repetição e da permanência, como constrói o espaço especular do reconhecimento.

### Em busca do tempo perdido

Compreender-se-á, neste sentido, que o **comparativismo** se tenha tornado, dentro do paradigma romântico, um dos métodos analíticos mais fecundos: toda a busca das origens esconde a tentação demiúrgica de desvendar os segredos da criação e, em última análise, quebrar o silêncio que envolve as nossas próprias origens. A distância sujeito/objecto não passa, assim, de uma simples ilusão óptica. A visão genético-histórica da realidade narrativa (veiculada pela célebre escola geográfico-histórica ou «difusionista») acaba por erguer um projecto verdadeiramente ambicioso: encontrar, por um lado, unidades mínimas de significação a nível textual que permitam observar os mecanismos de transmissão, transformação e integração (os tipos e os motivos de Thompson (1951) e, mais tarde, quando do atomismo se transita para o estruturalismo, o privilégio concedido às funções de Propp (1965)), e, por outro lado, negar, de forma sintomática, à variação, uma dimensão propriamente sincrónica e, pelo menos até ao estruturalismo, sintagmática. Nesta perspectiva, é compreensível que uma forma que se afastava de um ponto histórico original fosse encarada como uma forma compósita, impura e degradada, uma espécie de **linguagem diabólica**. Consciência aguda de uma **perda**, o comparativismo transformava-se, progressivamente, numa desesperada busca da Totalidade uma e indecomponível, através da (re)construção do arquétipo perdido.

Os prólogos às diversas colectâneas de contos populares portugueses constituem o mais perfeito testemunho desta tendência utópica à edificação de modelos através de uma curiosa negação temporal. Basta recordarmos o que encerra, para Adolfo Coelho (na sua «prefação» de 1879), o conceito de **mitografia**, assim como a sua visão do conto — influenciada, em parte, pelo naturalismo religioso de Max Müller, para quem já o próprio mito era o produto de uma «doença da linguagem» — como forma em contínua dissolução (tendo em

conta nomeadamente a confusão de episódios e o carácter pouco poético e monótono da narração); teoria à qual se irá opor, em 1910, Consiglieri Pedroso, ao explicar a coexistência de elementos heterogéneos no tecido narrativo do conto, como o resultado do «trabalho inconsciente e espontâneo do sincretismo popular» (Pedroso, s/d.: 46-47), o que permite abandonar parcialmente o sonho de uma forma primordial e abordar, de modo mais fecundo, o conto em função do(s) contexto(s) de produção e do co-texto. É, contudo, com Ataíde de Oliveira que a utopia romântica de uma língua universal se exprime, em Portugal, com maior convicção:

(...) proponho-me reproduzir uns **contos** profusamente espalhados por todo o Algarve, de remotíssima data, muitos dos quais suponho filiados nas primeiras civilizações do mundo. (Oliveira, s/d.: 19).

E, de seguida, constatando — com um olhar algo ingénuo — que, nos contos, todos os príncipes pedem licença para correr mundo sem nunca se colocar o problema do desconhecimento dos idiomas, afirma:

Sou portanto forçado a concluir que todos os príncipes falavam todas as línguas, ou que, então se falava um idioma. A primeira hipótese é inadmissível à face da impossibilidade de se conhecerem todos os idiomas em tempo de tamanho atraso. Portanto, falavam todos a mesma língua, no tempo em que todos habitavam o mesmo platô da Ásia, antes da primeira emigração. (*Op. cit.*: 23-24).

Esta firme crença na **origem pré-babélica** do conto levou A. de Oliveira, na esteira de Teófilo Braga, a opor-se às teses poligenistas e a proceder à manipulação do material que recolhera, no intuito, sem dúvida, de ver descortinar-se o arquétipo, a eterna repetição do Mesmo. No entanto, este tipo de considerações não deixa de ser interessante no âmbito de uma arqueologia do conto. Com efeito, assignando-lhes uma origem pré-babélica, faz do conto e do contar actos de homogeneização por excelência (o que, aliás, os sucessivos trabalhos de Paul Zumthor vieram confirmar). Por outro lado, é sintomático o facto de esta língua nascer na Ásia onde, desde a Idade Média e numa tradição alimentada pelos padres da Igreja, se devia situar o Paraíso. Parece difícil ser-se mais explícito no desejo de legitimar o conto e a identidade cultural de um povo na sua filiação directa com o sagrado. Conto como **signo** (no sentido agustiniano) que se ergue entre as contingências temporais e o sonho de uma unidade regeneradora.

Não cabe, no âmbito desta reflexão, analisar mais detalhadamente os prefácios. Não podíamos, porém, encerrar esta abordagem da questão sem referir a muito curiosa apresentação de Sylvio Romero aos *Contos Populares do Brazil* (1911), uma vez que mostra, de forma paradigmática, os limites da manipulação

ideológica, quando a visão genético-histórica do conto se transforma na afirmação da superioridade genética de um povo ou de uma etnia. Assim, um dos aspectos mais interessantes deste prólogo, é o da aplicação dos princípios de Darwin à literatura e ao povo brasileiro. O folclore torna-se assim pretexto para demonstrar — não obstante a importância dos «agentes transformadores» (o mestiço) e «civilizadores» (o Índio e o Negro) no âmbito das mutações genéticas e culturais (Roméro, 1911: v e xxv, respectivamente) — a degenerescência e diluição das marcas africanas e indígenas e afirmar a supremacia, a permanência do elemento branco:

O mestiço é a condição d'esta victoria do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitar-o aos rigores do clima. É uma forma de transição necessária e util que caminha para approximar-se do typo superior. (Roméro, 1911: xxvi).

Discurso simultaneamente estranho e conhecido para o leitor de hoje. No âmbito deste não menos utópico projecto, que subrepticiamente permite a passagem do desejo de unificação ao inconfessado (inconfessável?) desejo de uniformização, desenha-se a figura do conto popular de origem europeia, como entidade cultural mais próxima da unidade nostálgica do «velho mundo», isto é, como forma susceptível de transcender a desestruturação/degradação dos signos, a heterogeneidade dos códigos culturais e genéticos e, por fim, sublimando a monstruosa diversidade, reafirmar e/ou impor um tipo cultural puro, belo, superior:

Todos os nossos primeiros typos têm sangue branco; são brancos puros ou **desfigurados** pelo sangue das outras raças (...). Pela selecção natural, todavia, depois de apoderado do auxílio de que necessita, o typo branco irá tomando a preponderância, até mostrar-se **puro e bello como no velho mundo** (...). A raça primitiva e selvagem está condemnada a um irremediável desaparecimento. (Roméro, 1911: xxvii e xxx. Sublinhado nosso).

### **Variações sobre um tema: inscrever a diferença no espaço do conto**

Ao desejarmos retomar a questão da permanência (tradição, estrutura, género) e da transgressão (a variabilidade) no universo do conto, não tencionamos simplesmente prolongar o debate em torno do fenómeno da variação (Gorog-Karady, 1990), mas sim questionar até que ponto a **língua** — veículo da **tradição** e suporte da **estrutura** — é susceptível de superar a(s) diversidade(s) que, no entanto, alimentam o conto, esse Ser-no-tempo no qual se tecem, através de uma contínua «dramatização do discurso» (Zumthor, 1982: 387), as modalidades de uma experiência da diferença. Partimos da análise de um *corpus*

constituído por treze contos<sup>1</sup> que integram o conhecido ciclo das «Três cidras do amor». Além da dimensão estética e simbólica desta narrativa, dois factores motivaram esta escolha: por um lado, a possibilidade de considerar doze variantes espalhadas um pouco por todo o país, avaliando assim alguns indicadores de variação, e confrontá-las com uma versão brasileira (recolhida em Pernambuco) do mesmo conto, «A moura preta», o que permite observar a permanência deste tema em espaços geo-culturais bastante diferenciados. Esta série constitui, por sua vez, uma variante da história classificada como **tipo 408** («As três laranjas») na tipologia de S. Thompson (Thompson, 1951: 481-500), embora se possam observar temas e motivos satélites, como o classificado **tipo 310** («The maiden in the tower») ou, com maior regularidade, o motivo **D 672** («Obstacle flight») e **K 1911** que introduz o motivo nuclear da noiva substituída («The false bride»). Trata-se de um ciclo possivelmente oriundo da Europa mediterrânica onde goza de particular popularidade. Aparece também na Hungria e na Turquia, assim como na América Latina, devido sem dúvida à imigração portuguesa e espanhola, como o ilustra a existência de uma versão brasileira. Não deixa, porém, de ser curioso o facto de nenhuma das versões em português referir as três laranjas, fruto possivelmente característico da área geográfica onde o conto terá nascido (M.L. Machado de Sousa in “Prefácio” a Pedroso, s/d.: 25-27). O segundo factor prende-se com a vantagem de encontrarmos — o que nem sempre é possível — diversas realizações do mesmo motivo consoante o contexto geográfico, mas também importantes indicadores históricos que permitem entrever sucessivos estratos temporais, isto é, que permitem determinar historicamente alguns momentos e motivos do conto (sem por isso estar em causa uma leitura do conto em diacronia). Por fim, a presença de indicadores de variação individual permitir-nos-á questionar as condições e os limites da criatividade. Tendo em conta a extrema flutuação do discurso oral, o que põe em causa a sua apreensibilidade como objecto de análise, avançamos desde já que consideramos os diversos contos como **unidades textuais**, ou seja, construções em que intervêm factores e materiais de diversa ordem, desde o linguístico ao retórico, passando pelo psíquico, o social e o histórico, sendo o texto um objecto total que possui as virtualidades e potencialidades de sugestão de um universo construído

---

<sup>1</sup> De modo a tornar mais clara a exposição, os contos foram numerados, arbitrariamente, de 1 a 13, de acordo com a listagem que se segue:

Consiglieri Pedroso: «As três cidras do amor», n.º 3 [1]; «A pomba», n.º 20 [2]; «A menina encantada», n.º 22 [3]; «As três cidras do amor», n.º 53 [4]; «A menina e a preta», n.º 2 [12]

A. de Oliveira: «As três cidras do amor» (Castro Marim) [5]; «As três cidras do amor» (variante) [6].

L. de Vasconcelos: «As três nozes» (Penafiel), n.º 307 [7]; «As três cidras do amor» (Porto), n.º 308 [8]; «As três cidras» (Óbidos), n.º 309 [9]; «As três cidras do amor» (Portalegre), n.º 310 [10]; «A menina e a moura» (Barrancos), n.º 214 [13].

Sylvio Roméro: «A moura torta» (Pernambuco) [11].

que não se esgota na multiplicidade dos sistemas hermenêuticos. Quanto ao fenómeno de variação, terá de ser encarado como **actualização** *hic et nunc* de uma estrutura estável e programada. Por outro lado, o conto — ponto de partida do narrativo — revela-se como uma entidade suficientemente distante e diferente daquilo que, hoje, se considera o literário para que seja viável colocar a questão da sua literariedade através de uma reflexão exterior ao próprio contexto e fora das **relações dialógicas** que o próprio texto estabelece (Júdice, 1991: 248-249). Por outras palavras, temos de considerar o conto a partir daquilo que lhe confere uma existência característica, a sua estrutura. Mas esta estrutura, garante de uma permanência, não possui, contudo, um valor absoluto, implicando uma actualização (recepção/repetição), ou seja, uma realização sempre diferida do texto (fenómeno de «reconfiguração narrativa», que irremediavelmente põe em causa a «configuração narrativa», isto é, o sentido da estrutura (Ricoeur, 1984)). Se este mecanismo é constitutivo de qualquer texto literário, torna-se porém mais evidente no universo da oralidade, marcado pela «*performance*» e pela «*mouvance*» textual (Zumthor, 1983 e 1987). Partindo da terminologia de Jakobson (1973), trata-se de considerar a relação entre a obra e sua objectivação, o que equivale sensivelmente a transpor, para o espaço do conto, a dicotomia saussuriana entre *langue* e *parole*, em que o aspecto da criatividade individual poderá adquirir todo o seu sentido.

Mas vejamos em que consiste então este esquema-base do conto. Trata-se, geralmente, de um príncipe levado a descobrir o feminino, ficando na posse de três objectos mágicos (três cidras, três nozes, três garrafas, três caixas ...) que contêm três meninas encantadas. Para estas poderem viver, os objectos têm de ser abertos junto a uma fonte, condição só preenchida numa terceira tentativa. A dado momento, o príncipe afirma ter de partir para a corte (vai buscar uma carruagem, roupa ou vai chamar a corte) e deixa a menina em cima de uma árvore. Durante a sua ausência aparece uma criada negra — uma moura, em certas variantes — que vai buscar água num cântaro que tentará partir. Ao ver um belo rosto reflectido na água, fica narcisicamente encantada, quando o riso da princesa vem quebrar a magia do espelho. Esta revela à criada a sua aventura que então, sob pretexto de a catar, lhe espeta um alfinete na cabeça: a menina transforma-se em pomba e desaparece, ficando a criada no seu lugar. Apesar de algumas hesitações, o príncipe acaba por a levar para o palácio e casar com ela. No final, a verdade é reposta e a usurpadora violentamente castigada, vendo — na maioria das versões — o seu corpo desmembrado.

Seria fastidioso apresentar o quadro geral das variantes: apenas consideraremos alguns casos, a título de exemplo. Assim, para além da presença de alguns objectos claramente marcados em termos históricos (a referência, por exemplo, a um **retrato** das três cidras no conto n.º 5 ou a um príncipe que mora em França

no n.º 7, no possível seguimento da tradição de uma alta nobreza francesa em Portugal desde a Idade Média), é notável aparecer em todos os contos a imagem da «preta» que vai à fonte e tenta quebrar o cântaro. Ora, apesar de ser susceptível de diversas interpretações (psicanalíticas, nomeadamente), este cenário enraiza-se profundamente na cultura portuguesa: com efeito, é sabido que no século XVI, desde a chegada dos escravos, ir buscar água foi uma actividade que se tornou tradicional para as negras (a sua assimilação com a moura dispensa qualquer comentário). Actividade que se verifica ainda no século XVIII quando, mesmo livres, continuavam a vender água pelas ruas de Lisboa. Quebrar o cântaro pode assim aparecer como um acto simbólico de revolta, o que algumas versões deixam, aliás, perfeitamente claro: «Tão bonita que sou e a minha ama mandar-me buscar água ao poço! ... quebra-te cantarinha no gargalinho do poço.» (Castro Marim, n.º 5). Apesar de ser difícil proceder a uma determinação histórica precisa, vemos ser possível identificar referentes temporais que poderão corresponder, não à origem da narrativa, mas a um importante momento de actualização. Contudo, ao sondarmos o terreno movediço do conto, não podemos senão avançar hipóteses. De facto, não é objectivamente possível afirmar que o motivo da «preta» se fixou no século XVI ou posteriormente: a distanciação implicada pela passagem do real histórico ao real do conto, coloca problemas de distorção temporal difíceis de resolver. Reservas idênticas colocam-se quando, em certos contos brasileiros, se faz referência a um príncipe chamado D. João, passível de ser identificado com D. João VI, o primeiro rei português a estabelecer corte no Brasil, no início do século XIX. Por fim, também nas formas de castigos infligidos à criada se podem entrever condicionantes histórico-culturais. Seria, de outra maneira, difícil de entender a razão pela qual, na variante de Pernambuco, a «moura torta morreu amarrada nos rabos de dois burros bravos, lascada pelo meio», enquanto que na variante de Óbidos (n.º 9) é colocada numa barrica cravejada de pregos que, a seguir, é largada pelas ruas da cidade<sup>2</sup>. Mas não é

---

<sup>2</sup> É revelador o facto de todas as variantes manterem a mesma conclusão mórbida: geralmente, dos ossos da negra faz-se uma cadeira para a princesa subir para a cama (ou ir para o jardim), e da pele um tambor. Por outro lado, são notáveis os reflexos de uma antropofagia «primordial» (aparece, nomeadamente, no desejo da criada comer a pombinha e na transformação da carne em pastéis numa variante algarvia, n.º 6). Se a utilização dos ossos lembra o ritual de inumação referido por Propp (1983), cujo objectivo seria o de conservar a imagem de uma mãe ideal, protectora e sempre fértil (em muitos contos, nasce uma árvore sobre a sepultura da mãe), daí os ossos estarem sempre ligados à construção e ordenação do espaço (pulsões de vida), o motivo da pele é muito mais estranho. Poderá, eventualmente, ter uma origem ibérica. Pelo menos, ainda se reflecte no Alentejo: em Elvas, no Entrudo, batia-se à porta e dizia-se à pessoa que atendia e perguntava «quem é?»: «Faz favor, dá-me a sua pele pra tambor?» (Vasconcelos, 1963: 577). Contudo, esta «violência» transcende a questão das raízes iniciáticas do conto e inaugura um universo ficcional no qual se torna possível canalizar as pulsões de prazer e de morte (do narrador como do receptor). Esta **estética da perversão**, raramente considerada pela crítica, faz do conto o teatro da **expressão** catártica por excelência, indispensável para a construção de um equilíbrio individual e social.

apenas o surgimento destes estranhos pormenores que ofuscam as origens históricas de certas imagens. Também a presença de muitos termos que, por terem progressivamente perdido o seu valor denotativo, se cristalizaram na tradição e no discurso que a corporiza, contribui para o apagamento dos marcos temporais. Espécie de metáforas mortas ou **significantes flutuantes** em busca de significados que só o imaginário ficcional pode fornecer. É o caso de termos não marcados à partida como «rei», «príncipe» ou «pai» que se enquadram mais no plano das formas codificadas e monossémicas, do que no plano do símbolo, da metáfora, do excesso de sentido. Aliás, o facto de poderem livremente permutar no nível sintagmático, vem provar que possuem o mesmo valor e a mesma função («Um rei — por vezes diz-se um príncipe —», adverte o narrador de Barrancos (n.º 13) que revela possuir a consciência desta potencialidade transformacional do conto. O mesmo fenómeno explica a alternância bruxa/velha/moura/preta num mesmo contexto sintáctico-semântico). Tempo que se contrai e dilata, sem que o possamos realmente medir. Temporalidade simultaneamente mítica (imemorial) e evanescente.

Podemos, em segundo lugar, referir alguns indicadores sócio-culturais que frequentemente se manifestam em expressões dialectais ou outros elementos reveladores de uma região ou de um determinado modo de vida: as expressões «catar um bichinho» (n.º 7) — usada no Centro e no Norte —, «catar um piolho» em crioulo, mas que significativamente encontramos no conto brasileiro, uma vez que se trata de uma antiga actividade que os escravos teriam levado de Angola para o Brasil e, depois, se continuou na metrópole (segundo M.L. Machado de Sousa, era um dos deveres das criadas negras tratar do cabelo das senhoras, o que torna perfeitamente verosímil a situação que permite espetar um alfinete na cabeça). Poder-se-ia alongar a lista: «moleirinha» por «cabeça» numa das variantes algarvias (n.º 6); utilização de numerosos termos e estruturas que reflectem, na variante de Barrancos, a influência do Castelhana; ainda na variante de Pernambuco, a referência a um laço de visgo (ou visco) para capturar a pomba, em vez de um laço de ouro ou de brilhantes, que parece resultar de uma inadequação do motivo europeu às estruturas do imaginário nordestino; por isso, foi transformado de forma a adaptar-se a uma realidade concreta ligada às técnicas de caça. Estas variantes desenham diferenciações culturais e oferecem, decerto, ao comparativista (e não só) um original suporte para pensar a diversidade. Funcionam, em última análise, como signos discretos que medeiam o conhecimento do Outro. Não deixa, contudo, de ser surpreendente o facto de encontrarmos maior diversidade entre as versões recolhidas em Portugal do que entre algumas destas e a versão brasileira, o que demonstra que a relação entre diversidade cultural e unidade linguística não é, na lógica do conto, uma relação linear. Este caso parece mostrar que o conto tem mais tendência a cristalizar-se

quando uma cultura, a um dado momento da sua evolução, o recebe como **modelo** e memória de uma origem, o que limita consideravelmente a possibilidade de uma distanciação em relação ao objecto.

Em terceiro lugar, refiramos apenas a escassez de indicadores toponímicos. No conto n.º 2, o príncipe tem de ir à Estrela encontrar-se com o leão, o que, sem outros índices, não permite concluir, como o faz M. L. Machado de Sousa, tratar-se de um pormenor que «dá a cor local aos acontecimentos» (M. de Sousa in “Prefácio” a Pedroso, s/d.: 26), podendo representar metaforicamente uma distância a percorrer. Contudo, é compreensível a falta deste tipo de informação no conto, uma vez que, na relação dialógica, cabe ao receptor investir a letra com os seus próprios referentes espaciais, reais ou imaginários, e neles enraizar os fundamentos da memória. A atenção do conto centra-se na **representação** em si e o espaço, tornando-se indecifrável, adquire essencialmente a dimensão do **espectáculo**. A geografia que constrói não terá tanto a função de criar um efeito de real, como a de engendrar um efeito de contraste. Neste discurso incessantemente investido pela imaginação do desejo, seria em vão que tentaríamos encontrar uma lógica explicativa.

### **Geração do conto e criatividade: a lei e o desejo**

Além das variantes introduzidas pelas modalizações históricas e aquilo a que poderemos chamar os **impulsos regionais**, existem transformações provocadas por uma censura, ou **filtragem** (individual e/ou comunitária). Com efeito, algumas variantes modificam ou eliminam certos enunciados por deixarem de ser perceptíveis na sua depuração simbólica. Assim, surge a necessidade de explicar, **motivar** os aspectos temáticos mais obscuros, como aquele que obriga o príncipe a deixar a menina em cima da árvore: vai buscar uma carruagem, roupa ou vai, na versão pitoresca de Barrancos, levar um boi, o que revela uma nítida adaptação ao contexto rural. Ora, em termos simbólicos, esta situação prende-se simplesmente com a necessidade da **disjunção** de modo a evitar a cristalização num espaço paradisíaco aprisionador e viver a Alteridade (casa com a negra) e permite, por outro lado, preparar, em termos de programa narrativo, a metamorfose/substituição da princesa. Da mesma forma, é possível entrever fenómenos de intertextualidade na capacidade que o conto (ou o narrador, conscientemente ou não) tem em assimilar ou absorver motivos e estruturas oriundos de outros universos narrativos (intervenção de uma fada no n.º 3 ou, no n.º 11, a insólita presença, neste ciclo, de um núcleo familiar composto por um pai e três filhos no início do conto: o facto de reaparecer, sem qualquer transição lógica, no final da variante brasileira, a figura do rei que casa

com a menina, conforme a tradição das «Três cidras», revela perfeitamente estarmos perante uma «contaminação»). Por outro lado, as frequentes intervenções do contador através, por exemplo, de prolepses do tipo «como já se vê» (n.º 10), são reveladoras deste impulso criador que define a *performance* como modo específico de ser/existir do texto oral. Estas prolepses — espelho da **consciência narrativa** — não somente antecipam a sequência seguinte, como criam um espaço de ironia, ou seja, simultaneamente, de apropriação e de distanciação do contar em relação ao conto. Ainda na variação individual, refiramos a possibilidade de abordar certos espaços como co-referentes do acto de enunciação. Assim, a diferença entre uma fonte, um riacho, um rio ou um poço poderá apenas ser motivada pelo próprio espaço vivencial do narrador, adquirindo — no discurso — um valor análogo ao dos deícticos. Permitem, desta forma, e nos termos de Benveniste, apreender as modalidades do processo enunciativo (distância narrador/texto, tensão locutor/público, diferenciação ou assimilação entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado, possibilitando, por vezes, a troca dos «lugares narrativos», segundo Lyotard, s/d.: 47-49). Por outras palavras, mostram a capacidade do conto em **integrar a Alteridade** do receptor. O processo de variação na/pela actualização vai constituir assim um «factor de verdade (...) [que] se imprime como realidade por oposição à ficção» propriamente textual (Júdice, 1991: 250). Processo que, porém, depende directamente da **competência** do narrador (como da do receptor, aliás), o que pressupõe o domínio prévio, em profundidade, das regras estruturais e transformacionais do conto.

Assim, a criatividade como a variação, nunca é infinita. Por um lado, a transposição linguística de uma imagem do mundo, de um saber, será sempre determinada pelo *Eidos* de uma cultura (estrutura, aparência), pelo seu *Éthos* (ordem ética e/ou moral), mas também pela própria **gramaticalidade** da narrativa da qual depende a **legibilidade** ou aceitação do conto por um sujeito ou uma comunidade. A rejeição da criança a certos enunciados, vem demonstrar que a liberdade criativa é, na realidade, muito relativa (o que vem, aliás, questionar a teoria chomskiana da capacidade de expansão — teoricamente infinita — da frase), sofrendo restrições análogas às que contribuem para a correcção sintáctica e semântica de um enunciado. Por outro lado, uma das mais importantes características do conto diz respeito à **economia** em termos de significado: os elementos narrativos convergem para uma estrutura fixa e estável de significação, o que nos permite, aliás, abordar o conto, quer a partir do equilíbrio de oposições fundamentais resultantes da existência de estruturas elementares que adquirem, com Greimas, a forma isotópica do quadrado semiótico (Greimas, 1966 e 1970), quer, numa perspectiva diferente, identificar estes elementos com as «estruturas antropológicas do imaginário» de Gilbert Durand (1984). É por isso que «o conto goza de uma dupla faculdade de suscitar a diferença — a

variante ou a repetição — e de encontrar o sentido dessa diferença na repetição» (Júdice, 1991: 256), e que se torna viável a hipótese da existência de uma mecânica complexa que organiza e rege toda a narrativa. A análise das treze variantes revela claramente que, para além dos diversos níveis de variação, a narrativa desenvolve um itinerário sequencial que realiza sempre um mesmo projecto pré-determinado. Por outras palavras, existe um «**esquema gerador**» na base do conto, isto é, um «*systeme général qui assemble tous les éléments du texte narratif. Les éléments de ce système (...) sont pris dans une stratégie textuelle qui génère le texte (...). Aucun ne peut prétendre échapper à sa loi.*» (Bencheick, 1988: 94-95). De certa forma, o esquema gerador é o mecanismo que organiza, no nível sintagmático inclusive, as mencionadas estruturas elementares. Se retomarmos o nosso *corpus*, e distribuímos as narrativas em dois grupos, em função dos tipos de introdução, torna-se ainda mais evidente a tendência do conto à **homogeneização**, à unidade, que a língua, em última análise, alimenta e suporta:

### Grupo I

Percurso errante → encontra os 3  
do príncipe (caça, objectos  
passeio)

### Grupo II

Tristeza do príncipe → Uma velha → Leão que guarda as chaves → Consegue fugir, levantando  
(espécie de morte provoca do palácio das 3 Cidras obstáculos face ao leão,  
simbólica) o riso e leva os 3 objectos



Desencantamento e → Partida do Príncipe → Reconhecimento → Castigo da → Ordem  
procura do Centro e substituição da princesa preta (casam)

Em primeiro lugar, verificamos que cada uma das diferentes «*mise-en-récit*», para utilizarmos a terminologia de Ricoeur, gera uma sequência introdutória específica (o que nos leva a pensar na existência de duas tradições diferentes na origem dos contos). No entanto, nem esta divergência inicial, nem as inúmeras variantes, vêm alterar ou anular os núcleos temáticos centrais — as **operações**

**gerais** — (disforia inicial -> busca de um centro -> confronto com a alteridade -> reposição da ordem, harmonia e equilíbrio entre Eros e Thanatos) que permitem identificar o esquema gerador destes contos como sendo o de uma **dupla viagem iniciática** (do príncipe como da menina) ao outro mundo, o que, de resto, seria facilmente demonstrável através da análise das «raízes históricas» dos diversos espaços, personagens e motivos presentes no conto (Propp, 1983). Esta perspectiva leva-nos a definir o motivo e o conteúdo «anedótico» (o nível de superfície) como elementos que sofrem variações em função do contexto social ou civilizacional sem, no entanto, alterarem os mecanismos internos de funcionamento do conto. Além do mais, é precisamente este movimento de convergência e sobredeterminação a um mesmo programa narrativo, que nos permite falar em **ciclo**. Em segundo lugar, apercebemo-nos que toda a narrativa introduz **operadores**, principais e secundários, para poder realizar uma ou várias fases do programa fixado pelo esquema gerador. Como é óbvio, os primeiros têm tendência a permanecer ao longo da narrativa uma vez que «corporizam» os grandes núcleos temáticos, enquanto que os segundos desaparecem do conto quando deixam de ser **funcionalmente** necessários (assim se explica, por exemplo, que nunca mais se ouça falar — nas restantes sequências —, nem dos pais do herói, nem da velha que aparece no início de todas as narrativas do Grupo II).

A liberdade das personagens é, desta forma, condicionada como é igualmente condicionada a liberdade geradora de variantes. Globalmente, estas apenas podem surgir nos interstícios das estruturas elementares, isto é, naquilo a que J.E. Bencheick define como «*boucles du récit*» e que representam a possibilidade oferecida ao texto (e, por conseguinte, ao próprio contador que com ele se identifica) de desenvolver um ponto particular. Constituem, portanto, espaços vazios onde se instauram os limites da criatividade e da diferença:

Leur importance mesure la capacité d'accueil du conte, mais aussi le pouvoir qu'il a de contrôler les discours qui s'y émettent. (Bencheick, 1988: 87).

O conto desenha-se assim como representação absoluta. Não se trata de uma metalinguagem, mas de um modo específico de funcionamento da linguagem: o mundo acede à Forma porque é nomeado, acede à Existência na/pela palavra. Todo ele consistiria então num imenso rito de apelação, repetindo a imemorial tentativa (ou tentação) de exorcizar a sombra de Babel. **Escrita andrógina**, de certo modo, em que o discurso da Lei (o poder unificador da Tradição, da estrutura, da língua) e o discurso do desejo (imaginário, criatividade e confronto com a diversidade) coexistem, unidos, porém, num fundamental **desejo da palavra** como forma de, pelo menos uma vez, vencer o espectro da irreversibilidade temporal, da dispersão, da morte. Conto durante muito tempo

considerado como palavra delirante confinada ao espírito imaturo da criança; palavra das trevas e do **inter-dito**, já condenada por D. Duarte e que, sintomaticamente, a cultura árabo-islâmica, referindo-se às *Mil e uma noites*, catalogava de «*Khurâfa*», isto é, o delírio de um cérebro perturbado. Palavra que, simultaneamente, instaura uma memória, uma origem, uma ordem e ameaça os fundamentos da ideologia, do poder, pelo incontável excesso de sentido que veicula. É também por isso que encontramos no conto popular o espaço privilegiado para viver a Identidade na Diferença e (re)pensar as fronteiras entre a unidade e a diversidade.

### Referências bibliográficas

- BENCHEICK, J. E. (1988) — *Les mille et une nuits ou la parole prisonnière*, Paris, N.R.F.-Gallimard.
- COELHO, A. (1985) — *Contos populares portugueses*, Lisboa, publicações D. Quixote.
- COURTÉS, J. (1979) — *Introdução à semiótica discursiva*, Coimbra, liv. Almedina.
- DURAND, G. (1984) — *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*, Paris, Bordas.
- GOROG-KARADY, V. (org.) (1990) — *La variabilité dans la littérature orale*, Paris, C.N.R.S.
- GREIMAS, A. J. (1966) — *Sémantique structurale*, Paris, Larousse.
- GREIMAS, A. J. (1970) — *Du sens. Essais sémiotiques*, Paris, Ed. du Seuil.
- GUSDORF, G. (1984) — *L'homme romantique*, Paris, Payot.
- JAKOBSON, R. (1973) — «Le folklore, forme spécifique de création», in *Questions de poétique*, Paris, Seuil.
- JÚDICE, N. (1991) — *O espaço do conto no texto medieval*, Lisboa, Vega.
- LYOTARD, J-F. (s/d) — «Pragmática do saber narrativo» in *A condição pós-moderna*, Lisboa, Gradiva.
- OLIVEIRA, F.X. Ataíde de (s/d) — *Contos tradicionais do Algarve*, Lisboa, Vega, 2 Vols. (Prefácio de M.L. Machado de Sousa).
- PEDROSO, Consiglieri (s/d) — *Contos populares portugueses*, Lisboa, Vega. (Prefácio de M.L. Machado de Sousa).
- PROPP, V. (s/d) — *Édipo à luz do folclore*, Lisboa, Vega.

- PROPP, V. (1965) — *Morphologie du conte*, Paris, Points-Seuil.
- PROPP, V. (1983) — *Les racines historiques du conte merveilleux*, Paris, N.R.F.-Gallimard.
- RICOEUR, P. (1984) — *Temps et récit II*, Paris, Points-Seuil.
- ROMÉRO, S. (1911) — *Contos populares do Brazil.*, Rio de Janeiro, Francisco Alves & C.<sup>ia</sup>.
- THOMPSON, S. (1951) — *The folktale*, New York, The Dryden Press.
- TODOROV, T. (1979) — «A crise romântica», in *Teorias do símbolo*, Lisboa, Ed. 70.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1963) — *Contos populares e lendas*, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- ZUMTHOR, P. (1982) — «Le discours de la poésie orale», in *Poétique*, n.º 52.
- ZUMTHOR, P. (1983) — *Introduction à la poésie orale*, Paris, Seuil.
- ZUMTHOR, P. (1987) — *La lettre et la voix*, Paris, Seuil.

## Processamento da informação verbal em bilingues

O bilinguismo tem sido estudado em perspectivas diversas nas últimas décadas. Os linguistas dedicaram-se principalmente a estudos que, directa ou indirectamente, surgem na sequência da obra de Uriel Weinreich (1953) e que incidem, em grande parte, sobre aspectos como empréstimo linguístico, interferência, «interlanguage» e alternância entre códigos linguísticos. Os resultados da investigação efectuada vieram a influenciar de modo decisivo os conhecimentos sobre ensino/aprendizagem de língua, seja em falantes bilingues ou falantes monolingues que aprendem uma língua estrangeira.

Neurolinguistas e neuropsicólogos viram no estudo do bilinguismo um meio privilegiado de encontrar pistas úteis para uma melhor compreensão de fenómenos como afasia em bilingues, localização no cérebro das línguas faladas e ainda a especialização dos hemisférios cerebrais para a execução de tarefas ligadas ao processamento da informação verbal. Poder-se-á ainda constatar que os psicólogos abordaram a questão do bilinguismo em duas orientações básicas: numa aproximação desenvolvimentalista, dedicaram-se à análise de aspectos ligados às várias fases da aquisição de uma ou duas línguas pela criança; os efeitos positivos ou negativos do bilinguismo; bilinguismo e afirmação de identidade cultural, entre outros.

Numa perspectiva cognitivista, surgem inúmeros trabalhos reflectindo uma grande diversidade temática. De facto, do ponto de vista psicológico, o bilinguismo é um fenómeno muito complexo, tendo-se realizado estudos sobre a organização e representação na memória bilingue dos códigos linguísticos; funcionamento e acesso ao léxico; processamento e eventual ligação das palavras de duas línguas, tal como os sinónimos e os equivalentes de tradução, quando estes são formalmente muito próximos como no inglês: RICH-RICO ou distantes como FOOT-PÉ; representação na memória das unidades supra-linguísticas, como as imagens associadas às palavras.

## 1. O que é o bilinguismo?

Contudo quando se inicia um estudo com bilingues a primeira tarefa que se nos depara é a de saber o que é o bilinguismo, já que frequentemente tem surgido ambiguidade e alguma confusão quando se discutem os resultados dos trabalhos neste domínio, por razões que se prendem com:

- dificuldades surgidas na própria definição do termo bilinguismo
- divergências quando se consideram as circunstâncias que contribuem para que um indivíduo se torne bilingue
- desencontros na caracterização dos vários tipos de bilinguismo e dos falantes bilingues, decorrentes de diferenças de critérios estabelecidos pelos investigadores.

Para alguns autores é bilingue o indivíduo que apresenta uma fluência igual ou muito aproximada nas línguas faladas, de modo comparável a um falante nativo (Bloomfield, 1935); outros, consideram necessária uma competência mínima quando se trata de compreender, falar, ler e escrever nas duas línguas (Macnamara, 1967); investigadores há ainda que defendem ser bilingue o falante que apresentar uma competência passiva nas duas línguas (compreensão oral e também leitura), enquanto outros argumentam que deverá ser igualmente demonstrada uma competência a nível da produção linguística (falar e escrever).

Se os parâmetros anteriormente apontados têm a ver com o nível de proficiência linguística dos falantes, Weinreich define o bilinguismo de acordo com um critério que se relaciona preferencialmente com o uso pelo indivíduo de dois códigos linguísticos. Segundo este autor «... bilingualism is the practice of alternately using two languages» (Weinreich, 1953: 71). É na sequência desta definição que nos surgem as interpretações funcionais do fenómeno do bilinguismo, em que este é compreendido como o resultado da experiência de vida do falante e a resposta por ele produzida ao meio envolvente. Damos a definição de François Grosjean e Carlos Soares como exemplo, já que foi a adoptada no decorrer do trabalho que se realizou:<sup>1</sup>

- Bilingualism is the regular use of two (or more) languages, and bilinguals are those people who need and use two (or more) languages in their everyday lives;
- Bilinguals use their languages for different purposes and hence rarely have the same level of proficiency in the two languages;

---

<sup>1</sup> Carlos Soares é luso-descendente, reside nos E.U.A. desde os 12 anos de idade e fez em 1982 uma Tese de Doutoramento intitulada *Language processing in bilinguals: Neurolinguistic and psycholinguistic studies*, apresentada à Northeastern University, Boston, MA. Estuda nesse trabalho o bilinguismo em falantes de Inglês e Português.

- Bilinguals develop skills in their languages to the extent needed by the environment. As the environment changes and the needs for particular skills also change, so will the bilingual's competence in these various language skills. (Grosjean; Soares, 1986: 178-179).

## **2. Estudo experimental sobre processamento da informação verbal em bilingues de Português e Inglês**

Realizaram-se quatro estudos experimentais que pretendiam dar uma contribuição para o melhor conhecimento da interacção entre a distribuição dos recursos da atenção e o processamento da informação verbal apresentada em dois códigos linguísticos<sup>2</sup>. Por outras palavras, simplificando muito, como se pode dar atenção a dois estímulos verbais e funcionar em simultâneo com duas línguas.

Estudos recentes demonstraram que no processamento da informação a interferência depende, em grande parte, das características do estímulo e do tipo de resposta solicitada. Também se provou que na execução de duas tarefas em simultâneo, a interferência é maior quando as tarefas a realizar implicam os mesmos processos e as mesmas estruturas cognitivas, isto é, quando os dois estímulos são apresentados por via auditiva ou por via auditiva e visual.

Nas experiências efectuadas, utilizando a técnica de audição dicótica que permite a apresentação de dois estímulos auditivos sincronizados que são transmitidos um ao ouvido direito e outro ao ouvido esquerdo, os indivíduos ouviam listas de palavras em Inglês/Inglês, Português/Português, Inglês/Português e Português/Inglês. Deste modo levantavam-se as seguintes questões:

- se os falantes podem manter activos e trabalhar em simultâneo dois códigos linguísticos e, em caso afirmativo,
  - se o modo de apresentação monolíngue e o modo de apresentação bilingue apresentam resultados equivalentes ou muito aproximados: a acontecer, significaria que, num exercício em que o indivíduo tem de dividir a atenção entre duas mensagens concorrentes, processar informação através de uma língua ou de duas línguas é equivalente

---

<sup>2</sup> O estudo experimental referido foi realizado no âmbito da elaboração da dissertação de Mestrado, sob orientação das Professoras Isabel Faria, da Faculdade de Letras e Maria Luísa Figueira, da Faculdade de Medicina (Universidade Clássica de Lisboa). Em Nova Iorque o trabalho no Laboratório foi acompanhado pelo Professor William Hirst, da New School for Social Studies. A formulação das hipóteses e o desenho experimental surgem na sequência de um estudo anterior de William Hirst e David Kalmer na Universidade de Princeton (Vd. Referências bibliográficas).

- por outro lado, se o modo de apresentação monolíngue e o modo de apresentação bilingue apresentassem resultados significativamente diferentes na execução da mesma tarefa, poderíamos então constatar se a apresentação bilingue conduzia à ocorrência de fenómenos de
  - interferência e consequente dificuldade no processamento da informação  
ou de
  - discriminação dos estímulos experimentais, o que constituiria um efeito facilitador no desempenho da tarefa a executar.

## 2.1 Sujeitos

Nas experiências realizadas, participaram 24 indivíduos do sexo feminino, 12 falantes monolíngues de Inglês e 12 falantes bilingues de Inglês e Português, residentes no estado de Nova Iorque<sup>3</sup>. Tendo em atenção a literatura sobre processamento linguístico, bilinguismo e os resultados de trabalhos de investigação nestes domínios, na definição da população a estudar, tomou-se em consideração para além das variáveis sexo e idade do indivíduo, a lateralização da mão.

Visto que os informantes deveriam cumprir durante o trabalho experimental tarefas que implicavam a capacidade de utilizar a língua de modo muito abstracto, como a classificação e identificação de palavras por campos semânticos, foram também tidos em atenção o nível de instrução atingido e a área de residência.

Deste modo, para além de não terem qualquer deficiência física que os impedisse de participar na experiência, todos os sujeitos, monolíngues ou bilingues, deviam obedecer às seguintes condições:

- serem todos do mesmo sexo
- apresentarem uma forte preferência pela mão direita
- terem entre 18-30 anos de idade
- terem realizado ou frequentarem estudos a nível do Ensino Secundário e/ou da Universidade
- residirem numa área urbana do estado de Nova Iorque

Na selecção dos informantes bilingues, teve-se ainda em conta a fluência linguística atingida em ambas as línguas, a idade e as circunstâncias em que o indivíduo se tornou bilingue, o contexto de aprendizagem e o contexto de

---

<sup>3</sup> O estudo veio a ser realizado com grupos de mulheres porque se constituiu mais facilmente um grupo homogéneo no tempo disponível.

utilização das línguas faladas. Por isso, os informantes bilingues deveriam obedecer aos critérios seguintes:

- serem igual ou muito aproximadamente fluentes em Português e Inglês
- terem nascido nos Estados Unidos ou, em caso negativo, terem chegado aos Estados Unidos em idade de realizar a Instrução Primária, quando tenham nascido noutro país
- na sua vida quotidiana falarem com regularidade em Inglês e Português e/ou
- na sua família o Português ser língua de comunicação

## 2.2 Material experimental

Os estímulos experimentais eram substantivos monossilábicos em Inglês e Português, seleccionados de acordo com o nível de frequência em cada uma das línguas.

## 2.3 Experiências realizadas

Realizaram-se quatro experiências: na 1.<sup>a</sup> experiência o sujeito devia detectar palavras que eram anunciadas por categoria (BODY PART, palavra a reconhecer HEAD). Os items que compunham o exercício foram escolhidos sem preocupação de terem uma relação de sentido; a 2.<sup>a</sup> experiência tinha exactamente os mesmos estímulos que a 1.<sup>a</sup>, só que o alvo era anunciado não por categoria semântica mas directamente (HEAD, palavra a reconhecer HEAD). Na 3.<sup>a</sup> experiência, pelo ouvido esquerdo eram transmitidas palavras que correspondiam a nomes de partes do corpo e pelo lado direito nomes de elementos da natureza e vice-versa. Por fim, na 4.<sup>a</sup> experiência, os informantes processavam do lado esquerdo e do lado direito nomes de partes do corpo.

## Conclusões

Os resultados do trabalho efectuado levam a concluir que é possível processar uma ou duas línguas em simultâneo, já que não houve nenhum sujeito que não o conseguisse realizar.

Igualmente se verificou que o modo de apresentação da informação em dois códigos linguísticos, não conduz a diferenças significativas do ponto de vista estatístico no desempenho dos falantes<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Procedeu-se ao apuramento do número de alvos detectados e tempo de reacção do indivíduo para detectar as palavras. Quando no decorrer do artigo se referem diferenças significativas, a afirmação deve ser entendida do ponto de vista estatístico.

Um terceiro aspecto para o qual o trabalho poderia dar uma contribuição é o do bilinguismo, principalmente como funcionam estes indivíduos como falantes de uma e de duas línguas. Verifica-se, num primeiro momento, que os bilingues podem trabalhar com grande eficiência em duas línguas, mas quando processam uma só língua não demonstram diferenças significativas no seu desempenho quando comparados com os monolíngues. Também não há diferenças significativas no processamento da língua dominante e não dominante. Contudo, na Experiência 1, surgiu uma questão a aprofundar e que tem a ver com a razão por que os bilingues só nesta experiência (recordamos que se tratava de categorização de palavras) apresentam uma diferença significativa entre processar a língua dominante e a não dominante.

Sai reforçada a hipótese que o bilingue tem acesso e pode seleccionar palavras de dois léxicos diferentes em paralelo, tudo parecendo mostrar que o acesso lexical se realiza através de uma pesquisa simultânea da totalidade ou de parte das representações em memória.

Quanto aos critérios de selecção lexical, após a análise dos resultados conseguidos, é difícil sustentar os modelos de pré-selecção, segundo os quais a análise sensorial é dirigida desde a entrada para o léxico da palavra respeitante à língua utilizada, mantendo-se o outro código inibido. Antes parecem mais consentâneos com os modelos que a) advogam a existência de uma primeira fase de descodificação comum e paralela aos dois sistemas, a que se sucederiam os processos de análise que são distintos para cada língua ou b) que a informação vinda do estímulo sensorial activa todas as representações lexicais nas duas línguas faladas, não tendo em conta na pesquisa a pertença linguística.

Contudo este estudo deverá ser confrontado com experiências a realizar com outras línguas, com outros tipos de bilingue, já que por razões que se prendiam com os condicionalismos em que surgiu esta pesquisa, houve que delimitar o âmbito do trabalho a questões muito pontuais num domínio muito complexo.

## Referências bibliográficas

- BLOOMFIELD, Louis (1935) — *Language*. London, Allen and Unwin, Ld.
- GROSJEAN, François; SOARES, Carlos (1986) — «Processing mixed language: Some preliminary findings», in Jyotsna Vaid, 1986, pp. 145-179.
- HIRST, William; KALMER, David (1987) — «Characterizing attentional resources», in *Journal of Experimental Psychology: General*, 116, pp. 66-81.
- MACNAMARA, Jonh (1967) — “The bilingual's linguistic performance — psychological overview”, in *Journal of Social Issues*, vol. XXIII, nº 2, pp. 58-77.
- MENDES, Maria Luísa Sobral (1992 — *Processamento da informação verbal em bilingues. Estudo experimental dos recursos atencionais* (Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva apresentada à Faculdade de Letras, Universidade Clássica de Lisboa).
- SOARES, Carlos (1982) — *Language processing in bilinguals: Neurolinguistic and psycholinguistic studies*: (Tese de Doutoramento apresentada à Northeastern University, Boston, MA).
- VAID, Jyotsna (ed.) (1986) — *Language processing in bilinguals: Psycholinguistic and neuropsychological perspectives*, Hillsdale, N. J., Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- WEINREICH, Uriel (1953) — *Languages in Contact*. The Hague, Mouton.

## Um Olhar sobre o Outro: a Carta de Pêro Vaz de Caminha

A escolha da carta de Pero Vaz de Caminha para documento base de um ensaio que intitulámos de «Um Olhar sobre o Outro»<sup>1</sup>, foi em muito determinada pelo privilégio nela concedido ao elemento humano, em detrimento de outros, nomeadamente, o espaço físico. Curioso notar, no entanto, a importância que este último assume na determinação da configuração somática dos indígenas e, ainda que implicitamente, da sua índole, denotando uma espécie de determinismo geográfico encontrado em toda a Antiguidade, p. ex., «(...) são como aves ou alimárias monteses, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas (...). Isto me faz presumir que não têm casas nem moradas a que se acolham, e o ar, a que se criam, os faz tais.» (p. 82)<sup>2</sup>

O privilégio concedido ao Outro reflecte quer a influência do Humanismo, quer o desejo de Caminha de, pelo ineditismo da narração, seduzir o monarca para um fim confesso (a obtenção do perdão do genro). De notar que, concomitantemente à influência do Humanismo, é possível identificar uma teia de outras influências, derivadas, nomeadamente, da Escolástica, da educação burguesa e, muito particularmente, do legado greco-latino (etnocentrismo<sup>3</sup>, ênfase no empírico) e do Renascimento.

O privilégio concedido ao Outro é também facilmente compreendido, se atendermos ser praticamente impossível a ele ficar indiferente num momento em que os Descobrimientos revelam ser o globo todo por inteiro povoado, ser o Outro mais numeroso do que até então se havia pensado (Barreto, 1989 b: 92) e haver

---

Joana Miranda é Assistente estagiária de Psicologia Educacional na Universidade Aberta. Está a preparar uma tese de mestrado sobre as atitudes dos portugueses face aos principais grupos étnicos existentes em Portugal.

<sup>1</sup> Sempre que se escrever o «Outro» (referente de alteridade), referir-nos-emos ao «Outro civilizacional», passando-se algo idêntico relativamente a o «Mesmo».

<sup>2</sup> Indicações bibliográficas que não incluam outros dados, remetem para a carta de Caminha, citada na bibliografia.

<sup>3</sup> O termo «etnocentrismo» é no ensaio entendido enquanto «atitude baseada na convicção de que o povo a que se pertence, com as suas crenças, tradições, valores, é um modelo a que tudo deve referir-se» (*Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora), não apresentando conotações de natureza particularmente pejorativa.

regularidade física nesse Outro (por oposição às concepções da Antiguidade que remetiam o Outro para o domínio do infra-humano), p. ex., «Quem afirmar que vivem hoje gentes que tenham rosto de cão, ou de um só olho na testa, ou de mais de dois braços ou pés, é patranha e erro muito grande» (Frei Gaspar de S. Bernardino. *Apud* Barreto, 1989b).

Um outro factor não menos determinante na escolha da carta como documento de análise é o desejo de Caminha de tecer um olhar objectivo do Outro, p. ex., «(...) e creia bem por certo que, para lindar nem afeiar, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu» (p. 59). É tendo em mente esse desejo que o discurso se constrói com minúcia, visando a recolha do maior número de sinais, p. ex., «(...) dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta terra vi (...) o desejo que tinha de tudo vos dizer mo fez pôr assim pelo miúdo» (p. 97). Esta real obsessão de objectividade situa-se num plano radicalmente oposto ao fantasiar típico dos «Livros de Maravilhas» ou «Mirabilia» dos últimos séculos da Idade Média (Albuquerque, 1989: 133-143).

À procura de descrição da realidade com um máximo de objectividade está associada a quase total ausência de espanto com que essa descrição é feita, o que permite incluir a carta num primeiro tipo de escrita que adveio das primeiras abordagens que os portugueses e outros europeus fizeram de outros espaços e humanidades diversas, caracterizadas pela sua elementaridade, e que Urs Bitterli designa de «roce cultural» (Pinto, 1989: 227). É a aparente compreensão total da realidade (sem que deixemos de admitir a real perseguição de entendimento por Caminha) que fez com que a grande maioria dos historiadores aceitasse sem reservas este discurso intimista, coloquial e pretensamente modesto.

A concepção de Caminha de que a objectividade pode ser alcançada mediante recurso ao empírico (a carta constitui um verdadeiro «auto dos sentidos» (Pinto, 1989: 220), remonta a Aristóteles (não pretendendo reduzir Aristóteles à fixação em estruturas sensoriais). De notar que a ênfase no empírico revela-se uma necessidade, mais do que uma opção. A explosão informativa alcançada pelos Descobrimentos e o conseqüente questionar da validade do equipamento clássico-medieval, bem como a relativização do peso e do valor da herança cultural requeriam bases de conhecimento palpáveis.

O desejo de objectividade e a ênfase no empírico não impedem o desenvolvimento de um olhar etnocêntrico<sup>4</sup> ou, se preferirmos, eurocêntrico, cujas origens remontam à Antiguidade Clássica. De facto, a cultura grega tinha sido naturalmente etnocêntrica, fundamentando a sua superioridade na originalidade

---

<sup>4</sup> De resto, a «antropologia-geográfica» (um dos campos mais relevantes da cultura dos Descobrimentos) persegue uma objectividade de descrição do elemento humano que acaba por ser contaminada por uma racionalidade de centração.

do seu pensamento. Pensadores gregos, de Heródoto a Estrabão, passando por Aristóteles, tinham desde cedo teorizado a diferença entre o Mesmo e o Outro, defendido a manutenção dessa diferença, e tinham-na explicitado gradualmente, iniciando, assim, «(...) o percurso da construção racional da alteridade: diferenciação-identificação-diferenciação (...)» (Pinto, 1989: 217). Pouco a pouco, os herdeiros do legado greco-latino, foram-se fechando sobre si mesmos, o cristianismo foi-se tonificando como ideologia de resistência, numa procura de sobrevivência à ameaça exterior do islamismo, e, antes de físicas, as barreiras foram, de facto, culturais. As querelas entre os povos intensificaram-se, conduzindo a separações entre as diversas culturas que estiveram na base da constituição de uma teoria de alteridade que, quando descodificada, mais não é do que um conjunto de preocupações etnocêntricas. É neste contexto compreensível que, numa atitude de centração no Mesmo (por oposição ao ideal antropológico de descentração), o Outro possa ser perspectivado como negativo, p. ex., islão tomado como o absoluto contrário do mundo cristão, como positivo, porque composto pela imagem do Mesmo, p. ex., chinês aculturado pelos europeus ou como «tábua rasa», na qual é possível gravar o essencial da mensagem civilizacional portuguesa. É nesta última perspectiva que se posiciona o olhar de Caminha. Em Caminha, o Outro é remetido para um estado civilizacional já ultrapassado pelo Mesmo, para o plano de uma humanidade inferior, mais próxima da animalidade, p. ex., «(...) se esquivavam, como pardais, do cevadoiro» (p. 81), «(...) gente bestial, de pouco saber (...)» (pp. 81-82), «(...) aves ou alimárias monteses (...)» (p. 82).

Da comparação entre o Mesmo e o Outro resulta uma hierarquização, em que «os homens do mar» estão acima dos «homens da terra». No entanto, a preocupação em situar o Outro relativamente ao Mesmo reflecte, ainda que implicitamente, a necessidade do Outro para a definição da identidade do Mesmo.

Analisando a descrição que do Outro se faz na carta, é possível identificar dimensões mais privilegiadas e outras que o são menos. Com vista a identificar as dimensões do Outro, perspectivadas na carta, procedemos a uma análise de conteúdo, em que apenas as frases consideradas directa ou indirectamente ligadas à visão do Outro foram objecto de análise, não tendo, assim, a análise sido exaustiva.

No quadro 1 é apresentada a frequência das categorias e sub-categorias encontradas em cada dia de descrição.

Em termos gerais, os resultados encontrados denotam (v. quadro 1):

- Grandes diferenças na frequência total das descrições nos diversos dias (desde um valor de 6, no sétimo dia de descrição, até um valor de 54, no quarto dia).

**Quadro 1 – Frequências das Categorias e Sub-Categorias em cada dia de descrição**

Categoria	Sub-Categoria	Indicador	Qui		Sex		Sab		Dom		Seg		Ter		Qua		Qui		Sex		
1-Número		"...obra de sete ou oito..." (p. 62)	2	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2	3	14						
2-Cor		"Eram pardos..." (p. 62)	1	2	2	5	4						1		15						
3-Nudez		"...todos nus..." (p. 62)	2	3	5	3									13						
4-Acessórios		"Nas mãos traziam arcos com suas setas." (p. 62)	1	6	6	3	2	3					1		22						
5-Amistosidade/ /"Agressividade"	a-Amistosidade dos portugueses	"...lhes fez sinal que pousassem os arcos." (p. 62)	1	3	2	5							2	2	1	16					
	b-"Agressividade" dos portugueses	"...tomou dois daqueles homens da terra..." (p. 64)		1		1										2					
	c-Amistosidade dos tupis	"...sem implicarem nada com ele para fazer-lhe mal." (p. 75)			6	8	2	4	1	4	3	28									
	d-Receio dos tupis	"E saídos não pararam mais..." (p. 69)			1	8	2					11									
6-Obediência		"E eles os pousaram [arcos]." (p. 62)	1	1	2	1							1		6						
7-Comunicação Verbal	a-Dificuldade de comunicação	"Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento..." (p. 62)	1		1	1									3						
	b-Excesso de comunicação	"Era já a conversação deles connosco tanta que quase nos estorvavam..." (p. 86)					1								1						
8-Ofertas	a-Dos portugueses aos tupis	"Dou-lhes somente um barrete..." (p. 62)	1		3	4	2						1	2	13						
	b-Dos tupis aos portugueses	"Um deles deu-lhe um sombreiro de penas" (p. 63)	1		1	3	3						2		10						
9-Caract. físicas	a-Elogio	"...bons corpos..." (p. 64)		2	2	2	1					1	2	10							
	b-Descrição	"Os cabelos seus são corredios" (p. 66)	2	2	2										6						
10-Inocência		"não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas..." (p. 65)		3	1								2	2	8						
11-Ausência de cortesia		"Mas não fizeram sinal de cortesia..." (p. 66)		1											1						
12-Inferência sobre as riquezas da terra		"...como que nos dizendo que ali havia ouro." (p. 67)		2	1										1	4					
13-Hábitos Alimentares	a-Desprezo pela comida dos portug.	"Não quiseram comer quase nada daquilo..." (p. 67)		4												4					
	b-Descrição dos hábitos alimentares	"...e que lhes davam de comer daquela vianda..." (p. 85)					1						1		2						
	c-Apreciação da comida dos portug.	"Comeram toda a vianda que lhes deram..." (p. 88)										1	3		4						
14-Religião	a-Ausência de respeito pelos objectos de culto dos portug.	"Viu um deles umas contas de rosário, ... e lançou-as ao pescoço." (p. 67-68)		2												2					
	b-Receptividade ao Cristianismo	"...seriam logo cristãos..." (p. 90)											3	5	8						
	c-Ausência de Religião	"...não têm, nem entendem em nenhuma crença." (p. 90)											1		1						
15-Saúde		"E com isto andam tais e tão rijos..." (p. 91)				2						1		3							
16-Habitat	a-Ausência	"...não têm casas nem moradas..." (p. 82)				2									2						
	b-Descrição	"...senão umas choupaninhas de rama verde..." (p. 82)						1	5						6						
17-Ausência de Agricultura e Pecuária		"Eles não lavram nem criam." (p. 91)												2		2					
			13	33	32	54	24	9	6	29	17	217									

- Frequências muito diferentes em cada dia de descrição, nas diferentes categorias.
- Não se consegue identificar uma tendência genérica de evolução da frequência das categorias ao longo dos diferentes dias de descrição. Assim, encontram-se categorias em que:
  - há uma certa homogeneidade de frequências nos diferentes dias de descrição, p. ex., 1-Número, 6-Obediência e 9a-Elogio das características físicas.
  - as descrições são pontuais, p. ex., 5b-«Agressividade» dos portugueses.
  - as descrições surgem essencialmente nos primeiros dias de descrição, sendo pouco frequentes nos últimos, p. ex., 2-Cor, 3-Nudez, 4-Acessórios, 5d-Receio dos tupis, 7a-Dificuldade de comunicação verbal e 9b-Descrição das características físicas. Nas categorias 2, 3, 4, e 9b esta tendência pode ser explicada pelo facto de os elementos em causa já terem sido descritos nos primeiros dias, ou seja, do aspecto físico do Outro já ter sido apropriado. No caso das categorias 5d e 7a as descrições diminuem, porque o contacto se intensifica. Assim, com a intensificação do contacto, o receio dos tupis deixa de ter sentido e a dificuldade de comunicação verbal deixa de ser tão nítida.
  - as descrições surgem essencialmente nos últimos dias de descrição, p. ex., 13c-Apreciação da comida dos portugueses. Com a intensificação do contacto, os tupis passam a apreciar mais a comida dos portugueses. Não é de facto a comida em si que se modifica, mas a aceitação//apreciação do português que está implícita a uma maior receptividade aos seus alimentos.
- Frequências muito diferentes nas diversas categorias (valores desde 1 em 7b-Excesso de comunicação verbal, 11-Ausência de cortesia e 14c-Ausência de Religião até 28 em 5c-Amistosidade dos tupis).
- As maiores frequências são, em geral, encontradas em categorias relativas a elementos de descrição física dos tupis, p. ex., 2-Cor, 3-Nudez, 4-Acessórios, o que denota o privilégio atribuído por Caminha a esta vertente.
- Outras categorias que também apresentam frequências elevadas são 1-Número, 5a e 5c, respectivamente, Amistosidade dos portugueses e dos tupis e 8a-Ofertas dos portugueses aos tupis.

Algumas das categorias merecem-nos determinadas considerações:

### **Número**

Apesar de em todos os dias de descrição ser tecida pelo menos uma referência ao número de indígenas presentes em cada situação, não é feita qualquer estimativa relativamente ao número total de indígenas existentes. Estudos posteriores a este respeito não são consistentes. Frédéric Mauro (*Apud* Mattoso, 1989: 200) estima em um milhão a população indígena existente aquando da chegada de Cabral. Pierre Clastres (*ibidem*) refere valores mais elevados: um milhão e meio de guaranis e possível número idêntico de tupis (apesar da dificuldade em delimitar a sua região)<sup>5</sup>.

### **Cor**

São tecidas referências quer à cor natural dos tupis, quer às suas pinturas. Nesta categoria (tal como em algumas outras) é notável o grau de pormenorização da descrição, a sacralização do pormenor, p. ex., «Entre elas andava uma com uma coxa, do joelho até ao quadril, e a nádega toda tinta daquela tintura preta; e o resto, tudo da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés (...)» (p. 79).

### **Nudez**

Caminha fica fascinado com a nudez dos indígenas, e este constitui um dos poucos domínios perante os quais mal consegue disfarçar a sua admiração.

A beleza física da mulher indígena é exaltada, e revelada a expressão de uma nova sensualidade. Este é também um dos poucos domínios em que, da comparação entre portugueses e indígenas, se conclui da superioridade dos últimos, p. ex., «(...) e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela» (p. 72).

A referência à nudez é frequentemente associada à inocência, p. ex., «Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas, e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto.» (p. 65).

### **Acessórios**

Este é, tal como referido relativamente à categoria «cor», um domínio em que se encontra a exacerbação do pormenor, p. ex., «Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, do compri-

---

<sup>5</sup> Para além dos tupi-guaranis com os quais os portugueses entraram em contacto e a que se refere a carta, existia ainda no Brasil, aquando da chegada de Cabral, a tribo dos tapuias (Mattoso, 1989).

mento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita como roque de xadrez, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber.» (p. 65-66).

### **Amistosidade / «Agressividade» dos portugueses e dos tupis**

A consideração das referidas sub-categorias permite comparar a descrição que se faz do Mesmo e do Outro a este nível.

— Apesar das duas referências a uma certa «agressividade» dos portugueses para com os tupis, é, tal como seria de esperar, a sua amistosidade que é realçada.

— Referências à amistosidade dos tupis são curiosamente mais frequentes do que à dos portugueses. De facto, de comparações pontuais a este nível, conclui-se da maior amistosidade dos indígenas, p. ex., «Andavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós andávamos entre eles.» (p. 90). O reconhecimento explícito ou implícito da superioridade dos tupis não só a este nível como a outros (p. ex., beleza física, saúde), demonstra que a visão do Outro não representa uma visão incondicionalmente negativa (este aspecto será posteriormente desenvolvido neste ensaio).

O comportamento dos indígenas é bipolarizado — amistosidade/receio. Com o evoluir da descrição aumentam e diminuem, respectivamente, as referências à primeira e ao segundo. A bipolarização existe, inclusivamente, num mesmo momento de descrição, p. ex., «Alguns aguardavam; outros afastavam-se (...). Passaram além tantos dos nossos, e andavam assim misturados com eles, que eles se esquivavam e afastavam-se. E deles alguns iam-se para cima onde outros estavam.» (p. 78), ou, ainda, «Bastará dizer-vos que até aqui, como quer que eles um pouco se amansassem, logo duma mão para a outra se esquivavam, (...)» (p. 81). À medida que o contacto portugueses-tupis se intensifica, o receio desaparece (notar que no quadro 1 só se encontram referências a receio até ao quinto dia da descrição).

Independentemente da amistosidade, identificam-se pontuais momentos de tensão passíveis de conduzir a um desencadear de agressividade, p. ex., «Ali por então não houve mais fala nem entendimento com eles, por a berberia deles ser tamanha que não se entendia nem ouvia ninguém.» (p. 71).

### **Características físicas**

Na sub-categoria «descrição» foram apenas considerados os elementos que não se podiam incluir nas demais categorias apresentadas referentes a aspectos de ordem física.

As características físicas dos indígenas são exaltadas «(...) os corpos seus são tão limpos, tão gordos e formosos, que não pode mais ser.» (p. 82) e, como

já referido, da comparação entre o Mesmo e o Outro a este nível, resulta a superioridade do Outro.

### **Inferência sobre as riquezas da terra**

Apesar de a categoria não se revelar muito significativa (quatro referências), não se pode deixar de notar que ao interesse pelo Outro não está meramente subjacente uma curiosidade antropológica, mas também uma intenção — perceber se conhecia o ouro e se o tinha. O facto de logo no início da carta se proceder a uma apropriação verbal do novo espaço, «(...) ao monte alto o capitão pôs nome — o MONTE PASCOAL — e à terra — a TERRA DA VERA CRUZ.» (p. 61), não nos permite, de facto, falar num verdadeiro interesse antropológico, mas antes num desejo de domínio. Este facto parece revelar que o novo Mundo só interessava, na medida em que era passível de ser traduzido na linguagem do Mesmo. Tendo o Mesmo o privilégio da palavra, o Outro é irremediavelmente condenado ao mutismo (Silva, 1989: 12).

De notar que a categoria apresenta uma frequência muito menor do que, p. ex., a referente à religião, o que parece indiciar uma maior preocupação com este domínio do que com o lucro material que pudesse vir a ser obtido.

### **Hábitos alimentares**

Com o progressivo conhecimento mútuo, desaparece o desprezo dos indígenas pela comida dos portugueses e surge inclusivamente a apreciação da mesma. O desprezo/apreciação pelos hábitos alimentares surge, assim, como elemento tradutor do olhar sobre o Outro.

### **Religião**

É evidente a convicção cristã e católica de Caminha, que o fez propor (e quase impor) ao Rei uma política de catequese, uma política ecuménica de expansão do ideal religioso, que se traduz:

— numa inferência abusiva, relativamente à ausência de religião nos indígenas, p. ex., «(...) por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm.» (p. 95).

— na inocência apresentada, como determinando de *per se* a facilidade de conversão à religião católica, p. ex., «Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença.» (p. 90).

— no excesso de optimismo na conversão, p. ex., «E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza.» (p. 95).

Se considerarmos que a religiosidade constituía, então, o bilhete de identidade civilizacional, poder-se-iam esperar mais referências a esta categoria.

### **Habitat**

A descrição do habitat está bem afastada da realidade, que hoje sabemos tratar-se de «maloca, ou habitação colectiva, de comprimento variável de acordo com o número de moradores, e de largura constante. Nelas podiam viver entre cinquenta a duzentas pessoas, estreitamente aparentadas entre si (...)» (Mattoso, 1989: 200). Incorreções existem também na suposição de uma vida económica assente na recollecção e de ausência de actividade agrícola, quando, de facto, a vida assenta primordialmente na agricultura (horticultura) e, complementarmente, na caça, pesca e recollecção.

Tem-se neste ensaio procurado veicular uma ideia que consideramos fundamental — Caminha, enquanto porta-voz do olhar do povo português, descreveu o Outro, os tupis, de uma forma tão neutral e largamente determinada pelo contexto cultural em que se inscrevia, e isto apesar de ao seu trabalho ter estado subjacente uma intenção explícita de objectividade e um desejo de estreita ligação ao empírico.

No âmbito desta perspectiva subjectiva, o Outro foi, não apenas descrito, como também posicionado face ao Mesmo, e colocado numa posição genericamente inferior. Num estado civilizacional já ultrapassado pelo Mesmo, de hábitos e falar estranho, esse Outro não é, no entanto, tão negativamente descrito como se poderia, *a priori*, esperar, e, em determinadas dimensões, nomeadamente a nível físico, chega a ser reconhecido como superior ao português.

Apesar de a superioridade do Outro, em relação ao Mesmo, só ser reconhecida relativamente a categorias provavelmente não especialmente valorizadas pelo sistema de valores do português (categorias relativas ao aspecto físico, amistosidade, inocência, e não, p. ex., a características culturais), tal facto não deve ser negligenciado. A própria consideração de que o Outro está num estado civilizacional já ultrapassado pelo Mesmo pressupõe que pode vir a alcançar o estado de desenvolvimento do Mesmo, e que, assim sendo, não está tão afastado do Mesmo como uma primeira análise poderia levar a considerar.

Pode admitir-se ser o reconhecimento de alteridade essencial para a identidade (negar a relação identidade/alteridade seria negar qualquer dos termos da mesma), ou seja, pelo que o Outro é, ou não é, chega-se à definição do que se é. Para que a identidade se possa afirmar, é paradoxalmente necessário que se esteja pronto para renunciar a uma relação exclusiva consigo mesmo. O mito de Narciso ilustra o facto de que a paixão ilimitada por si próprio, a recusa do Outro, desemboca na auto-destruição.

Para que a identidade se desenvolva, é necessário reconhecer o Outro como diferente, mas provavelmente não como excessivamente diferente, o que tornaria qualquer comparação impraticável.

Com o reconhecimento da subjectividade do olhar, não se pretende questionar o valor literário e documental da carta comumente exaltado, p. ex., «É o primeiro documento da história da grande nação brasileira, seu auto de nascimento, e, simultaneamente, a primeira notícia que ao mundo se dava do Novo Mundo.» (Guerreiro, 1985: 20). Não o pretendemos inclusivamente fazer, dado reconhecermos a universalidade da recusa de alteridade. Sem dúvida que também no olhar dos indígenas sobre o Outro, sobre o português, este foi reduzido ao Mesmo e integrado no Mesmo. Apesar de não dispormos de dados a este nível nos tupis, dispomos da visão que outros povos, em estados de desenvolvimento próximo do dos tupis, tiveram dos portugueses. Worsley (*Apud* Horton; Hunt, 1981: 47), p. ex., descreveu a avaliação dos nativos da Nova Guiné: «Os europeus não eram considerados como todo-poderosos, mas sim gente patética e ignorante, que facilmente se deixava enganar e roubar. Sua ignorância de feitiçaria era lamentável. (...) falavam muito mal as línguas indígenas; por que uma pessoa há-de preocupar-se em tentar compreender sua fala grosseira?». Esta questão da forma como os ‘descobertos’ perspectivam os ‘descobridores’ pouco estudada pelos ocidentais, reveste-se de particular interesse a nível das civilizações pré-Colombianas, dado estas terem estado durante milénios afastadas do resto do Mundo (v., p. ex., a este respeito, Wachtel, 1971, ou ainda, Désveaux, 1988).

A recusa da alteridade também não é, decerto, exclusiva do momento histórico dos Descobrimentos ou de um nível civilizacional do olhar.

Relativamente à exclusividade do momento histórico, podemos considerar que, independentemente dos discursos actuais sobre respeito por todos os seres humanos, diversos autores consideram que as diferenças étnicas tendem a acentuar-se (v., p. ex., Roosens, 1989: 17). Esta tendência poderá ser explicada, atendendo a que, numa época de declínio da autoridade, a unidade étnica constitui uma das poucas formas organizacionais que proporciona estabilidade.

Análises de olhares etnocêntricos do Outro poderiam ser tecidas com base em muitos outros documentos situados em outros momentos históricos, provavelmente com conclusões essencialmente similares.

Apesar de o olhar desenvolvido aquando da descoberta do novo Mundo apresentar características específicas decorrentes do facto de constituir um primeiro olhar, o velho Mundo continuou a desenvolver, depois do choque inicial, um determinado olhar sobre o novo Mundo.

Relativamente ao facto de o fenómeno não ser exclusivo do nível civilizacional de análise, podemos considerar a extensibilidade a outros níveis,

nomeadamente o grupal (v., p. ex., estudos de Caplow, citado por Horton; Hunt, 1981: 47), que demonstram que os membros de dada organização tendem a sobrestimar o prestígio da organização a que pertencem) e o individual. A este nível, os estudos actuais da Psicologia Social sobre estereótipos (v., p. ex., Tajfel, 1969) valorizam especialmente os fenómenos cognitivos subjacentes ao processo, nomeadamente os fenómenos de categorização e de correlação ilusória.

Mais interessante do que reconhecer a universalidade da tendência para a recusa da alteridade é encontrar essa mesma tendência na atitude nos homens da ciência. Esta tendência é facilmente encontrada em autores como Durkheim, cuja teoria sociológica, baseada na oposição radical entre solidariedades mecânica (característica dos povos primitivos) e orgânica (característica da sociedade moderna), mais não reflecte do que a distinção entre o Outro (indiferenciação interindividual) e o Mesmo (privilégio da diferenciação proporcionada pela diversidade profissional). É também identificável na tendência do especialista de hoje, quando este tende, p. ex., a adoptar a perspectiva dos grupos hierarquicamente superiores de uma dada sociedade, ou a concluir da supremacia de determinadas sociedades relativamente a outras que remete para estados civilizacionais inferiores.

Referimos ser a alteridade essencial para a definição da identidade, para a identificação com categorias (e não apenas com uma categoria civilizacional<sup>6</sup>).

Pertencendo o indivíduo simultaneamente a diferentes categorias, pode nele existir uma hierarquia de identidades, e preferir determinadas identidades relativamente a outras. Com o tempo, a hierarquização pode ser modificada, podendo ainda, num dado contexto, dada identidade ser mais relevante do que outras (em Caminha é a identidade civilizacional que assume destaque).

A própria identidade civilizacional, ao determinar as situações em que o indivíduo se envolve, pode condicionar outras identidades, havendo, no entanto, situações em que não se revela significativa.

Independentemente do tipo e grau de identidade em causa, é indiscutível que a identificação com dada categoria proporciona ao indivíduo um sentimento de segurança psicológica, de pertença, particularmente importante quando este se confronta permanentemente com membros de categorias diferentes da sua. A nível da identidade civilizacional, este fenómeno é particularmente notável em cidades como Nova Iorque e Paris. De facto, segundo Barth (*Apud* Roosens, 1989: 12), o grau em que um grupo se perspectiva enquanto grupo étnico

---

<sup>6</sup> De notar a subjectividade da designação «identidade étnica» (ou civilizacional), a qual se pode referir a uma multiplicidade de fenómenos, desde o que Gans, 1979 (*Apud* Roosens, 1989: 19), designou de «etnicidade simbólica», e que se manifestaria superficial e temporariamente, até ao empenhamento do líder que organiza uma luta interétnica.

aumenta quando há contacto espacial, geográfico e social entre grupos, sendo o grupo mais isolado aquele que menos se define em termos étnicos. Percebe-se do referido, que, num contexto de perpétuo encontro do Outro como o dos Descobrimentos, a identificação étnica tenha sido essencial.

A nossa admissão da universalidade do fenómeno de identidade não é incompatível com o reconhecimento da existência de indivíduos que, a título excepcional, rejeitam a sua pertença a determinadas categorias, segundo processos que requereriam um nível de análise não contemplado neste ensaio.

Gostaríamos de observar, em termos de conclusão, que a negação da alteridade ou o etnocentrismo (no sentido considerado) presentes no olhar, se situam a um nível não comportamental. Há que estabelecer a distinção entre o processo universal, diríamos, necessário, de negação de alteridade (necessário, porque fundamental para a constituição da identidade do Mesmo) e um etnocentrismo entendido no sentido pejorativo do termo, segundo o qual a negação da alteridade resulta na conseqüente anulação/destruição do Outro. Raciocinando em termos de binómio identidade/alteridade, a destruição do Outro, ao implicar o seu desaparecimento, impossibilitará a relação identidade/alteridade, e terá necessariamente implicações a nível da primeira. Segundo este raciocínio, a destruição do Outro redundaria, em última instância, numa certa forma de auto-destruição.

## Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, L. (1989) — *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- BARRETO, L. F. (1987) — *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber. Uma análise sociocultural*, Lisboa, Gradiva.
- BARRETO, L. F. (1987a) — «As grandes obras portuguesas de carácter geográfico», in ALBUQUERQUE, L. (org.) — *Portugal no Mundo*, Lisboa, Alfa, vol. 4, 45-59.
- BARRETO, L. F. (1989a) — «A incidência dos Descobrimentos no aparecimento de uma mentalidade renascentista», in ALBUQUERQUE, L. (org.) — *Portugal no Mundo*, Lisboa, Alfa, vol. 4, 94-104.
- BARRETO, L. F., (1989b) — «As viagens marítimas e a nova visão do mundo e da natureza», in ALBUQUERQUE, L. (org.), *Portugal no Mundo*, Lisboa, Alfa, vol. 4, 86-93.
- Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

- CASTRO, S. *et alii* (1985) — *Contribuiti sulla genesi della idea di Brasile*, Pádua, Universidade de Pádua.
- DÉSVEAUX, E. (1988) — «Déstin collectif et récit individuel. L'exemple des Indiens de Big Trout Lake», in *L'Homme*, Paris.
- DROIXH, D.; GOSSIAUX, P. P. (1985) — *L'homme des Lumières et la découverte de l'autre*, Bruxelles, Editions de L'Université de Bruxelles.
- EIBL-EIBESFELDT, I. (1970) — *Amor e Ódio*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- GUERREIRO, M. Viegas (1985) — *A carta de Pêro Vaz de Caminha lida por um etnógrafo*, Belmonte.
- HORTON, P. B.; HUNT, CH. L. (1981) — *Sociologia*, São Paulo, McGraw-Hill do Brasil.
- MATTOSO, C. F. (1989) — «Primeiro contacto com terras brasileiras», in ALBUQUERQUE, L. (org.) — *Portugal no Mundo*, Lisboa, Alfa, vol. 3, 198-208.
- PINTO, J. Rocha, (1989) — «A viagem. Memória e Espaço», in *Revista de História Económica e Social*, Cadernos, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, nºs 11-12.
- ROOSENS, E. E. (1989) — *Creating Ethnicity. The process of Ethnogenesis*, Londres, Sage Publications, vol. 5.
- Os Sete Únicos Documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral* (1940), Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- SILVA, J. C. Gomes da (1989) — *L'identité volée*, Bruxelles, Université de Bruxelles.
- TAJFEL, H. (1969) — «Cognitive aspects of prejudice», in *Journal of social issues*.
- WACHTEL, N. (1971) — *La vision des vaincus*, Paris, Editions Gallimard.

Português brasileiro:  
raízes e trajetórias  
(Para a construção de uma história)

Lembrando, L. F. Lindley Cintra, Celso F. da Cunha,  
Fernando Tarallo, Ada Natal Rodrigues  
(todos contribuíram para essa história)

1. **Abertura**

As reflexões que seguem pretendem apenas ser um convite para a construção da história do português brasileiro, obra que não pode deixar de ser coletiva e conjuntamente sonhada. E todos sabemos, o Poeta Pessoa nos ensinou, que sem antes sonhar a obra não nasce, Deus (e, neste caso, nós brasileiros) querendo.

Passados quase cinco séculos está ainda por ser reconstruído, com o detalhamento possível, o processo do encontro, politicamente assimétrico, entre a língua portuguesa, língua de dominação, com muitas línguas autóctones e as diversas línguas aqui chegadas, primeiro as africanas, depois as línguas de imigrantes, que tornaram esta área americana, multilíngüe de origem, ainda mais complexa lingüisticamente.

É numerosa e bem conhecida a bibliografia que tem tratado da, assim designada, **língua portuguesa no Brasil**. Em geral focaliza o português, sua transplantação, difusão e implantação no espaço americano, tomando apenas como contraponto as línguas que aqui se usaram, e delas muitas ainda se usam, e outras línguas para cá também transplantadas ao longo dos séculos XVI a XX, denominados os seus falantes de **aloglotas**, isto é, falantes não nativos do português.

---

Rosa Virgínia Mattos e Silva é Professora de História da Língua na Universidade Federal da Bahia. Especialista em Português antigo, publicou, entre outros trabalhos, *Estruturas trecentistas. Elementos para uma Gramática do Português Arcaico* (Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988) e *O Português arcaico* (Salvador/Bahia, Contexto, 1991).

Nessa perspectiva, apesar de toda a contribuição que dessa orientação se possa reunir — lembrem-se Serafim da Silva Neto (1950 e 1960), Sílvio Elia (1940/1961 e 1979), G. Chaves de Melo (1972) — dilui-se na tentativa de compreender e explicitar a diferenciação do **português no Brasil**, em relação ao **português da Europa**, a complexidade dos diversos contextos sócio-históricos de interação lingüística em solo brasileiro que resultou no **português do Brasil**, **português brasileiro**, heterogeneidade de suas variantes regionais e sociais, também de suas normas socialmente consentidas, além da norma idealizada por filólogos e gramáticos, coercitivamente veiculada pelas instituições, sobretudo as escolares.

Perseguiu-se o **português no Brasil** como se fora uma realidade homogeneizável, mesmo reconhecendo-se a variação regional e social, idealizado como dotado de notável, espantosa unidade que, tirante «algumas insignificantes divergências sintáticas e numeroso vocabulário novo» (Neto, 1960: 295), acrescento eu, algumas peculiaridades fonéticas, identificava-se ao português da Europa. Na base de tal ideal, está uma ideologia que busca «enobrecer» e «desmisticizar» o português brasileiro, o que fica muito explícito na formulação de S. da Silva Neto, por tudo que fez digno de todo meu respeito, apesar da discordância:

Por causa, precisamente, desta falta de prestígio é que a linguagem adulterada dos negros e índios não se impôs senão transitoriamente: todos os que puderam adquirir uma cultura escolar e que, por este motivo, possuíam o prestígio da literatura e da tradição, reagiram contra ela. (Neto, 1960: 21).

Muitas histórias têm de ser reconstruídas para que se venha a ter uma história do diversificado **português brasileiro** inexoravelmente nascido do encontro da «linguagem adulterada de negros e índios» e da «koiné» portuguesa, além de outras línguas aqui chegadas que, necessariamente, por razões sócio-históricas e lingüísticas se entrecruzaram e entrecruzam com o ideal redutor e generalizado formulado por S. da Silva Neto.

Embora muito se tenha debatido sobre a formação do português brasileiro, sobretudo na primeira metade deste século, e, na sua segunda metade, muita contribuição específica tenha sido elaborada sobre aspectos de diversas variantes brasileiras, tanto nas descrições e interpretações da Dialectologia diatópica e da Sociolingüística diastrática, mais recentemente também nas interpretações gerativistas, ainda está por ser elaborada uma reconstituição que conjugue fatores sócio-históricos, demográficos, lingüísticos do passado e do presente que, reunidos, poderão explicitar e espelhar os processos sócio-históricos e lingüísticos que interagiram na constituição do português que usamos. Tal intento, talvez utópico, já poderia ser implementado neste fim de século e alguns

caminhos foram abertos recentemente por Antônio Houaiss (1985), Alberto Mussa (1991), Fernando Tarallo (1991), além de outros, de cujos trabalhos me valerei neste artigo, também pelo **Programa para a história da língua portuguesa** (PROHPOR), recentemente iniciado no Departamento de Letras Vernáculas e no Mestrado em Letras da UFBA.

Aqui procurarei apenas traçar, em pauta sintética, alguns dos trajetos de encontros/desencontros lingüísticos no Brasil. Terei como fio condutor a interação das línguas em contacto. Nessa interação secular, complexa e diversificada, o português, vindo da Europa, será um denominador comum, já que lançados ao mar os dados (as velas) da História, veio a ser a língua portuguesa, e não outra, como poderia ter sido, a língua da sociedade dominante, que moldou o Brasil mais evidente. Tornou-se majoritária e oficial neste país multilíngüe e multidialetal, mesmo que esse multilingüismo/dialetalismo fique escamoteado na sua legislação máxima — embora a última Constituição demonstre um avanço político e lingüístico, já que o português passa a ser rotulado de língua oficial e não mais nacional; mesmo que fique dissimulado nas práticas sociais institucionalizadas, sobretudo e ainda as escolares. Torna-se, contudo, esse multilingüismo/dialetalismo evidente para quem quiser ver a realidade plurifacetada que recobre os muitos quilômetros de extensão do Brasil e, conseqüentemente, para quem quiser ouvir as vozes de seus 150 milhões de habitantes, sem discriminação.

Procurarei ainda neste texto, de forma sintética também, apresentar orientações de estudos que vêm retratando a heterogeneidade sincrônica do português brasileiro, fonte essencial porque, vendo-se o presente, se pode presumir entrever o passado.

## **2. Do multilingüismo generalizado para o multilingüismo localizado: a emergência de uma língua nacional**

### **2.1 O que não imaginaram os descobridores: a trajetória dizimada indígena**

O escrivão da frota de Cabral na sua *Carta* não poderia supor o que depois se cumpriu no correr do tempo. Explica Pero Vaz de Caminha ao rei porque ficariam em terra dois degredados, além dos dois grumetes que fugiram da frota que seguiria para as Índias:

Mjlhor e mujto milhor enformaçom da terra daram dous homees destes degredados que aaquy leixassem do que eles dariam seos leuassem por seer jente que njnguem entende nem eles tam cedo aprederiam a falar perao sabere tam bem dizer que mujto mjlhor ho estoutros nom digam quando ca vossa alteza mandar (...)  
(Pereira, 1964: fl. 6, ls. 24-31).

Esses quatro primeiros semeadores do português no Brasil aqui ficaram antes para aprenderem «a sua fala» (fol. 11, ls. 26-30), a dos índios, e assim convertê-los e não para ensinar-lhes português; quanto à terra, não seria ela mais que «pousada pera esta navegaçom de Calecut» (fol. 13v, ls. 22-27).

O seguir da História foi outro e com aqueles quatro que ficaram se inicia a trajetória dizimada dos índios brasileiros e de suas línguas, percurso etnocida e glotocida conhecido, conduzido primeiro pelos colonizadores portugueses e prosseguido pelas chamadas frentes pioneiras que hoje alcançam os limites últimos da Amazônia brasileira. Apesar desses quinhentos anos de destruição ininterrupta sobrevivem cerca de 180 línguas indígenas e cerca de 220 000 índios — seriam o dobro as línguas do século XVI (Rodrigues, 1986: 19) ou, muito mais, cerca de 1500, como admite verosímil A. Houaiss (1985: 100) — o que impede dizer (mas é o que se teima em afirmar!) que o Brasil é unilíngüe.

O processo colonizador e evangelizador dos séculos XVI e XVII teve de utilizar, como instrumento fundamental para a dominação, línguas indígenas brasileiras. Embora homogeneizadora a atividade catequética — construiu um «tupi jesuítico» — a língua geral da costa, de base tupi, chegou a ser um risco para a hegemonia do português no Brasil juntamente com outras línguas gerais indígenas que foram veículos de intercomunicação entre brancos, negros e índios não só no litoral brasileiro, mas nas entradas paulistas; pelo nordeste teria sido uma língua geral cariri (Houaiss, 1985: 49-50) e na Amazônia a língua geral de base tupinambá é o antepassado do **nheengatu**, que persiste hoje em área de complexo multilingüismo no rio Negro, língua brasileira, fruto vivo da morte de outras línguas.

A par desses percursos parcialmente conhecidos e reconstruíveis, muitas e diversificadas histórias de contacto lingüístico entre línguas indígenas e outras línguas poderão ser recuperadas. Dois exemplos do presente, opostos na sua história, apenas para entrever o que terá ocorrido e continua a ocorrer por esses brasis, aos poucos, cada vez mais conhecidos.

O caso xinguano é exemplar, no bom sentido, talvez único no Brasil indígena: ali, no Mato Grosso do norte, sobrevivem em região de refúgio, o Parque Nacional do Xingu, quinze grupos indígenas, com suas línguas de origem e, como língua franca, de intercomunicação entre as tribos, aflora o português xinguano, numa das variantes do português brasileiro. Nessa área, configura-se um *continuum* lingüístico que, dos padrões lingüísticos nativos (54,8% da população), passa-se à comunicação fatorizada do português de contacto (30,5%, à fala pidginizada (8,9%) e chega-se à fala em processo de despiginização (5,7%) (Emmerich, 1991: 70), mantendo todos, contudo, e para minha alegria, as suas línguas de berço. Essa situação exemplar deveu-se a uma política de contacto controlado, em que o processo de encontro entre índios e brancos,

iniciado intermitentemente em 1884 e a partir de 1946 em contacto permanente, impediu não só a morte dos indivíduos, como também a manutenção da sua cultura e das suas múltiplas línguas.

Exemplo de situação oposta é a da área multilíngüe do Tocantins, sudeste do Pará, onde convivem índios do tronco lingüístico jê (gaviões e xikrin) e seis grupos do tronco lingüístico tupi. Pelo quadro seguinte (cf. Quadro 1), em que estão seqüenciados os grupos indígenas da língua tupi, a partir da maior antigüidade quanto ao contacto com a sociedade dominante, pode-se ver a perda progressiva das línguas indígenas e o avanço inexorável da língua portuguesa, a depender do tempo e do tipo de contacto. Em outro trabalho (Silva, 1987) detalhei mais esse percurso, o que me permite dizer que muito provavelmente cada grupo indígena em contacto tem a sua própria história e vários fatores interagem para a perda ou a manutenção de suas línguas, o que acontece hoje, analogamente deve ter ocorrido no passado.

**Quadro 1 – Situação do contacto lingüístico de alguns povos tupi do Tocantins (Dados depreendidos de Ricardo, 1985)**

Povo	Início do contacto	Situação lingüística
AMANAYÉ	Séc. XVIII	- não se sabe se ainda falam a língua materna - falam português
TE-MIBÊ-TURUWAYA	Séc. XVIII	- apenas os homens mais velhos sabem a língua materna - falam português
ANAMBÉ	meados do Séc. XIX	- homens de mais de 40 anos ainda falam a língua materna, de 20 a 30 ainda a entendem -falam português
ASSURINI	início do séc. XX	- homens de 30 a 40 anos ainda falam a língua materna, muitos jovens e crianças só falam português (N.B.: até 1962 o grupo Assurini do Pacajá era monolíngüe)
SURUÍ	década de 20	- todos falam sua língua -80% dos h., 60% das m., todos adolescentes e crianças falam português
PARAKANÁ	1971	-fundamentalmente monolíngües - jovens do sexo masc. Já falam português

Trazer aqui esses exemplos tem apenas o objetivo de que para a história lingüística do Brasil e da difusão e implantação da língua portuguesa no Brasil se faz necessário conhecer como se passa o processo de contacto sócio-histórico e lingüístico entre línguas indígenas e língua portuguesa. Há fontes históricas, impressas e não-impressas, do passado e sincrônicas que permitem essa reconstrução. Além disso, o estudo das línguas indígenas vivas e do português falado pelos diversos grupos indígenas permitirá melhor conhecer o português brasileiro próprio a essas áreas e levantar hipóteses mais consistentes sobre o que poderia ter ocorrido no passado. Foi isso que modestamente busquei, com ajuda de colegas, nos estudos sobre o português kamayurá, um dos grupos do Parque do Xingu (Silva *et alli*, 1988).

## 2.2 O que planejaram os colonizadores: a trajetória dilacerada africana

Em 1538 se inicia o tráfico de africanos para o Brasil. Passadas cinco décadas, em 1587, Gabriel Soares de Sousa na sua *Notícia do Brasil* ou *Tratado descritivo do Brasil* nos deixa um *flash* do que seria a sociedade multiétnica e plurilíngüe de Salvador — então os «pretos de Guiné» seriam o duplo dos portugueses e os índios o triplo — ao mostrar como ali se poderiam enfrentar prováveis inimigos:

Assim, pode ser socorrida por mar e por terra, de muita gente portuguesa até quantia de dois mil homens, de entre os quais podem sair dez mil escravos de peleja, convén a saber quatro mil pretos de Guiné e seis mil índios da terra (...) (Sousa, 1989: 86).

O conhecido censo de Anchieta para o Brasil de 1583, contemporâneo, portanto, de Gabriel Soares de Sousa, fornece informação semelhante sobre a pluralidade brasileira de seu tempo. Distinguindo Bahia, Pernambuco, S. Vicente, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Porto Seguro, Ilhéus, Itamaracá, indica a existência de 24 750 brancos, 14 100 negros, 18 500 índios (aldeados) (Mussa, 1991: 149). Informações históricas desse tipo são preciosas para a reconstituição histórica do passado lingüístico do Brasil — e fontes como essa precisam ser sistematicamente exploradas—já que não se pode negar que a história das línguas passa necessariamente pela história demográfica de seus falantes.

Recentemente, A. Mussa (1991), em excepcional dissertação de Mestrado, defendida na UFRJ, recompõe, a partir das fontes disponíveis, a diacronia populacional do Brasil do século XVI ao XIX, como um dos fundamentos para discutir e analisar o papel das línguas africanas na história do português do Brasil (cf. Tabela 1). Também reconstitui a distribuição por século do que seria a

população de falantes das diversas línguas africanas que chegaram ao Brasil (cf. Tabela 2). Os números não dizem tudo, mas acendem algumas luzes. É óbvio que aqui não posso explicitar a minuciosa análise do autor, a quem remeto. Apenas quero notar a crescente presença de negros brasileiros em relação aos africanos, dos mulatos, a partir do século XVII, também dos brancos brasileiros e o decréscimo de portugueses, africanos e índios.

Quanto às línguas africanas, retomo as palavras do autor:

(...) o percentual de falantes **bantu** foi sempre superior, e quase sempre maciçamente, em todo o período do tráfico. Isso nos possibilita entender de forma bastante clara porque são precisamente os itens lexicais de origem **bantu** os que se registram com mais anterioridade, com maior grau de integração morfológica e em maior número de campos semânticos no português do Brasil ... a posição relativamente proeminente do grupo **benwe-kwa** (não **bantu**) nos últimos séculos também implica o grande número de itens lexicais emprestados por essas línguas, embora não integrados e particularmente restritos aos campos semânticos ligados à atividade ritual. (Mussa, 1991: 146).

Um dos pontos que parece consensual quanto à dívida do português brasileiro às línguas africanas é o que está explicitado nessa citação. O que recobriria esse encontro de falantes, e de seus descendentes, de línguas tão diversas, nenhuma idealização teórica pode alçar-se a querer ser intérprete fiel da realidade passada; sem dúvida ocorreram «diversas situações sociolinguísticas e variados graus de contacto», como diz Yeda Castro (1980: 13) e demonstra na sua tese de doutoramento (1976) sobre a integração dos empréstimos africanos.

Algum consenso existe também quando se afirma que impossível seria ter sido mais praticada **uma** língua africana no Brasil, porque, como bem expressa A. Houaiss:

(...) pelo tipo de escolha a que eram submetidos desde os portos negros até sua localização como mão-de-obra no Brasil, os negros foram selecionados negativamente, a fim de que não se adensassem em um ponto qualquer, étnica, cultural e lingüisticamente. (Houaiss, 1985: 77-78)

**TABELA 1** – Fonte: Mussa, 1991: 163

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
africanos	20%	30%	20%	12%	2%
negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
mulatos	-	10%	19%	34%	42%
brancos brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
européus	30%	25%	22%	14%	17%
índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

**TABELA 2** – Fonte: Mussa, 1991: 145

	XVI	XVII	XVIII	XIX
Oeste-atlântico	20%	7%	1%	3%
mande	20%	7%	1%	3%
kru	14%	5%	1%	3%
gur	1%	3%	8%	9%
benue-Kwa (não bantu)	7%	10%	20%	24%
bantu	35%	65%	64%	50%
outros (adamawa-ubanguiano; dogon; não nígercongo)	3%	3%	5%	8%

Situação diversa só parece ter ocorrido já no século XIX, quando a importação se massificou «a tal ponto que não houve seleção negativa, não só na origem também na destinação nessa altura já consideravelmente urbana — Salvador em particular — ou das periferias urbanas do país» (*Ibid.*: 78).

Não é portanto sem razão que desde os inícios deste século os especialistas polemizam em torno da questão crucial: as características que tipificam a fonética e a sintaxe brasileiras — quanto ao léxico que nos legaram essas línguas, não há como negar — serão decorrentes de «influências africanas» ou de «evolução natural?» Polêmica que se desencadeou a partir dos trabalhos pioneiros sobre o tema de Renato Mendonça e Jacques Raimundo, ambos de 1993, e que continua a dividir sociolinguistas de nossos dias, tanto estrangeiros como brasileiros.

O que para mim fica evidente apenas é que há ainda muita pesquisa a ser feita não só em documentação remanescente em arquivos do Brasil, mas sobretudo trabalho de campo em comunidades predominantemente negras por esses interiores brasileiros. Nisso estão empenhados alguns pesquisadores, sobretudo antropólogos, mas também linguistas, brasileiros e estrangeiros, com pesquisas de campo, pelo menos em Goiás, Mato Grosso, Maranhão, sul e oeste da Bahia, Minas Gerais e São Paulo.

Se é difícil demonstrar que o português brasileiro genericamente considerado, ou com base em amostras pouco significativas para esse fim, está em processo de descrioulização, não será impossível encontrar comunidades rurais isoladas que apresentem variantes do português que possam ter tido uma história em que as línguas africanas tenham desempenhado papel essencial. A ponta do

*iceberg* aflorou para os lingüistas, na década de sessenta, no estudo da povoação de Helvécia, no sul da Bahia (Ferreira, 1984), quando se pesquisavam pontos para o *Atlas prévio dos falares baianos* (Rossi *et alii*, 1965).

Enquanto os índios ou foram dizimados ou fugiram para as margens geográficas do país, e vêm aflorando, quando menos se espera, como está ocorrendo em alguns pontos do nordeste, muitos negros, dilacerados à partida e em seguida, acantonaram-se, quando puderam, também em locais de refúgio, ou para sobreviverem ou para tentar vencer seus opressores: os quilombos vencidos, restaram, certamente, em múltiplos pontos do Brasil grupos que se defenderam sob a proteção natural (e sobrenatural) e que aos poucos se revelam. A grande maioria, contudo, integrou-se, nas cidades e nos campos, à sociedade multiétnica brasileira em formação. Hoje, nas grandes cidades brasileiras, a questão negra está na ordem do dia. Não podemos ignorá-la. Na minha grande cidade, Salvador, a população negra e mulata já beira os 90%: respiramos, transpiramos, sofremos e nos alegramos na e com a afro-Bahia.

Há muitas histórias por reconstruir sobre essas faces do Brasil — indígena e negra — que apenas delineeí e, conseqüentemente, sobre as variantes do português brasileiro que aí se veicularam e se veiculam.

### 2.3 A emergência de uma língua nacional: trajetória convergente

A partir da segunda metade do século XVIII, uma série de fatores de história externa conduzem à definição do Brasil como país majoritariamente de língua nem indígena nem africana. O multilingüismo menos ou mais generalizado, a depender da conjuntura histórica local nos séculos anteriores, localiza-se e abre, então, o seu caminho o português brasileiro.

Em 1757, com o Marquês de Pombal, se define explicitamente para o Brasil uma política lingüística e cultural que fez mudar de rumo a trajetória que poderia ter levado o Brasil a ser uma nação de língua majoritária indígena, já que os dados históricos informam que uma língua geral de base indígena ultrapassara de muito as reduções jesuíticas e se estabelecia como língua familiar no Brasil eminentemente rural de então. O Marquês define o português como língua da colônia, conseqüentemente obriga o seu uso na documentação oficial e implementa o ensino leigo no Brasil, antes restrito à Companhia de Jesus, que foi expulsa do Brasil.

Em rápido olhar à Tabela 1, sobre a demografia diacrônica do Brasil, ressalta, a partir do século XVIII, e vale frisar, o descenso dos africanos, incrementa-se o descenso indígena, também o de portugueses, tomando, entre-

tanto, direção inversa o crescimento dos mulatos e dos brancos brasileiros. A miscigenação e a presença não maciça de portugueses certamente são indicadores favoráveis à formação de uma «língua geral brasileira», que não seria africana, pelas razões afloradas anteriormente, mas sim continuadora do português, já que o terceiro actante nesse drama, os índios, os que não morreram, ou já estavam integrados ou acoitados nos confins protegidos. Certamente, então, sobretudo nas concentrações urbanas que já existiam, o embate se dava entre duas possibilidades: um português africanizado ou um português europeizado. Por outro lado, a depender de configurações históricas locais, a predominância indígena ou negra ou ambas em convívio com o português resultou em perfis diferenciados se se considerar o conjunto brasileiro. Pode-se então dizer, como A. Houaiss, que o «português brasileiro nasce com diversidade» (1985: 91) e, digo eu, vive e convive com ela, tanto regional como social.

Aos fatores apontados, acresçam-se outros que marcam todo o século passado:

Uns favoreceram a diversificação regional, como é o caso da chegada dos imigrantes, vindos de vários pontos e com várias línguas, localizando-se sobretudo do sudeste para o sul, também imigrantes portugueses, não mais colonizadores, que se espalham pelo Brasil ou se localizam em determinadas áreas, como os açorianos que se concentrarão no litoral catarinense.

Outros fatores favoreceram a implementação de um ideal lingüístico homogeneizador, tendente para o português europeu. Em rápida enumeração, não se pode deixar de destacar a presença da corte portuguesa no Rio (a partir de 1808) e dos muitos portugueses que com ela abandonaram Portugal e a independência subsequente que teve a boa intenção de tornar o ensino universal e obrigatório, já na primeira Constituição brasileira, a de 1823, que, se até hoje não se alcançou, pelo menos então apontou para uma tentativa política de literatar e culturalizar o país. Se se comparam os letrados brasileiros dos séculos XVI aos inícios do século XIX, que não ultrapassariam 0,1% cresceram no último século e já alcançavam 20 ou 30% em 1920 (Houaiss, 1985: 137). A presença, mesmo que rarefeita, da escola e de um, embora fraco e localizável, desenvolvimento cultural letrado, fez, certamente, entrar em cena (ou cenário?) um elemento novo que é a norma lingüística explicitada e coercitiva, que provavelmente até então só atingia, se é que atingia, sobrepondo-se às normas sociais consensuais dos diversos grupos, uma minoria inexpressiva. O policiamento gramatical, consequentemente, passou a ser parte das preocupações da chamada elite brasileira, o que persiste, radical, até hoje e entrou como fator sociolingüístico significativo na história do português brasileiro, sobretudo urbano.

É certamente no entrecruzar-se de variantes localizadas menos ou mais interferidas por marcas indígenas e/ou africanas, de variantes mais gerais menos

ou mais africanizadas ou menos ou mais aportuguesadas que se definem e emergem os traços característicos do português brasileiro língua nacional.

No contexto desse quadro histórico esboçado, parece-me correto Alberto Mussa, na dissertação já referida. A partir da análise de dezesseis processos fonético-fonológicos do português brasileiro, confrontados com os mesmos fatos nas línguas africanas que aqui chegaram e no português europeu, desenvolve o raciocínio de que há uma consistência no português brasileiro que, entre as possibilidades de escolha disponíveis na diversidade provável de então, seleciona o menos marcado, lingüisticamente, isto é, o estruturalmente mais simples e o socialmente menos estigmatizado. Por exemplo:

1. o PE do século XVI mantinha ainda a palatal arcaica [t̃s]; as línguas africanas chegadas ao Brasil possuíam [t̃s] e [s̃]; o PB escolhe [s], portanto a articulação mais simples;
2. no PE [s] não passa a ∅ em sílaba final átona; as línguas africanas em causa não têm sílabas travadas; no PB a queda do [s] é estigmatizada, sobretudo se implica em problemas de concordância.

No conjunto dos dados estudados por Mussa, esse tipo de escolha não veio a favorecer estritamente nem ao português europeu nem ao português africanizado. Não há, portanto, uma «vitória do português europeu», por sua superioridade cultural, como muitos já defenderam, nem tampouco há uma «vitória» da influência africana, como também defenderam outros. Não desconhece, nem descarta A. Mussa, como não poderia deixar de ser, que a língua do estrato dominante tem um efeito modelador, mas isso, contudo, não foi suficiente para dar feição «europeizada» ao português brasileiro.

A propósito do «efeito modelador», cito, para terminar este tópico, uma reflexão de meu mestre Nelson Rossi, em artigo de 1980:

É sabido que o normal nas relações de dominação é a coincidência entre a ideologia do dominador e a do dominado, porque o processo de dominação elabora, para legitimar-se, uma ideologia sem a qual não teria como sustentar-se e não deixa, enquanto vige, alternativa ao dominado, que, até construir a sua própria, só dispõe da que lhe é imposta, como (por sinal falacioso) instrumento da chamada «ascensão social». (Rossi, 1980: 37).

### 3. O português brasileiro: em busca de seu conhecimento

Nos meados deste século, Serafim da Silva Neto desfraldou o que ficou conhecido, entre lingüistas e filólogos, estudiosos do português, como «cruzada dialetológica» para o conhecimento efetivo da realidade lingüística brasileira.

Passadas quatro décadas, não posso deixar de afirmar que essa cruzada lingüística vem ininterruptamente vencendo o «infiel», ou seja, o desconhecimento da língua que usamos na sua diversidade de normas sociais e de normas letradas ou cultas, também na sua estrutura interna ou gramatical, dados esses deste tempo histórico, fundamentais para a compreensão da constituição do português brasileiro ao longo de sua história.

Serafim da Silva Neto se voltava, explicitamente, para o que era a forma de abordar a realidade lingüística na Lingüística de então. Planejou o Atlas Lingüístico do Brasil, que não foi realizado, mas continua no horizonte de alguns, embora poucos, dialetólogos. No entanto, apesar das dificuldades materiais e também do percurso dos estudos lingüísticos posteriores no exterior e por via de consequência no Brasil, entre o plano de S. da Silva Neto e hoje já se dispõe do APFB (1963), do ALMG (1972), do ALP (1985) e do ALS (1987) e outros estão em elaboração. Alguma coisa já se pode dizer, com precisão, sobre a diversidade diatópica do português brasileiro. Alguns, embora raros, trabalhos de síntese já estão publicados. Lembro, por exemplo, o artigo de Suzana Cardoso de 1986, em que, a partir dos dados do APFB e do ALMG, busca confirmar e consegue o traçado da linha isoglósica que delimita a fronteira sudeste, em direção ao centro, do predomínio das pretônicas médias abertas no português brasileiro. Em trabalho mais recente (1992), a mesma dialetóloga, com base nos dados do APFB, ALMG, ALS e ALP, delimita a área dialetal das chamadas «africadas baianas» ([,ot̥s̥u], [bi̥s̥, kot̥s̥u]), traço regional localizado, cujos limites, a partir dos dados disponíveis, podem ser assim traçados:

a africana palatal surda, registrada nos casos do decurso **it** no padrão geral da língua, tem um percurso definido entre o norte de Minas Gerais, passando pela Bahia e atingindo Sergipe. (Cardoso, 1992: 2).

Duas décadas depois de iniciados os estudos de campo da Dialectologia diatópica, lingüistas brasileiros iniciaram o projeto coordenado de estudo das normas urbanas cultas brasileiras (NURC). Sobre a documentação gravada, muitos trabalhos têm sido feitos e já em curso, com publicações também, o projeto da **gramática do português falado**, coordenado por Ataliba Castilho (1990, 1991).

Em recente comunicação à ABRALIN, Dinah Callou (1992) associou aos dados de caráter sociolingüístico do NURC o método da geolingüística. A partir dos indicadores: pretônicas abertas; -r implosivo articulado como fricativa posterior; nome próprio precedido de artigo; padrão intonacional descendente nas construções de tópico, reuniu dados intercomparáveis e quantificados que permitem indicar a realização dominante em cada uma das cinco cidades

documentadas (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). Diz a autora:

Com base nos aspectos referidos anteriormente pretende-se demonstrar que não há coincidência de áreas, não há uma distinção homogênea dos fenômenos pelas áreas e ainda que, do ponto de vista sincrônico, não existem evidências inequívocas que expliquem a ocorrência das variantes. (Callou, 1992: 4).

A síntese dos seus dados está representada na Tabela 3:

**TABELA 3**

	1 pretônicas abertas	2 - r fricativa posterior	3 art.+NP	4 padrão descendente
RE	—	97%	18%	25%
SSA	60%	99%	21%	31%
RJ	5%	94%	49%	3%
SP	—	1%	71%	18%
POA	0%	4%	63%	0%

Desses dados, anote-se, primeiro, que para 1 não há análise ainda para Recife e São Paulo, mas é marcante a diferença que opõe Salvador ao Rio e sobretudo a Porto Alegre. Confrontando os outros se percebe o que afirma a autora na citação acima. Pode-se, contudo, observar que, de um modo geral, para 2, 3 e 4 Recife e Salvador se opõem a São Paulo e Porto Alegre; por outro lado o Rio em 2 se reúne a Recife e Salvador, mas em 3 e 4 está mais de acordo com as capitais do sul.

A exploração sistemática do que o Projeto NURC pode fornecer em função de uma definição das ditas normas cultas do Brasil será de extrema significação para o conhecimento efetivo de variantes diatópicas dos estratos letrados do Brasil e será também certamente um instrumental indispensável para o embasamento do ensino gramatical na escola brasileira, que convive ou com a irrealdade da idealização gramatical tradicional, ou, sem rumo, os professores que não têm uma formação adequada — o que é o mais geral por razões sócio-políticas conhecidas — não têm suporte para rever pela base o ensino do português brasileiro, língua materna da grande maioria dos estudantes.

O avanço dos estudos sociolingüísticos no Brasil nesses últimos vinte anos tem sido fundamental para que se comece a entrever e explicitar com mais exatidão um aspecto da heterogeneidade lingüística do Brasil, a sua complexa

variação diastrática que é o resultado de múltiplas formas de interação social e conseqüentemente lingüística do Brasil. Áreas brasileiras são privilegiadas por essa vertente de estudos da língua em uso: a mais antiga é sem dúvida o Rio de Janeiro, graças à presença de um grande grupo de sociolingüistas iniciados por A. Naro. Tais estudos têm se multiplicado em outros centros universitários, sobressaindo-se Campinas, as universidades do extremo sul, mais recentemente Brasília, que tem se concentrado em um aspecto fundamental da interação lingüística no Brasil, ou seja, a relação periferia das grandes cidades com o seu centro. No seu conjunto, a Sociolingüística brasileira já forneceu muitíssimos elementos para o conhecimento do português brasileiro, pelo menos em alguns pontos do Brasil e em alguns aspectos de sua estrutura.

Rapidamente tomo aqui como exemplo a questão da concordância verbo-nominal e nominal, traço que marca o português brasileiro em relação ao europeu e que envolve problemas de variação sincrônica e de mudança diacrônica. É esse um ponto que tem ocupado estudiosos do português desde, pelo menos, o fim do século passado.

Recente artigo de A. Naro e M. Scherre (1991), pesquisadores dos que têm mais trabalhado sobre o assunto, no quadro da metodologia laboviana, evidencia a complexidade do problema em causa, que a simplicidade de sua formulação corrente freqüentemente recobre: informa-se que há variantes populares, sobretudo rurais, mas também urbanas sem escolarização, que se apresentam sem concordância. Seriam exemplos de áreas preteritamente «crioulizadas» e que a escolarização reintroduziria a regra de concordância no português brasileiro, «descrioulizando-o».

A citação seguinte dos autores referidos, ao concluir o seu trabalho, baseado em dados do MOBREAL-Rio e do Censo Sociolingüístico do Rio de Janeiro, demonstra, em grupo social bem definido, o que os autores denominam de fluxo e contrafluxo da comunidade de fala carioca:

A comunidade de fala pode estar caminhando em diversas direções, no sentido de que alguns grupos de falantes podem estar num processo de aquisição da forma [o caso em foco é a aquisição da regra de concordância] enquanto outros estão, ao mesmo tempo, perdendo a forma. Alguns grupos podem estar ainda estáveis, mostrando padrões típicos de variação estável de tal forma que para eles não há, portanto, processo de mudança em curso. (Naro; Scherre, 1991: 9).

e concluem, para completar a complexidade do problema, pelo menos, considere, na rede social dos centros urbanos brasileiros:

Para algumas pessoas o mercado de trabalho pode ter efeito [na aquisição da regra de concordância], enquanto o sistema escolar pode influenciar outros. Finalmente, podemos reafirmar que os fluxos e contrafluxos só parecem emergir em agrupamentos de indivíduos de forma não convencional. (*Ibid.* p.15).

Querem com isso dizer, portanto, que a metodologia sociolinguística convencional deve abrir-se a outras variáveis para dar conta, adequadamente, dessa questão.

Mais recentemente, a convergência da Sociolinguística e da teoria sintática chomskyana paramétrica tem aberto para novas interpretações o português brasileiro. Um conjunto de fatos sintáticos interrelacionáveis podem ser compreendidos como indicadores de uma mudança paramétrica do português brasileiro em relação ao europeu e não apenas de variação sintática. Sem dúvida esse caminho de análise da sintaxe, também aberto pela Sociolinguística brasileira, sobretudo pelo grupo de Campinas, graças a F. Tarallo, permite ver com mais clareza a sintaxe brasileira.

O artigo de F. Tarallo de 1991 — «Turning different at the turn of the century: 19th century brazilian portuguese», retomado em interpretação gerativa por Charlotte Galves (1992) — apresenta e desenvolve a questão: estariam interligadas, no tempo — e demonstra Tarallo com dados quantificados do século XVIII aos nossos dias — as mudanças seguintes (preferi traduzir de Tarallo a mal resumi-lo):

a) o rearranjo do sistema pronominal que abre caminho para os objetos nulos e para a maior ocorrência de sujeitos lexicais no sistema brasileiro; b) a mudança sintática sofrida pelas estratégias de relativização como consequência direta da mudança no sistema pronominal; c) a reorganização dos padrões de ordem básica das palavras para uma, e diretamente conectada com a emergente ordem estrita SVO; d) finalmente, relacionadas às anteriores, o padrão de ordem nas perguntas diretas. (Tarallo, 1991: 1-2).

Esse conjunto de «mudanças sintáticas maiores» se define, nos textos analisados, marcadamente na passagem do século XIX para XX, o que certamente aponta para sua maior antiguidade na língua falada e, nas palavras de Tarallo, que aqui também traduzi, para finalizar:

Os casos sintáticos apresentados devem ser considerados como evidência quantitativa de que o português brasileiro estava se tornando diferente na virada do século. Fica claro, a partir do quadro traçado neste artigo, que um novo sistema gramatical, que se chame de gramática brasileira ou dialeto do português com sua própria configuração, desde que isso é estritamente falando uma questão ideológica, emergiu no século XIX, estabelecendo novo padrão bastante diferente e oposto ao português europeu. (*Ibid.*, p. 20).

Torna-se muito interessante conjugar os fatos de história externa discutidos em 2.3 sobre a emergência de uma «língua nacional» e os dados intra-lingüísticos analisados por Tarallo e seus orientandos, no período compreendido entre

a 2ª metade do século XVIII e a actualidade. É, como sabemos, na conjugação de fatores sócio-históricos e intra-lingüísticos que se pode reconstruir o percurso histórico de uma língua. Essa vertente da sociolingüística histórica conjugada à sintaxe paramétrica diacrônica aponta, sem dúvida, para novos conhecimentos sobre o português brasileiro.

Associando as observações e explicitações realizadas — e por realizar — sobre o português brasileiro contemporâneo ao estudo das informações que fontes históricas de vários tipos possam informar sobre os vários aspectos da diversidade lingüística brasileira do passado e do presente, poderemos coletivamente sonhar e construir no futuro (espero que próximo) uma história, externa e interna, do português brasileiro.

## Referências bibliográficas

- ARAGÃO, M. S. *et alii* (1985) — *Atlas Lingüístico do Paraíba*. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba/CNPq.
- CALLOU, D. (1992) — «Variação diatópica na fala culta». (Comunicação à Reunião da ABRALIN), São Paulo, 7 p. mimeo.
- CARDOSO, S. (1986) — «Tinha Nascentes razão?» (Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil) in *Estudos: lingüísticos e literários*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, vol. 5, pp. 49-60.
- CARDOSO, S. (1992) — «No caminho de áreas dialetais brasileiras: [t̃s] no decurso it» (Comunicação à Reunião da ABRALIN), São Paulo: 9 p. mimeo.
- CASTILHO, A. (org.) (1990) — *Gramática do português falado*, São Paulo, FAPESP/UNICAMP.
- CASTILHO, A. (1991) «Projeto de gramática do português falado» in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, v. 5/6, pp. 169-179.
- CASTRO, Y. P. (1976) — *De l'intégration des apports africains dans les parleurs de Bahia au Brésil*, Zaire, Universidade Nacional do Zaire (Tese de doutoramento).
- CASTRO, Y. P. (1980) — *Os falares africanos na interação social do Brasil colônia*, Salvador, UFBA/Centro de Estudos Baianos.
- ELIA, S. (1961) — *O problema da língua brasileira*, Rio de Janeiro, INL.
- EMMERICH, C. (1991) — «O português de contacto no Parque Indígena do Xingu», in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, v. 5/6, pp. 53-71.

- FERREIRA, C. (1984) «Remanescentes de um falar crioulo brasileiro», in *Revista Lusitana*, Lisboa, v. 5 (Nova Série).
- FERREIRA, C. *et alii* (1987) — *Atlas Lingüístico de Sergipe*, Salvador, Fundação Cultural do Estado de Sergipe/UFBA.
- GALVES, C. (1992) — «O nascimento do português brasileiro» (Comunicação à Reunião da ABRALIN), São Paulo, 15 p. mimeo.
- HOUAISS, A. (1985) — *O português do Brasil*, Rio de Janeiro, Unibrade-Centro de Cultura.
- MUSSA, A. B. N. (1991) — *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*, Rio de Janeiro, UFRJ, (Dissertação de Mestrado).
- MELO, G. C. (1972) — *A língua do Brasil*, Rio de Janeiro, FGV.
- NARO, A.; SCHERRE, M. (1991) — «Variação e mudança lingüística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala», in *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, São Paulo, UNICAMP, vol. 20, pp. 9-16.
- NETO, S. Silva (1960) — *A língua portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Acadêmica.
- NETO, S. Silva (1986) — *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, INL.
- PEREIRA, S. B. (1964) — *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, INL.
- RICARDO, C. A. (coord.) (1985) — *Povos indígenas no Brasil*, São Paulo, CEDI, v. 8.1 (Tocantins).
- RODRIGUES, A. (1986) — *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*, São Paulo, Loyola.
- ROSSI, N. *et alii* (1965) — *Atlas Prévio dos falares baianos*, Rio de Janeiro, INL:
- ROSSI, N. (1980) — «A realidade lingüística brasileira», in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 22, pp. 35-44.
- SILVA, R. V. Mattos e (1987) — «Língua portuguesa: novas fronteiras, velhos problemas», in *Revista Lusitana*, Lisboa, v. 8 (Nova Série), pp. 5-21.
- SILVA, R. V. Mattos e *et alii* (1988) — *Sete estudos sobre o português kamayurá*, Salvador, CED-UFBA.
- SOUSA, G. S. (1989) — *Notícia do Brasil*, Lisboa, Publicações Alfa.
- TARALLO, F. (1991) — «Turning different at the turn of the century: 19th century brazilian portuguese», in: GUY, G.; BAUGH, J.; SCHIFFIN, D. (eds.) — *Festschrift to William Labov* (no prelo).
- ZAGARI, R. (1977) — *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*, Juiz de Fora, Fundação Casa de Rui Barbosa/UFJF.

## A língua dos modernistas: revolução ou tradição?

Passados setenta anos da onda modernista que assolou as letras brasileiras durante a Semana de Arte Moderna, em 1922, e depois dela, vale a pena refletir um pouco sobre tal movimento e insistir em alguns pontos de linguagem que certos ufanistas apressados apontam como fatos vitoriosos na língua literária contemporânea do Brasil e, por isso mesmo, justificativos, dizem, de uma revisão das normas erigidas na gramática tradicional.

Para orientar-nos nesta seara já contamos com algumas pesquisas sérias realizadas num grande *corpus* de autores modernos brasileiros, dentre os quais se impõem os trabalhos de Luís Carlos Lessa e Raimundo Barbadinho Neto. Curiosamente estes dois autores, independentemente, partiram da idéia de escrever uma gramática da feição brasileira da língua e, ao levantarem os problemas, chegaram à conclusão, implícita em Lessa e explícita em Barbadinho, de que, no final de contas, como bem escreveu a nossa Raquel de Queirós em comentário a livro deste último estudioso: «O fato constatado, provado por Barbadinho em milhares de exemplos, é que nós somos muito mais comportados do que se assoalha por aí, estamos naquele meio onde se situa a virtude. Nem tanta obediência que nos tolha a espontaneidade, nem tanta derrubada que nos deixe a tropeçar atrapalhados nos cacos da língua velha».

Com outras palavras, numa época em que alguns modernistas não tinham nascido, enquanto outros mal saíam das fraldas, mestre João Ribeiro, com toda a sua inclinação da modernidade, comentava-o depois dessa rebeldia inicial própria dos jovens:

Mas vencida essa crise de crescimento, se não se quer ser infante toda a vida, não há outro endereço mais que o do amor e respeito aos modelos eternos da linguagem.

O mais moderno e o mais livre de todos os escritores portugueses, Eça de Queirós, consagrou os últimos restos da vida a limar e a castigar o seu formoso e suave estilo,

restituindo-o, quanto pôde, à nobreza antiga da língua. É que o espírito, na morte, se reintegra e continua eterno na sua própria espécie, e só o corpo se contenta com volver e perder-se em outras fermentações e outras tantas modas e mutações da vida universal. (Ribeiro, 1905:121).

Está claro que havia por parte dos modernistas uma intenção anti-acadêmica, refletida em declarações contundentes de escritores como Mário de Andrade, que creditava ao movimento o mérito de promover «uma reacomodação da linguagem escrita à falada (já agora com todas as probabilidades de permanência) muito mais eficaz que a dos românticos» (Andrade, 1972: 189).

Do ponto de vista lingüístico — que é o que agora mais de perto nos interessa — cabe fazer um retrospecto daqueles fatos que se têm considerado geralmente como divisor de águas entre a tradição e a revolução, a tradição e a modernidade, para distinguirmos, se os houver, aqueles que vieram para ficar na moderna literatura brasileira.

Abro aqui um parêntese para repisar um fato de muitos conhecido: todo movimento inovador, qualquer que seja a natureza, tem sempre seu lado iconoclasta, isto é, pretende derrubar conceitos e preceitos arraigados por uma tradição, substituindo-os por novos parâmetros, que o tempo se encarregará de minimizar ou apodrecer. Felizmente, o radicalismo no domínio das letras parece ser menos ortodoxo que o que se dá no domínio dos ideais políticos. Estou a lembrar-me do que nos afirma ninguém mais autorizado a essa crítica do que Staline. Respondendo a questão formulada por companheiros de partido sobre a necessidade de se alterar a língua russa para que pudesse, depois da revolução de 1917, servir de expressão a uma nova ideologia política, declarou que tal medida não se impunha por errônea e contrária aos preceitos filosóficos do movimento, e que, por isso, a língua do comunismo deveria continuar sendo a mesma que utilizara Puchkin, morto em 1837, na sua obra literária, tanto na prosa quanto na poesia.

Antes de entrar nos fatos de língua propriamente ditos, vale recordar que a «reacomodação da linguagem escrita à falada», citada por Mário de Andrade no trecho acima, não foi apanágio dos modernistas, uma vez que, pelo menos na prosa, essa aproximação já estava praticada por escritores da marca de um Joaquim Manuel de Macedo, um Aluísio de Azevedo, um Manuel Antônio de Almeida, um Lima Barreto, para não falar em Machado de Assis, de quem Sousa da Silveira disse «grande escritor, que soube ser ao mesmo tempo clássico, moderno e brasileiro».

Adotarei aqui, por mais apropriado ao interesse destas observações, a orientação que seguiu o Prof. Raimundo Barbadinho nos seus trabalhos sobre a norma literária do modernismo brasileiro, isto é, fixar-me-ei naqueles fatos lingüísticos que são geralmente arrolados como um divisor de águas que demarca

a tradição e a inovação. Do levantamento que se vai fazer a seguir, patenteia-se a verdade desta afirmação tantas vezes repetida pelo Prof. Barbadinho em referência à norma literária dos nossos modernistas: «mais rebeldia nos gestos que nas obras».

O primeiro assunto que é trazido à baila nas discussões para mostrar o atraso das normas registradas nas gramáticas escritas no Brasil em relação aos usos dos modernistas é, sem sombra de dúvida, o da colocação do pronome átono a começar período, do tipo: **Me diga, Te empresto, Se fala**, etc. Ora, a exaustiva pesquisa nos modernistas levada a efeito pelo Prof. Barbadinho revela-nos o contrário da afirmação generalizada, segundo a qual esta prática virou regra na língua literária desses escritores. Assim é que no livro de Oswald de Andrade *Memórias sentimentais de João Miramar* que, segundo o autor estava fadado a ser «o primeiro cadinho da nossa nova prosa», só aparece um único exemplo, contra dezesseis de acordo com a tradição. E vale a pena ressaltar que mesmo esse único não é da responsabilidade do autor e, sim, do personagem.

A mesma ausência de pronome átono a iniciar período ocorre em *Chuva de pedra*, «o primeiro livro modernista» de Menotti del Picchia e em *Epigramas irônicos e sentimentais* de Ronald de Carvalho.

O caso de Manuel Bandeira é bem interessante: em *Libertinagem*, dos onze exemplos registrados, há seis casos do pronome átono colocado no início do período, contra cinco em obediência à tradição. Mas nas três obras posteriores (*Estrela da manhã, Lira dos cinquent'anos e Belo Belo*) este uso inicial do pronome é tão pequeno, que salta aos olhos.

Isolado de seus companheiros é o exemplo de Mário Andrade que usou e abusou da posição inicial do pronome átono. No seu afã de sistematização, pretendeu estender essa possibilidade que realmente ocorre com **me, te, se, lhe, nos a o e a**. Manuel Bandeira, em cartas e artigos, censurou esse critério do amigo, critério que «em matéria de linguagem tem sido sempre o responsável por tantas regrinhas cerebrinas que afinal acabaram criando este abusivo regime gramatical contra o qual reagiremos.» (Bandeira, 1958: 1214). Continua no mesmo artigo Manuel Bandeira:

Considero perfeitamente legítimo o emprego da variação «me» no princípio de qualquer período (...). Considero, porém, erro iniciar o período pelas formas oblíquas «o», «a», «os», «as», ou «se» com o futuro e o condicional, por não se basearem estes casos em fatos da língua falada, popular ou culta: o povo não diz «O vi», diz (e muita gente boa também) «Vi ele», forma que Mário só admitiu quando o pronome é sujeito de um infinitivo seguinte («Vi ele fazer»); ninguém, nem povo nem pessoa culta, diz «Se diria». Discuti muito esses dois pontos com o meu amigo, sem que nenhum de nós lograsse convencer o outro. (*Ibid.*, p. 1213).

Por maior que seja o prestígio de Mário de Andrade e a influência que pudesse exercer nos escritores que o cercavam e nos jovens que, direta ou indiretamente, iriam com ele no futuro acertar o passo, não se pode confundir a língua do combatente mestre paulista com a língua literária do modernismo brasileiro.

Ainda no terreno dos pronomes pessoais, outro uso que também tem sido apontado como divisor de águas é o referido na transcrição de Manuel Bandeira, isto é, o emprego de **ele** em lugar do tradicional **o** como complemento dos verbos transitivos diretos: **Vi ele** por **Vi-o**.

Quem estuda historicamente a nossa língua, sabe que este emprego era conhecido, em épocas passadas, da norma literária. Aliás um repasse nas ocorrências registradas nas línguas românicas, sem exceção, oferece-nos um quadro que patenteia que os empregos das formas retas e oblíquas dos pronomes, bem como, nestas últimas, das formas átonas e tônicas, não se davam nem se dão com a regularidade e a precisão com que hoje muitos estudiosos gostariam que ocorressem. A posição de tonicidade dos pronomes e ainda a relativa distância que estes podem manter do verbo da oração, permitem trocas de formas corretas e correntes em todos os períodos da língua, com correspondência em outros idiomas da família.

É o caso do emprego obrigatório da forma de sujeito do pronome quando, coordenado a um substantivo, funcionam ambos como complemento verbal: «Tendo como base o homem, e, mais ainda, **eu** como espelho, como posso confiar num sistema diretivo para a comunhão dos povos?» (Adalgisa Nery. *Apud* Neto, 1977).

O exemplo da nossa escritora é similar a este da italiana Gemma Ferruggia *Il fascino* (1897) «(...) ci aveva molto turbate, Flaminia ed **io**» (p. 176) ou a este das *Novelas* (p. 61) da espanhola que se escondia debaixo do pseudônimo de Fernán Caballero: «(...) por lo que toca al tío A. y **yo**», ambos citados na preciosa *Sintaxe* das línguas românicas de Meyer-Lübke. (Meyer-Lübke, 1890-1906)

É ainda o caso do emprego de pronome reto em função de complemento verbal quando reforçado por **todo**, **mesmo**, **próprio**, ou numeral: **Vi todos eles**, ao lado de **Vi-os todos**: «dei um pulo desesperado / e o leão comeu nós dois» (Carlos Drummond de Andrade. *Apud* Neto, 1977: 18).

Mas convido o paciente leitor a retornar ao início do comentário relativo ao emprego de **ele** como objeto direto, entre os modernistas. As pesquisas de Barbadinho e Lessa mostram que, apesar de corrente, está longe de ser absoluto esse uso; e até se dá o fato seguinte: à medida que se sucederam as obras de modernistas e se sucedem as dos contemporâneos, esse uso vai diminuindo a olhos vistos. Nos dias de hoje, vê-se isso claramente nas produções, por exemplo,

de um Rubem Fonseca, cujo amadurecimento na arte narrativa vem marcado também por um apuro das construções dentro da boa tradição gramatical.

Curioso é que a reportagem televisiva, felizmente não generalizada, no afã de seguir a todo o custo a onda novidadeira que assola os jovens países cuja infância não teve ainda tempo de consolidar um padrão de cultura, emprega às vezes um **ele** por **o** em situações que não reproduzem o falar espontâneo brasileiro e, por isso mesmo, choca os ouvidos e a sensibilidade do falante nativo.

No uso de **ele** por **o**, cabe, por fim, registrar que, como bem assinalou atrás Manuel Bandeira, Mário de Andrade só acabou admitindo a prática «quando o pronome é sujeito de um infinito seguinte (**Vi ele fazer**)» (*Ibid.*, p. 1213).

Sabemos todos o quanto Manuel Bandeira e Mário de Andrade discutiram questões de linguagem a serem adotadas no texto literário. A correspondência mantida entre eles — hoje só conhecida praticamente a parte ativa do escritor paulista — é um rico manancial de observações úteis a quantos se interessam por língua portuguesa.

Consoante o testemunho de Bandeira, lembrado aqui, Mário só acabou admitindo o uso de **ele** por **o**, ou, generalizando, o emprego do pronome de forma subjetiva pelo de forma objetiva (por isso, também, **eu** por **me**, em expressões do tipo **deixe eu entrar** por **deixe-me entrar**), quando o pronome é sujeito de um infinitivo.

Tal prática é outra construção que, segundo alguns, se consagrou entre modernistas e que, portanto, deve ser incluída no rol das novidades a que se deve curvar a gramática que registra a norma padrão. Todavia não é esta a conclusão a que chegaram as pesquisas dos estudiosos que se debruçaram nos textos dos modernistas. Raimundo Barbadinho ensina que das formas «deixe eu ver» e «deixe-me ver» os nossos modernistas «sem sombra de dúvida, se decidiram em benefício da última das duas» (Neto, 1977: 15).

E, em relação ao escritor paulista citado, acrescenta:

Mário — quando sem preocupação de ostentar acintosamente os «brasileirismos violentos» — não constitui exceção. (*Ibid.*, p. 16).

O emprego do pronome oblíquo tônico como sujeito de verbo no infinitivo (**O livro é para mim ler** por **para eu ler**) é plebeísmo assinalado há tempos nos compêndios gramaticais de língua portuguesa. O nosso extraordinário lexicógrafo Antônio Morais Silva, nascido no Rio de Janeiro, em sua *Gramática*, (Silva, 1813) escrita em 1802, já assinalava que o correto era, nestas construções, o emprego de **eu** e **tu** em vez de **mim** e **ti**, respectivamente.

Esta construção, **para mim fazer**, que estava, entre brasileiros, restrita a classes culturalmente menos favorecidas, hoje se vai alastrando entre crianças

pertencentes a famílias mais escolarizadas, talvez por estarem em convivência mais demorada com pessoas de nenhuma ou pouca escolaridade.

Cumpra alertar para que não se confunda esta construção vitanda com outra, aparentemente similar, em que o pronome pessoal está regido de preposição e, por isso, deve assumir a forma oblíqua tônica (**mim**, e não **eu**). Tome-se esta frase:

**Para mim ler esses relatórios é muito cansativo.**

Vê-se que o **mim** não funciona como sujeito do infinitivo **ler**; este **para mim** pode ser lido com pausa, separado de **ler**, e esta pausa pode ser assinalada por vírgula:

**Para mim, ler esses relatórios é muito cansativo.**

A independência sintática em relação a **ler**, além da pausa, pode ser indicada pelo deslocamento do sintagma **para mim**, afastando-se do infinitivo:

**Ler esses relatórios para mim é muito cansativo.**

**Ler esses relatórios é muito cansativo para mim.**

O Prof. Barbadinho lembra este exemplo de Raquel de Queirós (Queirós, 1975) que está nas mesmas condições de nosso exemplo, onde não fere a gramática o emprego de **para mim**:

No momento era impossível **pra mim** viajar porque não havia mais navio e em avião não se conseguia lugar (*Dora, Doralina*, p. 192),

acerca do qual ensina corretamente o autor de *Sobre a norma literária do Modernismo*:

(...) observe-se que o sujeito deste infinitivo é **viajar**, e que **pra mim** se integra na oração «é impossível pra mim. (Neto, 1977: 21).

Mas o que nos interessa aqui é saber do grau de aceitação desta prática na língua literária contemporânea. E aí a pesquisa revela-nos que se trata de uso extremamente reduzido, freqüência que fica ainda mais diminuída quando se patenteia que, em muitas ocasiões, a construção não ocorre no discurso do autor, mas de seus personagens.

É, portanto, mais um uso moderno que não ganhou foros de cidade para ser agasalhado pela gramática normativa.

Os que insistem na renovação das normas da língua escrita contemporânea apontam como um dos mais fortes alicerces do divisor de águas que separa a tradição da inovação, o emprego de **lhe** por **o** junto a verbos transitivos diretos, como ocorre nas construções «Eu **lhe** vejo», «Nós **lhe** estimamos», «José **lhe** convidou para a festa» e similares.

É costume dizer-se que em tais frases se faz uso do pronome **lhe** «como objeto direto». Na realidade, o assunto está a exigir maior reflexão.

Casos como os acima lembrados não podem, a rigor, confundir-se com construções verbais que, através do tempo, experimentaram mudança na natureza do complemento verbal objetivo. É fato corriqueiro, e as sintaxes históricas o assinalam, que muitos verbos mudaram a natureza do complemento objetivo, isto é, verbos que se construía com objeto direto passaram a fazê-lo com objeto indireto, e vice-versa, sem nenhuma alteração semântica.

Por exemplo, no português antigo era mais freqüente o emprego dos verbos **perguntar** e **rogar** acompanhados do pronome **o** para referir-se à pessoa a quem se fazia uma pergunta ou se rogava e sem preposição o complemento que enunciava aquilo que se desejava saber ou solicitar. Said Ali (Ali, 1931) lembra os seguintes exemplos extraídos da *Demanda do Santo Graal* (século XIV), dentre outros:

Perguntaram-**na** que demandava (p. 1 da ed. de Reinhardtstoener); perguntou-**o** se era chegado (p. 35); Perguntou-**o** que home era (p. 37).

Rogaram-**no** por deos que **lhe** disesse daquelle sonho (p. 109).

Se nos restringirmos a Camões, podemos ver um mesmo verbo com complemento objetivo direto ou indireto, sem que se **lhe** altere a significação. O verbo **perdoar** e **socorrer** estão neste caso; apenas em *Os Lusíadas* vale lembrar que a preferência recai no objeto indireto com **perdoar** e direto com **socorrer**:

Queria perdoar-**lhe** o Rei benigno (III, 130)  
(Que desta sorte o quis) **lhe** não perdoam (III, 130)

Levemente **o** perdoa, e foi servido (X, 49)

Que a socorrê-**la** vinha deligente (III, 65)

Vai socorrer **o** filho, e assi adjuntados (III, 81)

Foi o soberbo Afonso a socorrê-**la** (III, 99)

Este que socorrer **lhe** não queria (VI, 48)

No português moderno, prevaleceu, para **perdoar**, o objeto indireto **lhe** para pessoa e objeto direto da coisa perdoada:

«Eu **lhe** perdoei a insolência. Perdoei-**lha**».

Não havendo duplo complemento verbal, a pessoa perdoada pode continuar a ser expressa na forma de objeto indireto (**lhe**), ou então de objeto direto (**o**):

«O ofendido **lhe** perdoou / O ofendido **o** perdoou».

Já o verbo **socorrer** fixou modernamente o seu complemento na forma de objeto direto:

«As autoridades as socorrem.»

O fenômeno da mudança de complemento ou da prática indiferente de **o** ou **lhe** com o mesmo verbo numa só época e num só escritor não se dá apenas no português; no mundo românico ou fora dele, repete-se a possibilidade.

Todavia, no caso de «Eu **lhe** vejo», «Nós **lhe** estimamos», «José **lhe** convidou para a festa», não houve mudança na natureza do complemento, e a prova disto se patenteia com a permuta do complemento pronominal por forma nominal, isto é, por um substantivo: «Eu vejo **o vizinho**», «Nós estimamos **o vizinho**», «José convidou **o vizinho** para a festa», todos os complementos constituídos por sintagmas não preposicionados.

Não estamos, pois, diante de mudança de regime verbal, mas de uma nova oposição entre **o** e **lhe**, não mais assentada na oposição complemento objetivo direto vs. complemento objetivo indireto. Trata-se, aqui, de uma novidade na distribuição de **lhe** aplicado agora à **pessoa com quem se fala**; nos registros popular e informal, esse **o (a)** é desbancado por **ele(ela)**.

Falando com o ouvinte, diz-se nesses registros:

«Então ontem **lhe** vi na praia».

«Pedro, José **lhe** convidou para o baile?»

Mas em referência à pessoa de quem se fala, não se emprega **lhe**:

«Pedro, você tem visto o José?»

Não; há muito não **lhe** vejo».

Esse **lhe**, na qualidade de pronome interlocutório, em oposição a **o** (ou **ele**), não assume um compromisso imediato com a transitividade verbal, e, por isso

mesmo, aparece tanto junto a transitivos indiretos (**eu lhe escrevo, eu lhe falo**) quanto a diretos (**eu lhe vejo, eu lhe abraço, eu lhe convido**).

Em que circunstâncias, quando e onde nasceu esta novidade na sintaxe do português são questões que estão a exigir análise mais minuciosa. Além da possível influência de construções verbais com alternância de **o/lhe**, conhecidas de todos os períodos da língua, aponta-se, como lembra Antenor Nascentes (Nascentes, 1953: 128), a analogia com os pronomes **me, te, nos, vos**, já que todos podem funcionar na frase como objeto direto ou indireto. O mesmo Mestre acrescenta que «Desaparecidos **o, a, os, as**, ficou a forma **lhe** dona do campo, sem se precisar apelar para a conservação da dupla sintaxe.»

Todavia, faltam estudos sobre esse «desaparecimento» de **o, a, os, as**; por outro lado, é assaz complexo falar-se em «desaparecimento» dessas formas, quando elas apresentam, vivas e fortes, as parceiras **ele(s), ela(s)**, na função de objeto direto.

No tocante à expansão territorial desse **lhe**, já a *Gramática* de Antônio Morais Silva (Silva, 1813) declarou: «Eu **lhe** amo, **lhe** adoro, são erros das Colônias», domínio geográfico que também precisa ser fixado com maior precisão.

A verdade, porém, é que no Brasil é praxe difundidíssima entre pessoas de pouca e média cultura e corre avassaladora na fala espontânea de toda a sociedade.

Está claro que tal uso não passaria despercebido aos modernistas, que utilizariam a sintaxe, mas com uma parcimônia digna de relevo. As pesquisas do Prof. Barbadinho documentam esta parcimônia, «válida ainda com respeito àqueles escritores que se mantiveram insuperáveis em sua fidelidade à linguagem popular, preservada na tradição oral, em toda a sua pureza» (Neto, 1977: 19).

Este mesmo pesquisador chega a criticar a afirmação de Cavalcanti Proença que, estudando a língua e o estilo de José Lins do Rego, afirmara: «só excepcionalmente **o** e variações aparecem; **o lhe** é regra em *O Moleque Ricardo*» (Proença, 1974). Reexaminando o mesmo romance, Barbadinho chega à conclusão contrária, pois dos noventa pronomes complementos, vinte só atestam o emprego de **lhe** nesta construção, contra setenta em consonância com o uso padrão.

Pelo exposto e se no estabelecimento das normas de uma gramática deve o autor estar atento ao testemunho do *corpus* pesquisado, pode-se afirmar que nada há que alterar no tocante ao que está estabelecido, na língua escrita padrão contemporânea, para o emprego de **o, a, os, as** como objeto direto e de **lhe** como objeto indireto entre os complementos do verbo.

Um fato lingüístico de que os reformadores da tradição espelhada nas gramáticas normativas fazem estrondosa propaganda é o uso da preposição **em** por **a** depois dos verbos de movimento.

Na realidade é este um terreno assaz delicado de nossa sintaxe ou, para falar com mais propriedade, da sintaxe românica, pois que, ao lado de normas que se foram fixando através do tempo com validade para a língua literária, não se devem perder de vista certas derivas de data latina que refletiam entrelaçamentos, principalmente, das noções de repouso, ponto de chegada, direção e ponto de partida. Acresça-se a isto a possibilidade de certos empregos estilísticos de que se servem os escritores na hora em que o sistema, dando ensejo a esses entrelaçamentos nocionais, lhes permite variar a expressão e estabelecer sutis matizes semânticos.

Àcerca desses entrelaçamentos é de uma extraordinária riqueza de dados, numa exposição cristalina, o parágrafo 433 (da versão francesa) da *Sintaxe* das línguas românicas do suíço-alemão Meyer-Lübke. (Meyer-Lübke, 1890-1906) Os dois maiores sintaticistas da língua portuguesa não desdenharam, em suas descrições, a ação desses entrelaçamentos de noções contíguas. Epifânio Dias, na preciosa *Sintaxe histórica portuguesa* (Dias, 1933), referindo-se à possibilidade de a preposição **em** poder indicar o termo do movimento (no sentido próprio e no translato) depois de «verbos e locuções (entrar), os verbos que exprimem a idéia de **deixar entrar** ou **fazer entrar**, v. g. **admitir**, **receber**, deitar (por ex. **vinho em um copo**), lançar, meter; a loc. **dar com algo**, v. g. **em terra (...)** saltar em terra», e rejeitando, nestes casos, a simples explicação por meio da continuidade ininterrupta da proposição latina **in** com acusativo, ensina:

designa-se [o termo do movimento] não como tal, mas como lugar onde, sendo que se considera prolepticamente, não o movimento, a que se referem aqueles verbos e locuções, mas o estado que se segue àquele movimento».

Esta lição de Epifânio corre paralela à de Meyer-Lübke, num passo do parágrafo referido acima:

Tout ce qu'on pourrait dire, c'est que, chez les Romains, quand il s'agissait d'indiquer le lieu vers lequel tendait un mouvement, l'arrivée et le repos qui la suivait dans ce lieu se seraient représentés à leur esprit avec plus de vivacité que le mouvement exprimé par le verbe lui-même. (Meyer-Lübke, 1890-1906).

Também Said Ali relaciona certos usos da preposição **em** com a noção de movimento, e chega a declarar:

Menos conspícuo é o emprego de **em** com acepção diretiva; mas é justamente esta tão importante que sem o seu conhecimento não saberíamos explicar a presença de **em** em bom número de locuções. (Ali, 1931: 244).

Depois desta pequena digressão onde se põem de relevo fatores históricos e estilísticos, percebe-se melhor a visão redutora que atribui a **em** com verbos de movimento uma «característica» do português do Brasil, especialmente um uso dos nossos modernistas.

A meu ver, no momento em que os entrelaçamentos de noções que circunscrevem a área dos verbos de movimento, faltou a Portugal, como judiciosamente comenta Said Ali, «em tempo oportuno, academia ou estudioso dado ao exame da questão deste gênero, que arbitrasse normas seguras para futuros escritores» (Ali, 1975: 79).

Por outro lado, sabemos que na elaboração da língua literária portuguesa — e não é fenômeno isolado — exerceu papel fundamental na hora da escolha o peso da autoridade do latim clássico, o que naturalmente fez prevalecer o emprego de **a** sobre suas rivais mais próximas para as noções aqui estudadas: **em** e **para**. Mas os escritores portugueses da fase dessa elaboração da língua literária, especialmente os prosadores (sécs. XVI e XVII), não chegaram a construir um corpo homogêneo que se impusesse idiomáticamente à geração subsequente. Só no século XVIII e no XIX se começou a elaborar, colhendo daqui e dacolá, nem sempre com felicidade e exatidão, a pauta normativa que, acrescida pelo trabalho de investigadores cientificamente mais bem aparelhados, se incorporou aos compêndios dos nossos dias, sem que ainda tenha chegado à exaustão a que tanto aspiram os escritores hodiernos.

O emprego da preposição **em** com verbos de movimento, dentro da sistematização que a tudo aplicava Mário de Andrade, pode ser também enquadrado no rol das suas idiosincrasias de artista, de que nos fala Manuel Bandeira. Lendo-se o escritor paulista, de vez em quando topamos com determinados usos da preposição **em** que prejudicam a inteligência perfeita do texto ou cria nele uma ambigüidade. Só se explicam pelo seu constante «forçar a nota para focalizar o problema»:

Manhãzinha

A italiana vem na praia do ribeiro.

«Interpreto» — diz este abalizado crítico — «que o que se quis dizer no poema é que a italiana veio à praia do Ribeirão para lavar a roupa. Podemos dizer ‘na praia’ ou ‘à praia’, mas imagino que se Mário não andasse preocupado com a sistematização, teria escrito naturalmente ‘à praia’, construção que imediatamente excluía a possível interpretação de que a italiana vinha pela praia, ao longo da praia» (Bandeira, 1958: 1215).

Apesar da freqüência de alguns usos de **em** onde a norma literária insistiria no emprego de **a** (**ir na cidade, chegar na cidade**), a verdade é que não se pode

afirmar que estas mesmas predileções têm valor geral. Em Mário de Andrade há a presença, aqui e ali, de construções do tipo **chegar à cidade**, embora seja mais rara **ir à cidade**. Lembra Barbadinho (Neto, 1977: 62) que em *Losango Cáqui* e em *Clã do Jabuti* não se encontra nenhum exemplo de **a**, nestas circunstâncias; mas já em *Remate de Males* e *Lira Paulistana* «as duas sintaxes se equilibram». Em *O Moleque Ricardo*, de José Lins do Rego dos noventa e sete casos existentes, cinqüenta e três testemunham a presença de **a** contra quarenta e quatro de **em**. Em *Memórias Sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade, só se registram ocorrências com **a**, enquanto em *Mar Morto*, de Jorge Amado, se encontram trinta e seis usos de **a** e doze exemplos de **em**.

Tudo isto sem levar em conta construções fixas de lugar translato do tipo **chegar à conclusão, chegar ao fim, chegada à bebida, ir ao que importa, ir ao jogo, ir à vida, ir à luta**, a par de tantíssimas outras.

O último bastião — *last, not least* — contra o qual irromperam os defensores da «modernização» da gramática normativa com validade para a língua escrita culta, é o emprego do verbo **ter** pelo **haver**, com significado existencial. É este outro caso da sintaxe do português que merece ser estudado no âmbito romântico, já que o embate entre **ter** e **haver** pela sobrevivência é um episódio de que o português não tem exclusividade, estando o fio condutor já no latim.

O Prof. Sousa da Silveira (Silveira, 1938), em artigo de 1938, procurou mostrar alguns fatos lingüísticos que apontavam para a expansão de **ter** sobre **haver**. Realmente cedo **ter** começou a desbancar **haver** em muitos papéis: a) em expressões do tipo «esta terra há nome» para «esta terra tem nome» (hoje «esta terra nomeia-se», «chama-se», «é conhecida pelo nome de », etc.); b) na constituição de tempos compostos do tipo de **hei feito (tenho feito)**.

Por outro lado, dispunha a língua de certas expressões paralelas em que **ter** se aproximava de **haver** e **existir**, à semelhança de «há animais na floresta» e «a floresta tem animais» ou de «não há dúvida», «não existe dúvida», «não tem dúvida». Nas *Dificuldades da língua portuguesa* (Ali, 1957) Said Ali incluiu excelente artigo sobre **haver** e **ter** onde muitos de seus empregos intercambiáveis são eruditamente estudados e apontados alguns momentos da luta pela sobrevivência travada entre estes dois verbos.

Contava ainda a língua de outros tempos — fato que se colhe com freqüência nas narrações de cronistas do séc. XVI e XVII — com o emprego do verbo **ter** com sujeito próprio, mas do qual se afastava por tal distância ou era deduzido pelo contexto, que o leitor moderno dele só com muita atenção dá conta. Alguns estudiosos chegam a não perceber esse fato e apontam exemplos do tipo como se fossem testemunhos do **ter** já em função existencial. Citarei inicialmente,

como exemplificação mais evidente, este passo de um missionário português que chegou ao Brasil em 1583, Fernão Cardim:

Todo este gentio tem por cama umas redes de algodão, e ficão nelas dormindo no ar; estas fazem lavradas, e como ficão no ar, e não tem outros cobertores nem roupa, sempre no verão e inverno tem fogo debaixo. (*Tratados da terra e gente do Brasil*, p. 166).

No trecho seguinte a dedução do sujeito já se faz mais caprichosa:

Os Ilhéus distam da Bahia 30 léguas: é capitania do senhorio, sc. de Francisco Giraldes: é vila intitulada de S. Jorge; terá 50 vizinhos com seu vigário: tem três engenhos de açúcar: é terra abastada de mantimentos, criação de vacas, porcos, galinhas, e algodões: não têm aldeas de índios, estão muito apertados dos Guaimures, e com eles em contínua guerra; não se estendem pelo sertão a dentro mais de meia até uma légua, e pela costa, de cada parte, duas ou três léguas.

Os nossos têm aqui casa, onde residem de ordinário seis; tem quatro cubículos de sobrado bem acomodados, igreja e oficinas; esta situada em lugar alto sobre o mar: tem sua cerca aprazível, com coqueiros (...) (*Ibid.*, p. 296).

Vitorioso o uso de **ter** existencial na língua falada espontânea, tentaram os modernistas transplantá-lo para a língua escrita culta, debaixo da responsabilidade da língua do narrador. Antes dos modernistas, tal emprego do verbo **ter** como traço idiomático de personagem não constituía novidade entre nós, ao lado de outros fatos lingüísticos que os escritores deixavam consignados em suas páginas. Assim é que Machado de Assis põe na boca de Prudêncio dois desses fatos: o **ele** como objeto direto e a preposição **em** com o verbo **ir**:

É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei **ele** na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo **na** cidade, e ele deixou a quitanda para **ir na** venda beber (Assis, 1899: 91).

Sob a responsabilidade do narrador ocorrem entre os modernistas numerosos exemplos de **ter** por **haver**. O fato é tão corriqueiro, que dispensa documentação; todavia, tem toda validade a seguinte afirmação de Barbadinho:

Não se pode negar que esse emprego do verbo não tenha terminado vitorioso, mas daí a se dizer que tenha chegado a suplantar o velho uso canônico (que ainda hoje impera soberano, como passaremos a ver) soaria falso. (Neto, 1977: 38).

Passa o mesmo estudioso da língua dos nossos modernistas à documentação: em *Jubiabá*, de Jorge Amado, encontram-se oitenta e cinco ocorrências de **haver** contra trinta e uma de **ter**; Raquel de Queirós, em *O brasileiro perplexo*, emprega sessenta e oito vezes **haver** e vinte e quatro **ter**; Drummond, em *Alguna*

*poesia*, apresenta dezesseis exemplos de **haver** para onze de **ter**, enquanto em *Memórias Sentimentais de João Miramar*, Oswald de Andrade utiliza oito casos de **haver** e três de **ter**.

Só Mário de Andrade é que com muito mais frequência prefere **ter** a **haver**; mas curiosamente nas anotações à *Gramática secundária*, de Said Ali, põe lado a lado os dois verbos com valor existencial.

Diante da afirmação, na *Gramática secundária*, acerca de verbos impessoais (p. 121): «O verbo **haver** usado com o sentido de ‘existir’ é impessoal», acrescenta Mário: «Os verbos **ter** e **haver** usados com o sentido de ‘existir’ são impessoais» (Andrade, 1980: 166).

Em Mário de Andrade o verbo **ter** jamais desbancou totalmente o verbo **haver**. Num conto redigido em 1943, *Nelson*, inserido em *Contos novos*, o autor joga com os dois verbos sem que se possa estabelecer um critério seguro para explicar a presença de um ou do outro. Esta ambivalência chega a permitir a coexistência no seguinte trecho:

Olhou em torno e não **tinha** ninguém. Certificou-se ainda si ninguém o perseguia, mas positivamente não **havia** pessoa alguma na rua morta, era já bem mais de uma hora da manhã. (Andrade, 1956: 146-147).

De tudo o que se viu até aqui conclui-se que vários aspectos da norma gramatical que o modernismo brasileiro — especialmente pelo peso carismático de Mário de Andrade — tentou remodelar e até desbancar, persistiram depois da onda iconoclasta, e que, por isso mesmo, as novas normas não alcançaram a vitalidade que lhes desse foros de cidadania. Nem as realidades da língua falada por si sós se entronizam na língua escrita — como supunha o notável escritor paulista — nem as línguas se inovam partindo necessariamente de erros que nela se cometem.

A técnica histórica do falar própria de uma comunidade lingüística — que se reflete na exposição da gramática normativa — paira acima das revoluções efêmeras das modas e modismos, por mais geniais que sejam os seus criadores.

## Referências bibliográficas

- ALI, Said (1931) — *Gramática Histórica*, 2ª ed., São Paulo, Companhia Melhoramentos.
- ALI, Said (1957) — *Dificuldades da Língua Portuguesa*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Patrão.
- ALI, Said (1975) — *Investigações Filosóficas*, Rio de Janeiro, Grifo Edições/MEC.
- ALI, Said (s/d) — *Gramática Secundária*, 4ª ed., São Paulo, Companhia Melhoramentos.
- AMADO, Jorge (1969) — *Jubiabá*, 19ª ed., São Paulo, Livraria Martins Editora.
- AMADO, Jorge (s/d) — *Mar Morto*, 6ª ed., São Paulo, Livraria Martins Editora.
- ANDRADE, C. Drummond (1973) — *Alguma Poesia* in *Reunião* (10 livros de poesia), 4ª ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- ANDRADE, Mário de (1956) — *Contos Novos*, São Paulo, Livraria Martins Editora.
- ANDRADE, Mário de (1966) — *Clã do Jabuti; Lira Paulistana; Losango Cáqui; Remate de Males* in *Poesias Completas*, São Paulo, Livraria Martins Editora.
- ANDRADE, Mário de (1972) — «Modernismo» in *O Empalhador de Passarinho*, 3ª ed., São Paulo, Livraria Martins Editora.
- ANDRADE, Oswald de (1964) — *Memórias Sentimentais de João Miramar*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- ASSIS, Machado de (1899) — *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, 4ª ed., Rio de Janeiro, H. Garnier.
- BANDEIRA, Manuel (1958) — *Belo Belo; Estrela da Manhã; Libertinagem; Lira dos cinquent'anos*; «Mário de Andrade e a questão da língua» in *Poesia e Prosa*, 2 vols., Rio de Janeiro, Editora José Aguilar.
- CARVALHO, Ronald de (1922) — *Epigramas Irônicos e Sentimentais*, Rio de Janeiro, Anuário do Brasil.
- DIAS, Epifânio (1933) — *Sintaxe histórica portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Clássica, Editora.
- MEYER-LÜBKE, W. (1890-1906) — *Grammaire des Langues Romanes* (Trad. francesa: 4 vols.), III — *Syntaxe*, Paris. Reimpressão: New York, G. E. Stechert, 1923.
- NASCENTES, Antenor (1953) — *O linguajar carioca*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Organização Simões.
- NETO, R. Barbadinho (1977) — *Sobre a norma literária do modernismo*, Rio de Janeiro, Livro Técnico.
- PICCHIA, Menotti del (1925) — *Chuva de Pedra*, São Paulo, Novíssima.

- PROENÇA, Cavalcanti (1974) — *Estudos Literários*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- QUEIRÓS, Raquel de (1963) — *O Brasileiro Perplexo*, Rio de Janeiro, Edição do Autor.
- QUEIRÓS, Raquel de (1975) — *Dora, Doralina*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- REGO, José Lins do (1966) — *O Moleque Ricardo*, 7ª ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- RIBEIRO, João (1905) — *Páginas de Estética*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- SILVA, António Morais (1813) — *Gramática* in *Dicionário da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Borel e Borel.
- SILVEIRA, Sousa da (1938) — «Ter Usado Impessoalmente» in *Miscelânea de Estudos* (em honra de Manuel Said Ali), Rio de Janeiro.
- Tratados da Terra e gente do Brasil* (1925), Rio de Janeiro, J. Leite, p. 166.

## Língua Portuguesa e expressão Moçambicana

### Cena I

É expressamente obrigatório falar a língua oficial.

(Tribunal de Menores, Maputo)

A Língua Portuguesa, em Moçambique, na era pós-colonial, teve o seu destino traçado na convergência de dois factores fundamentais: em primeiro lugar, o factor político determinou que, nas condições em que o Estado surgiu, era imperioso estabelecer algumas coordenadas que permitissem a preservação das fronteiras herdadas do estado colonial, elemento fundamental para a construção da nação ainda por existir. O Movimento de Libertação (Frelimo), ao tomar conta do poder, trazia consigo um modelo de nação para Moçambique com base na sua ideologia revolucionária. Deste modo, a par de muitos outros instrumentos para pôr em prática o processo de unidade nacional, ou seja, interiorização da consciência de se ser moçambicano acima da consciência étnica, a língua portuguesa foi incontestavelmente tida como dos mais valiosos e operativos. Assim, o poder do Estado impôs esta língua como obrigatória nos seus sectores mais actuaentes. No sector da Educação: na alfabetização, na educação pré-escolar, no ensino primário e em todo o resto do sistema educativo. Só podia utilizar-se o português como veículo de transmissão do conhecimento e de comunicação. Na Informação: os meios mais poderosos de rádio, bem como toda a imprensa escrita e a televisão tinham a língua portuguesa como exclusivo meio de expressão. No sistema judicial e jurídico: os Tribunais e as Leis só conheciam a língua portuguesa como seu instrumento de trabalho e de expressão. Deste modo, é óbvio que o regime revolucionário criou forte pressão sobre as

---

Lourenço Joaquim da Costa Rosário é Professor Auxiliar na Universidade Nova de Lisboa. Doutorou-se em Letras, na Universidade de Coimbra, em 1987, com uma tese intitulada *Narrativa Africana de Expressão Oral*.

várias camadas populacionais, no sentido da tomada de consciência de que a língua portuguesa era o único veículo de comunicação plausível nas suas relações com as instituições do Estado. Samora Machel, numa entrevista ao semanário português *Expresso*, chegou a orgulhar-se pelo facto de os moçambicanos se esforçarem por falar o português correcto e procurarem conservar a língua portuguesa no seu estado mais próximo da norma portuguesa, porque só assim seria possível atingir os objectivos traçados com a sua adopção no processo da unidade nacional.

Graça Machel, então Ministra da Educação, foi peremptória, respondendo a uma docente brasileira sobre a noção do erro no I Congresso sobre o Ensino do Português em Moçambique, ao afirmar que enquanto Moçambique não tivesse linguistas e gramáticos capazes de produzirem a descrição coerente do Português falado em Moçambique, e que a mesma significasse a existência de um sistema, a norma a seguir, nas escolas, seria a de Portugal. Albino Magaia, então Director da Revista *Tempo*, semanário de opinião, na época reflectindo as posições oficiais, teceu várias considerações sobre o desfasamento que existia entre o português falado pelo povo, mais «arredondado», e o português de «casaco e gravata» utilizado pelos jovens profissionais da imprensa escrita. A CAMPANHA DA ALFABETIZAÇÃO foi lançada, contra todas as recomendações de pedagogos que defendiam o uso de línguas africanas, tendo como primeiro objectivo pôr a falar português as várias camadas populacionais e não a aprender a escrita prioritariamente. Assim, os objectivos políticos precediam os pedagógicos.

## Cena II

Se o camarada é moçambicano, por que não fala comigo em português?

(Diálogo entre um militar e um condutor na vila da Namaacha)

Era natural que a pressão política tivesse efeitos sociais. Entre muitas conclusões do censo realizado em 1980, viu-se que diversos cidadãos declararam que sabiam português só pelo facto de isso aparecer como prestigiante perante os entrevistadores, apesar de, em alguns casos, tais auto-apregoados falantes do português tivessem necessitado de intérpretes para se fazer entender.

Todos os opositores do uso da língua portuguesa em Moçambique, por exemplo, foram apodados de reaccionários e contra o processo de unidade nacional. Eram, muitas vezes, relacionados, com todos aqueles que, ao longo da

história nacionalista, de uma forma ou de outra, foram considerados traidores. Deste modo, se infere que pugnar pelo afastamento do português do papel de única língua oficial era equivalente a uma conspiração contra a segurança do Estado.

O debate sobre o assunto tem regularmente surgido em Moçambique desde o início da luta armada de libertação nacional, sendo inequívoca a posição oficial da Frelimo: o Português é língua oficial e instrumento de unidade nacional. Em consequência desta conjuntura sócio-política, a expansão da língua portuguesa foi natural e pode dizer-se mesmo que aquilo que os portugueses não puderam fazer ao longo de todo o período de colonialismo, fê-lo a Frelimo numa década.

O estado revolucionário moldou a mentalidade dos principais agentes da vida pública moçambicana de tal forma que, em termos de política linguística, ainda hoje existem grandes dificuldades para legitimar a mensagem daqueles que consideram ser fundamental, para a unidade do país, promover as línguas africanas faladas em Moçambique, franqueando-lhes as portas das instituições, nomeadamente na informação e na educação.

### Cena III

Gostei muito de ouvir as músicas do grupo RM, mas o povo reclama quando eles vêm cantar aqui em Nampula, porque não cantam em Português e as pessoas não entendem o que Alexandre Langa diz.

(Um leitor da Revista *Tempo*, 1980)

Na primeira metade da década de 80, Bento Sitoi, escritor e professor universitário, publicou dois romances em língua Tsonga, língua africana falada no sul de Moçambique. Este facto legítimo e aparentemente pacífico, se tivermos em conta a situação multilingue do País, provocou, contudo, uma controvérsia que se prolongou por vários meses e se estendeu até aos órgãos de comunicação social de outros países de língua portuguesa, nomeadamente Angola, que seguiram com muito interesse e expectativa o desenrolar da polémica e dos debates.

A literatura escrita em Moçambique, antes e depois da independência, tem aparecido ao público em língua portuguesa. Deste modo, as instituições do Estado pressupõem a legitimação do português como veículo de expressão da literatura moçambicana. No entanto, o acto aparentemente isolado de Bento Sitoi veio levantar uma questão pertinente: as línguas africanas faladas em Moçambique, até aqui apenas utilizadas na expressão dos valores tradicionais e orais, podem ou não veicular também a expressão literária escrita? Por outro lado, antes

mesmo da entrada da escrita portuguesa, largas camadas da população usavam já a escrita árabe, principalmente em zonas islamizadas. Este facto pode ou não levar-nos a pensar que era natural que o domínio dessa escrita tivesse permitido também o surgimento de textos poéticos e fictivos que foram votados à marginalidade, quer pelo estado colonial, quer posteriormente, pelo estado revolucionário? Até que ponto não seria legítimo repensar todo o conjunto de conceitos produzidos à volta da questão, como nacionalidade literária, moçambicanidade e outros?

O facto de os dois romances de Bento Sitoi terem tido uma tiragem acima da média das obras produzidas em língua portuguesa, e mesmo assim terem esgotado em pouco tempo, não serviu de grande coisa, pois vozes institucionalmente mais poderosas fizeram vingar a ideia de que tais romances não eram destinados a todos os moçambicanos, mas tão somente aos falantes do Tsonga. Volta-se deste modo à questão que gira em torno do papel das línguas europeias de colonização na política e na cultura dos países africanos. Se as relações entre Língua e Cultura tendem a ser intrínsecas e se, por outro lado, a questão da cultura ou das culturas do povo que habita o território moçambicano não pode ignorar a sua natureza bantu e africana, ficam por determinar os contornos por que deve passar a abordagem do papel da língua portuguesa na formação sócio-cultural da nação moçambicana.

A questão literária não é mais que um exemplo dos problemas que surgem em redor do processo de sedimentação dos valores produzidos por uma reorganização estrutural dos grupos sociais, como consequência directa do colonialismo europeu em África.

#### Cena IV

Isso não é português! Isso é português.

(Albino Magaia, Revista *Tempo*)

A ideia de uma comunidade de 200 milhões de falantes da língua portuguesa não passa neste momento de um verdadeiro mito, adicionado a outros tais como «profundo conhecimento de África e das suas gentes»; «grande capacidade de integração e convivência com os povos»; «brandos costumes»; «vocação luso-tropicalista», que no fundo ajudam a perpetuar o mito mais profundo do imaginário português que é o mito do império.

O problema da língua portuguesa, em África, não fica resolvido só porque se fazem afirmações desta natureza. Toda a gente sabe que, à excepção do Brasil

e de Portugal, onde a língua se encontra estabilizada, em África, a situação do português é muito complexa. Se, por um lado, os regimes políticos adoptaram esta língua herdada do colonialismo como língua oficial do Estado, por outro lado, toda a gente sabe que uma larga percentagem da população destes países não fala, nem sabe falar esta mesma língua. Mas a fingir, vamos repetindo nos escritos e nos colóquios que esses milhões todos falam o português. Talvez interesse à política tal fingimento, mas que os académicos se tornem câmara de ressonância é que não faz sentido, na medida em que cabe à academia a produção do saber objectivo sobre estas matérias.

Em primeiro lugar, a diferença entre os falantes e não falantes do português nestes países é considerável e exige uma particular atenção não só aos próprios Estados, mas também a toda a comunidade de Língua Portuguesa. Em segundo lugar, a relação entre a língua portuguesa oficial e a língua portuguesa «da rua» deve merecer também uma particular atenção porque ela é de natureza completamente diversa daquela que existe em Portugal e no Brasil. Os linguistas, nas suas teorias, têm afirmado, e bem, que quem faz evoluir as línguas são os seus falantes e não as instituições do Estado. Em África, a distância que existe entre a fala portuguesa e a língua portuguesa oficial vai aumentando, e contudo, parece não ser motivo de grandes atenções. O Estado continua a fingir que a língua que as gentes falam não está muito longe daquela que este (o Estado) apresenta nas suas leis, na sua imprensa e, principalmente, institui como objecto de aprendizagem nas suas escolas. Deste modo, o português escrito oficial e o português falado vão ficando cada vez mais desfasados. Neste contexto, justiça seja feita à literatura produzida nestes países que tem procurado estabelecer uma ponte possível.

O surgimento de um português culturalmente africano, ou de uma língua portuguesa africanizada, é um facto evidente, imparável e muito saudável. Aos Estados compete assumir esta realidade com pragmatismo, começando pelas suas próprias instituições, nomeadamente no ensino do Português em África. Assim, aquilo que a literatura não pode fazer, podem-no os linguistas, os gramáticos, os metodólogos, os professores de língua, procurando encontrar uma forma mais adequada de determinar a natureza dos elementos centrifugadores em relação à norma e a partir daí tentar estabelecer quais os canais de intercomunicação que regulem os movimentos de interferência entre as línguas africanas e a língua portuguesa. Do meu ponto de vista, manter as línguas africanas afastadas deste processo é contraproducente, se tivermos em conta a importância que estas têm para a cultura das populações. A questão deve ser encarada até níveis mais profundos do *ethos* cultural dos povos. O Português não é ainda a língua de cultura, mas para lá caminha, por isso, neste momento, os elementos centrifugadores situam-se ainda a nível lexical, estrutural e semântico, porque os planos histórico, etnográfico e antropológico são, predominantemen-

te, de expressão bantu e africana e marcam a clivagem existente entre a cidade, centro do poder, e o campo, país profundo. Deste modo, é importante a contribuição de áreas do saber que permitam o estudo das linguagens enquanto sistemas de significação para o processo da integração do Português como língua africana, no sentido cultural. Por outro lado, a literatura africana escrita em português deve ser tomada, neste momento, como ponto de referência essencial sobre o estatuto da língua portuguesa nesse processo de integração. Dado o seu carácter de ser um discurso de fingimento, a representação que a literatura faz da realidade, mesmo criando a ilusão de ser essa realidade, não deve contudo confundir-se com ela. É estranha e digna de apreensão a leveza com que em Portugal, até em círculos com certo grau de responsabilidade, se tomam os textos literários como fonte segura para a verificação do estado da língua portuguesa nestas paragens. Se o português do Brasil, sem perder a capacidade de intercomunicação com o português de Portugal consegue ser muito brasileiro e tropical, por que razão o português de África (de cada país africano) não pode, sem perder esta mesma intercomunicação, apresentar-se, tropicalmente vestido de tambores, marcando o seu próprio ritmo?

A Escola, enquanto instituição reguladora da norma, tem um papel a desempenhar. O mundo que produz o saber deve procurar encarar a realidade do português com o pragmatismo que ela exige, de modo que saber falar bem, escrever correctamente, pronunciar adequadamente, não signifique, necessariamente, uma submissão em relação a um centro imperial qualquer, cultural ou administrativo. E a literatura africana deixará de ser encarada como um conjunto de textos pitorescos onde se dá voz ao **Pretuguês**, assim o exigem a dignidade de escritores como José Craveirinha, Agostinho Neto, Luandino Vieira, Mia Couto, Pepetela, Noémia de Sousa, Viriato da Cruz, Uanhenga Xitu e muitos outros que vieram enriquecer não só a língua portuguesa como a própria literatura em língua portuguesa.

### Cena final

Diálogo entre o português das cartas de leitores do jornal *A Voz Africana* (reunidas por José Capela na colectânea *Moçambique pelo seu Povo*, Porto, Afrontamento, 1979) com o português do escritor Mia Couto (em *Vozes Anotadas*, Lisboa, Caminho, 1990 e *Cada Homem é uma Raça*, Lisboa, Caminho, 1991) ao lado do português de alunos estrangeiros em Portugal e alunos portugueses em Portugal (Levantamento dos principais desvios à norma, feito por Isaura Oliveira, aluna do Mestrado em Literatura e Cultura dos PALOP's da UNL).

## QUADRO I — Ausência de preposições

QUADRO COMPARATIVO DAS PRINCIPAIS «INCORRECÇÕES» EM PORTUGUÊS			
CARTAS	MIA COUTO	ALUNOS ESTRANGEIROS	ALUNOS PORTUGUESES
1. - «... antes de entrar escola tive uma mulher ...»; [na]	1. - «Estou a pensar. - É o quê, marido?»; [no (em + o) quê]	1. - «mas o barco começou afundar-se e um rapaz nadou para [a] ilha» (Sven); [começar a]	1. - «Começou a gostar o pobre passarinho» (aluno 6.º ano) [gostar de]
2. - «passo-lhe responder o mesmo»; [passar a]	2. - «anda ajudar o teu tio juntar os animais»; [ajudar a]	2. - «Os passageiros viram um homem saltar na sua ilha» (Birgitta); [ver a]	2. - «Divertime muito especialmente quando ia praia» (aluno 7.º ano); [ir para]
3. - «Era no momento que eu ganhava pouco menos do que ele»; [em que]	3. - «Não tenho onde, avó»; [Para onde]	3. - «Então um dia entrou o armazém» (Chris); [entrar em + o = no]	3. - «... e agora fico sonhar com as que virão» (aluna 7.º ano); [ficar a]
4. - «... de eu ter bebido junto a mãe dele» [com]	4. - «posso continuar ajudar nos bois»; [continuar a]	4. - «... e as pessoas que passavam começou dar-lhe dinheiro outra vez» (Sven); [começar a]	4. «Mas mesmo assim gostaria de ser enfermeira além de todos esses inconvenientes» (aluna 7.º ano); [para]
5. - «... e no Luabo onde saiu ...»; [de]	5. - «Enquanto pensava as suas dores»; [pensar em]	5. - «Gosto muito da cidade [Lisboa], há muitas coisas fazer e ver» (Chris); [Para]	5. - «Pesquei muito mas que eu mais gostava era pescar os peixes» (aluno 7.º ano); [gostar de]
6. - «que saiu na sua terra com um grande destino ir Nampula»; [para]	6. - «Prepara a azagaia momento que vê a gazela (...) o pescador credita uma coisa que não vê.»; [preparar em; acreditar em]	6. - «Moro Nooskanshann, é uma cidade fica sudeste litoral» (Sven); [morar em; ficar em]	6. - «Eu gosto no Outono ver as folhas cair» (aluna 7.º ano); [gostar de; ver a]
7. - «até hoje estou chorar por causa do meu dinheiro»; [estar a + infinitivo]	7. - «Suca pássaro, vai onde vieste»; [ir para]	7. - «Então começou saltar e mergulhar» (Gabrielle); [começar a]	7. - «Eu gostava voar» (aluno 7.º ano); [gostar de]
8. - «escrever um bilhete para uma dessas meninas pedir-a namoro»; [pedir em]	8. - «Já disse toda hora» (p. 69); [dizer a]	8. «Minha mãe saiu de casa aprender ser a enfermeira» (Don); [para; aprender a]	8. - «... para mostrar a mentira que Jacinto vivia» (aluno 9.º ano); [em que]
9. - «Mas quando acabou ler muito bem»; [acabar de]	9. - «Estou a falar sério, meus amigos»; [falar a]	9. - «Em 1981 comecei trabalhar o mecânico. Trabalhei e estudei até Setembro 1985 quando comecei trabalhar a quinta» (Don); [começar a; trabalhar em]	
10. - «eu penso como há-de ser uma mulher de 30 anos de idade vir casar com rapaz de 18 a 20 anos de idade»; [vir a]	10. - «Me ajude sair de chão»; [ajudar a]	10. - «... mas eu não gostava estudar» (Giuseppe); [gostar de]	
11. - «a causa de eu recusar servir o banquete dele»; [servir em]	11. - «Devido, talvez o cansaço do tempo que não vinha»; [devido a]	11. - «Volto para casa cerca as quatro horas» (Marcus); [cerca de]	
12. - «primeiro é andar pedir informações»; [andar a]	12. - «Aquele noite que ele me veio procurar foi onde iniciaram desgraças.»; [em que]	12. - «Se eu visse um barco, eu trepava a palmeira» (Marcus); [trepar a + a = à]	
13. - «razão que eu lhes escrevo esta carta»; [por que]	13. - «Foi porque assisti minha morte»; [Assistir a]		
	14. - «Daquela vez que lhe entornei água foi na mulher ou no pássaro?»; [em que]		
	15. - «Uma coisa eu tenho máxima certeza»; [ter a]		
	16. - «Já não preciso defesa, doutor»; [precisar de]		

## QUADRO II — Troca de preposições

<b>QUADRO COMPARATIVO DAS PRINCIPAIS «INCORRECCÕES» EM PORTUGUÊS</b>		
<b>CARTAS</b>	<b>MIA COUTO</b>	<b>ALUNOS ESTRANGEIROS</b>
<p>1. – «Nesse dia à tarde o homenzinho Roberto foi na paragem»; [ir em em vez de ir a]</p> <p>2. – «... no entanto o primo Roberto aproveitou a oportunidade de ir na paragem esperá-las»; [ir em em vez de ir a]</p> <p>3. – «Já estou desistido com a tal moça; [desistir com em vez de desistir de]</p> <p>4. – «acabou-se de amizade comigo»; [acabar de em vez de acabar a]</p> <p>5. – «... não penso de nada, só pensa de roubar»; [pensar de em vez de pensar em]</p> <p>6. – «E quando mandei os meus pedidos na casa dos pais»; [mandar em em vez de mandar a]</p>	<p>1. – «... os filhos dos outros tinham direito da escola»; [direito de em vez de direito a]</p> <p>2. – «Ainda pisar na mina ...»; [pisar em em vez de pisar a]</p> <p>3. – «Volta em casa, avó!»; [voltar em em vez de voltar para]</p> <p>4. – «Maldito pássaro, volta na tua vida»; [voltar em em vez de voltar para]</p> <p>5. – «... podes deixar a poeira encostada no chão»; [encostada em em vez de encostada a]</p> <p>6. – «Acomodava-se com cuidado de não manchar as calças na corrente»; [cuidado de em vez de cuidado para]</p> <p>7. – «Tio, próximo ano posso ir na escola?»; [ir em em vez de ir a]</p>	<p>1. – «... subo à paragem dos Pupilos do Exército e desço à Avenida A. Aguiar» (Guiseppe); [subir a em vez de subir para; descer a em vez de descer em]</p> <p>2. – «Às 19 horas vou na igreja para participar à missa» (Guiseppe); [ir em em vez de ir a; articipar a em vez de participar em]</p> <p>3. – «Se eu tivesse uma avaria ia no relojoeiro. (...) Se eu estivesse cansado, ia no oficina» (Marcus); [ir em em vez de ir a]</p> <p>4. – «Se me apetecesse viajar ia na lua» (Marcus); [ir em em vez de ir a]</p> <p>5. – «... e como porcos não interessam-se do lixo ...» (Ursula); [interessar-se de em vez de interessar-se com]</p>

### QUADRO III — Excesso de preposições

QUADRO COMPARATIVO DAS PRINCIPAIS «INCORRECÇÕES» EM PORTUGUÊS			
CARTAS	MIA COUTO	ALUNOS ESTRANGEIROS	ALUNOS PORTUGUESES
1. - «Lamento de meu amigo F. Costa Conductor»; [ <b>lamentar-se</b> + ∅]	1. - «Calculou a dentro do seu saco»; <b>calcular</b> + ∅]	1. - «Vamos a trabalhar ...» (Ursula); [ <b>ir</b> + <b>infinitivo</b> = <b>ideia de futuro</b> ]	1. - «Ele chama-se de crocodilo» (aluno 6.º ano) [ <b>chamar-se</b> + ∅]
2. - «Pensei de ir ter com o Professor Luciano»; [ <b>pensar</b> + ∅]	2. - «Sacudi-lhe nos ombros»; [ <b>sacudir</b> + ∅]		2. - «O crocodilo fingia-se de mau» (aluno 6.º ano); [ <b>fingir-se</b> + ∅]
3. - «Nipa que ele diz de que estou a beber»; [ <b>dizer que</b> ]	3. - «O senhor me há-de chamar de burro»; <b>chamar</b> + ∅]		3. - «gozava das coisas belas da vida» (aluna 9.º ano); [ <b>gozar</b> + <b>substantivo</b> ]
4. - «... aldrabasta ao governo ...»; [ <b>aldrabar</b> + ∅]	4. - «Porquês os baloii não tentam de ser plantas verde-sossegadas?»; [ <b>tentar</b> + ∅]		4. - «... esquecer do tempo ...» (aluna 9.º ano); <b>esquecer</b> + ∅]
5. - «... mas eu sei de que descobrirão tarde»; [ <b>saber que</b> ]	5. - «É por isso que estão falar muita coisa sobre de você»; [ <b>sobre</b> + ∅]		5. - «... eu contei-lhe das minhas aventuras» (aluno 9.º ano); [ <b>contar</b> + ∅]
6. - «... só fica com eles durante do um mês...»; [ <b>durante</b> + ∅]			6. - «... e eles deviam de pensar que eu era francesa ...» (aluna 9.º ano); <b>dever</b> + ∅]
7. - «... desde do pequenino nunca vi meninas como estas»; [ <b>desde</b> + ∅]			7. - «... essas máquinas que só iriam a complicar-lhes ...» (aluna 9.º ano); <b>ir</b> + <b>infinitivo</b> = <b>ideia de futuro</b> ]

**QUADRO IV — Erro na colocação dos pronomes  
(Directo, Indirecto, Reflexo)**

<b>QUADRO COMPARATIVO DAS PRINCIPAIS «INCORRECÇÕES» EM PORTUGUÊS</b>			
<b>CARTAS</b>	<b>MIA COUTO</b>	<b>ALUNOS ESTRANGEIROS</b>	<b>ALUNOS PORTUGUESES</b>
1. - «Uma vez o meu primo que se chama Roberto José Usenes (...) para escrever um bilhete para uma dessas meninas pedir a namorada»; [para ... a pedir]	1. - «Não riam-se»; [nã se riam]	1. - «A minha senhora se chama» (Dreidrid); [cha-ma-se]	1. - «O crocodilo não queria ir com os filhos e com os netos porque sentia-se bem» (aluno 6.º ano); [por-que se sentia]
2. - «Como a menina amava-o ...»; [como ... o ama-va]	2. - «Evaristo, me deixa em paz»; [deixa-me]	2. - «e também os marinhos viram-no» (Birgitta); [também ... o vi-ram]	2. - «Me lembro as férias quando estava a trabalhar» (aluno 7.º ano); [lembro-me]
3. - «Eu quando vi-a gostei ...»; [quando a vi]	3. - «Nas alturas se veste de chamuscas»; [veste-se]	3. - Trabalho normalmente na Assistência Dentária Pública numa cidade que chama-se Malmio» (Chris); [que se chama]	3. - «e não servirem-se» (aluno 9.º ano); [nã se servirem]
4. - «... deu-me uma resposta afirmativa, deixando-me a levar, mas sim compensava-a num estado indisponível»; [levá-la]	4. - «Não vou-te bater, juro»; [nã te vou]	4. - «Não nota-se que sou tão velha» (Gabrielle); [nã ... se nota]	4. - «as pessoas se conhecem» (aluno 9.º ano); [co-nhecem-se]
5. - «gosto de lidar com muitos amigos, não passava-lhe cartão»; [nã lhe passava]	5. - «Esse gajo vai voltar nem que eu lhe chamboques e até partir-se dos bocados»; [atê se partir]	5. - «mas quando alguém na vizinhança me tourna as costas sem perguntar-me» (Birgitta); [sem me pe-guntar]	5. - «Na cidade apenas bocejava, dormia, se penteava» (aluno 9.º ano); [penteava-se]
6. - «Bebo para depois ele chamar-me padrasto»; [para ... me chamar]	6. - «como o pai verdadeiro que morreu-me» [que me morreu]	6. - «e o amigo dele que costumava dar-lhe comida» (Sven); [que lhe costumava dar]	6. - «Ainda podemos o vir a ler» (aluno 9.º ano) [ainda o podemos]
	7. - «Pela primeira vez se uniram as crendas suplicando que não chovesse»; [uni-ram-se]	7. - «porque Max com os seus mergulhos acordava-o. Ele gritou para Max que teve acalmar-se» (Sven); [porque ... o acordava; que teve [que] se acalmar]	
	8. - «Mas não riam-se tão alto»; [nã se riam]		
	9. - «Depois ela me chamou»; [ela chamou-me]		

## QUADRO V - Troca do Pronome de Complemento Indirecto pelo Pronome de C. Directo e vice-versa

QUADRO COMPARATIVO DAS PRINCIPAIS «INCORRECÇÕES» EM PORTUGUÊS			
CARTAS	MIA COUTO	ALUNOS ESTRANGEIROS	ALUNOS PORTUGUESES
1. - «Este homem conheço-lhe toda a vida dele»; [conheço-o]	1. - «Esse gajo vai voltar nem que eu lhe chamboqueie»; [nem que eu o chamboqueie]	1. - «Era um pescador especial porque um prato de ouro acompanhava-lhe sempre sobre a cabeça» (Birgitta); [o acompanhava]	1. - «Uma coisa que lhe iria fazer mudar completamente de vida» (aluna 9.º ano); [o iria]
2. - «cheguei de lhe ultrapassar o vencimento que ele ganhava»; [ultrapassá-lo]	2. - «A fome da maneira que está pertar, você não quer-lhe matar?»; [não o quer matar]	2. - «Eu dei medidas de pés e pernas de minha mulher para o sapateiro a fazer botas para montar a cavalo» (John); [para ... lhe fazer botas]	2. - «O narrador chama-lhe de por saber de todas as intenções e ... já lhe caracterizavam como um velho» (aluna 9.º ano); [já o caracterizavam]
3. - «Como já lhe conheço desde muito tempo»; [já o conheço]	3. - «Nada. Só está dormitoso. Posso-lhe ir buscar?»; [Posso ir buscá-lo]		3. - «O velho decidiu ajudar Tam porque ele era muito corajoso ... e os deuses comoveram e resolveram ajudar-lhe» (aluno 7.º ano); [ajudá-lo]
4. - «E fez-lha ficar definitivamente nem pensou mais de se casar»; [fê-la]	4. - «Era um pássaro. Soltei-lhe quando vi que ela não tinha voz»; [soltei-o]		4. - «a fim de lhe convidar» (aluna 9.º ano); [de a convidar]
5. - «E perguntou-me qual é a necessidade que levou-lhe a chegar aqui em minha casa?»; [o levou]	5. - «os moribundos tudo são permitidos. Ninguém goze-lhes»; [ninguém os goze]		5. - «Venho por este meio convidar-lhe para vir passar o Natal comigo» (aluna 9.º ano); [convidá-la]
6. - «o dono mal que o contei do rapto ficou energeticamente enfurecido»; [mal lhe contei]	6. - «se lhe amei»; [se a amei]		
	7. - «Era surpreender-lhe com um sofrimento»; [surpreendê-la]		

## QUADRO VI

	CARTAS	MIA COUTO
<p>NEOLOGISMOS A PARTIR DO PORTUGUÊS</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- «desqueceu»;</li> <li>- «deseguentaram»;</li> <li>- «o meu pai amanheceu»;</li> <li>- «desautorizaram»;</li> <li>- «eu pacientava»;</li> <li>- «deziportou»;</li> <li>- «primeiramente»;</li> <li>- «despercebo»;</li> <li>- «quinhenta»;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- «covar»;</li> <li>- «barulhar»;</li> <li>- «doer-se»;</li> <li>- «esquerdar, direitar»;</li> <li>- «bichando»;</li> <li>- «comicharem-lhe»;</li> <li>- «desconseguir»;</li> <li>- «desouvir»;</li> <li>- «desvoar»;</li> <li>- «varandear»;</li> <li>- «desalumiar»;</li> <li>- «desajudar-se»;</li> <li>- «desinstruídos»;</li> <li>- «bicicletar»;</li> <li>- «desarasca»;</li> <li>- «animalar»;</li> <li>- «elastocar»;</li> <li>- «descompletos»;</li> <li>- «desplantar»;</li> <li>- «cadaqualmente»;</li> <li>- «estória»;</li> <li>- «jiboiar»;</li> <li>- «timbilar»;</li> <li>- «devagarmente»;</li> <li>- «peixar»;</li> <li>- «aguar»;</li> <li>- «desimportar»;</li> <li>- «alguéns»;</li> <li>- «rapidar»;</li> <li>- «lançar»;</li> <li>- «luzar»;</li> <li>- «quandos»;</li> <li>- «lagrimar»;</li> <li>- «noitar»;</li> <li>- «bonitar-se»;</li> <li>- «depressar-se»;</li> </ul>
<p>NEOLOGISMOS A PARTIR DE EMPRÉSTIMOS AFRICANOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- «Nipa»;</li> <li>- «matocosso»</li> <li>- «mandioca»</li> <li>- «lobolar»;</li> <li>- «machimbombo»;</li> <li>- «lobolo»;</li> <li>- «moleque»;</li> <li>- «quissambas»;</li> <li>- «musope»;</li> <li>- «capulana»;</li> <li>- «magaissa»;</li> <li>- «chibante»;</li> <li>- «milandos»;</li> <li>- «cabaçoadas»;</li> <li>- «muzungas»;</li> <li>- «cakhomeiro»;</li> <li>- «cakhoma»;</li> <li>- «mangas»;</li> <li>- «papaiais»;</li> <li>- «maçanicas»;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- «ndlanti»;</li> <li>- «machamba»;</li> <li>- «xipefo»;</li> <li>- «noii»;</li> <li>- «baloi»;</li> <li>- «chicuembo»;</li> <li>- «machimbombo»;</li> <li>- «xicuembo»;</li> <li>- «tchovar»;</li> <li>- «sagate».</li> </ul>

Para além dos estudos que, no presente número de *Discursos*, versam o tema *Unidade linguística/diversidade cultural*, entendeu-se que seria pertinente recolher os depoimentos de diversas personalidades, com diferente proveniência geocultural, acerca de uma questão que directamente interessa à análise daquele tema: a questão da **lusofonia**. São esses depoimentos que a seguir se inserem, respondendo, em separado ou de forma conjunta, a duas interrogações:

- 1) Que sentido atribui (ou é possível atribuir) ao conceito de **lusofonia**?
- 2) Em sua opinião, quais as vantagens ou desvantagens, em vários planos (linguístico, cultural, político, etc.), de utilização de um tal conceito?

### ANÍBAL PINTO DE CASTRO

1. Entendo por **lusofonia** a competência no uso do sistema de comunicação verbal próprio da língua portuguesa, por um conjunto de comunidades geograficamente dispersas, dotadas de individualidade nacional (Portugal, Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor) ou integradas em outros países (é o caso de Goa ou, no futuro, de Macau), culturalmente definidas a partir de um vasto e rico denominador comum, mas reconhecendo a legitimidade de um certo grau de diversificação em termos de norma, que não compromete a sua inteligibilidade. Essa unidade linguística, assim diversificada em várias normas, as principais das quais são a europeia e a brasileira, resulta naturalmente de razões históricas. Dotado de autonomia a partir dos fins do século XIV, o idioma galego-português viria progressivamente a assumir características diferentes, a norte e a sul do rio Minho, em consequência da separação política do Condado Portucalense em relação ao resto da Ibéria, por um lado, e da acção centralizadora de Castela, por outro. Deste modo, já se encontram individualizados em idiomas diferentes nos fins do século XIV. Pouco depois, a actividade dos Descobrimentos levaria os Portugueses aos quatro cantos do mundo. Com eles ia também a língua que falavam. Quando os territórios por eles colonizados, por vezes ao fim de vários séculos, deram lugar a nações autónomas, o português, já significativamente mais

rico, sobretudo no plano semântico, foi por elas naturalmente adoptado como língua oficial, até porque lhes oferecia um meio insubstituível de aglutinação das etnias que os compunham, cultural e linguisticamente por vezes muito diferentes. De simples língua de comunicação coloquial para fins práticos, ganhara entretanto também um extraordinário valor como veículo de expressão do fenómeno de aculturação que acompanhou a expansão portuguesa e das novas formas de cultura que desse fenómeno foram nascendo. Daí a dimensão cultural que, para além da linguística, podemos atribuir ao conceito.

2. As vantagens da utilização, consolidação e defesa do conceito de **lusofonia** parecem-me evidentes. Um instrumento de comunicação, com as virtualidades imensas da língua, servindo, sem qualquer intermediário, um grupo de falantes que em breve andarão pelos 200 milhões, constitui uma riqueza incalculável. Em termos de solidariedade humana, porque, sendo essa língua comum um veículo e uma forja de cultura, há-de por força dar-lhes um conjunto de valores espirituais e culturais, ao mesmo tempo diversos e afins, cuja importância num mundo dominado pela técnica e pela tecnologia se torna desnecessário encarecer. Em termos culturais, pela natural facilidade que abre à expressão de um pensamento que, desenvolvido ao longo de percursos históricos partilhados durante séculos, possui uma mensagem de experiência, de saber e de reflexão não despendida; e pelos caminhos que rasga à criação literária, em formas de tanta qualidade como as da literatura brasileira ou, de modo cada vez mais significativo, das literaturas africanas de expressão portuguesa. Em termos políticos, porque a identidade de língua permitirá (talvez possa até exigir) o estabelecimento de relações próprias entre os parceiros desse imenso espaço, cuja dimensão será tanto mais sólida e válida quanto mais profundas forem as suas raízes culturais e mais fortes forem os elos da sua forma de expressão. E até em termos materiais, pois de tudo isso há-de resultar uma natural facilidade de comunicação, sempre de grande eficácia nas trocas comerciais. Ponto é que os políticos responsáveis por esse conjunto de países tenham a consciência dessas vantagens e actuem, na esfera que lhes é própria, de modo a conciliarem a autonomia de cada um com a esclarecida visão de que os traços linguísticos que porventura possam separar-nos têm escasso valor perante o muito que linguística e culturalmente nos aproxima. Essa grande comunidade poderá assim, continuar no futuro, e à luz da modernidade, para além da Europa, a vocação ecuménica de Portugal, agora também património de outros povos que com ele têm parte tão importante na história da Humanidade.

1. O conceito de **Lusofonia** remete a factos sócio-culturais antes do que a factos singelamente linguísticos: designa a comunidade de aqueles que podem exprimir-se na língua portuguesa e assim por hábito o fazem. Portanto, alicerça numa **concepção certa de unidade** que, em grau desigual, anima, a modo de «sentimento solidário», cada um dos seus integrantes, e supõe um determinado **discurso legitimador dessa unidade**, a racionalizar e validar os processos de interação comunicacional em quaisquer realizações orais de português, **recobráveis** todas por uma ORTHOGRAPHIA substancialmente unificada. É conceito simétrico de hispanofonia, anglofonia ou francofonia.

2. É com a **afirmação da unidade** que se constrói a unidade; é com a procura de motivações «unidoras», não das precisamente uniformadoras, que o **discurso da unidade** se tornará em processos progressivamente acrescentados e acabará por se verificar. Compendio as **condições** para a **Lusofonia** tomar corpo, nas seguintes duas, complexas, pertinentes e decisivas a meu ver:

- a) **assunção cívica generalizada do discurso da unidade;**
- b) **vontade, social e institucional, de realizar o projecto unificador** nas dimensões linguística (em que se inclui a ORTHOGRAPHIA), cultural e política.

Cabe exprimir essas condições em fórmulas elementares, como «queremos ser lusófonos por o sermos, com diferenças e por elas». Assim formuladas, tornam-se em motivos indutores de atividades e, dessarte, em processos de socialização; são ainda projetos em vias desiguais de verificação e desenvolvimento; cujo intuito é o próprio reconhecimento («sentimentalidade tradicionalmente eficaz», «universalidade tenazmente particularizada», «persistência esperançadamente disponível»). Enquanto valores, o **lirismo**, a **saudade**, o **afã das descobertas**, a **retranca**, materializam a identidade lusófona.

Perante as tentações de eficácia imediata, particularização individualista e disponibilidade veleidosa, as culturas lusófonas «idearão» assim como é que se pode ainda e já cultivar o **sentir profundo**, a **universalidade certa** e o **esperar solidário**, antitéticos (a meu ver) do «american way of life».

Quanto à organização da **Lusofonia**, enquanto superar as atuais deficiências, só direi que os cidadãos da Galiza (espanhola), sendo administrados espanhóis, poderiam em abstrato «radicalizar» a **conscientização** da sua **nacionalidade lusófona** de modo que, no seio da Europa unida, se

«reintegrem» na Comunidade Cultural de origem. A comunicação consciente e medidamente procurada pelas entidades e os cidadãos dos sete e com eles, o conhecimento ou reconhecimento da história e a ideação duma tradição renovada libertará da ignorância e da inconsciência, hoje generalizadas, os cidadãos da Galiza espanhola como corresponde a estes tempos de rotura de fronteiras.

## FERNANDO VENÂNCIO

Ninguém fale em «lusofonia» a um brasileiro que, linguisticamente desprevenido, venha fixar-se em Portugal. A língua que à sua volta escuta tem o nome da sua — assim lhe haviam ensinado. Afinal, enganaram-no. Para uma pessoa nessas condições, a «lusofonia» é uma abstracção, produto de quem calhou saber História em demasia.

Um brasileiro com inventiva prometeu (lia-se num jornal recente) escrever trinta linhas, impenetráveis para um português. No estado em que as coisas estão, não será tarefa fácil, dada a maciça informação de «brasileiro» que os portugueses vêm recebendo. Com mais facilidades faríamos nós o exercício oposto, sem precisarmos mesmo de insistir na gíria, bastando-nos os registos familiares. Lidas essas linhas a um brasileiro desprevenido, ele suporia tudo, menos que eram dum parente seu em «lusofonia». A fonologia do texto não é a sua, não é seu o léxico, e a sintaxe é-lhe estranha.

Qualquer professor de Português língua-segunda sabe que, até a um nível universitário, é impossível ensinar «português» e «brasileiro» a um mesmo grupo. Tentasse o professor fazê-lo, não obteria senão alunos fundamentalmente **inseguros**. Por mais feliz que ele fosse no explicitar de variantes sintácticas, lexicais e fonológicas, nada evitaria o rotundo fracasso no campo da produção. (Fala-se aqui do ensino a grupos. O aluno individual, esse encontrará sempre o seu caminho «brasileiro» num ambiente de «português», e inversamente). Não reste, pois, dúvida: no ensino corrente (não linguístico) do português, a «lusofonia» não é já só uma abstracção. Ela cessa simplesmente de existir.

Aí está uma — para alguns decerto dura — realidade. O «português» e o «brasileiro» vão-se afastando e jamais se reencontrarão. Do ponto de vista fonológico, fomos aliás nós a afastar-nos dum padrão comum. A fonologia brasileira está, no essencial, mais próxima da portuguesa de há três séculos do que a nossa hoje. Fomos nós quem, a uma cadência (do ponto de vista de história das línguas) alucinante, se pôs a modificar o sistema.

Hoje, já não cremos que as línguas avancem rumo a uma qualquer «perfeição». Cada uma delas detém a sua dinâmica, e, para a nossa, é esta a dinâmica que nos calhou. A deriva europeia do português não retrocederá. A africana poderá acompanhá-la por largo tempo, mas há-de individualizar-se. A brasileira com nada disto se inquietará.

Nos registos cultos, escritos ou falados, havemos de servir-nos, talvez ainda por séculos, de um código comum, de uma «lusografia». Mas o outro conceito, o de «lusofonia», é, desde já, saudavelmente vazio.

Mas ainda não somos incomunicáveis. Pelo contrário: há toda a razão para passarmos a conhecer-nos cada vez melhor — brasileiros, africanos e portugueses. E para largamente nos interessarmos pelas nossas linguísticas e as nossas literaturas. Investigações contrastivas, por exemplo no domínio da semântica, ou da oralidade na ficção, poderão iluminar fenómenos de outro modo irremediavelmente obscuros.

É pois o momento de, libertos do peso da «lusofonia», mutuamente nos estudarmos.

## GLADSTONE CHAVES DE MELO

1. Atribuo ao conceito de lusofonia (e penso que só este se lhe pode atribuir) o sentido de unidade de língua praticada por falantes que guardam entre si radical identidade de cultura, no caso, a cultura luso-cristã, para repetir Mendes Correia. Tal cultura, mercê daquela especialíssima vocação transeuropéia do povo português, foi levada a territórios longínquos e quase sempre maiores do que o original, ou cem vezes maior, quando se pensa no Brasil. Daí, portugueses, brasileiros, caboverdianos, guineenses, angolanos, os de S. Tomé e Príncipe, moçambicanos, goeses, macaenses, timorenses, falando, espontaneamente se vêem irmanados a um valor mais alto, que muitos não saberão identificar e analisar, mas o experimentam vitalmente. «O mundo que o português criou», de Gilberto Freire, não é retórica, é uma realidade profunda e muito bem estruturada. Talvez não haja, em todo o orbe, uma situação como esta que se vê no Brasil: um homem do povo de Porto Alegre entende-se, sem esforço e sem falhas, com um homem do povo de Manaus, e separam-nos 4 000 quilômetros de distância. Para bem avaliar esta excelência, pensemos na pequena Bélgica, profundamente dividida lingüisticamente. Lusofonia, pois, é este como milagre de entendimento e compreensão e simpatia, num mundo tão dividido.

2. A segunda pergunta acho que já recebeu resposta na resposta à primeira. Só vantagens enxergo na lusofonia. Vantagens lingüísticas, óbvias, porque assegura perfeita inteligência a 200 000 000 de pessoas de um imenso território largamente descontínuo, como o exemplificam os extremos Acre-Timor. Vantagem cultural, porque a língua, instrumento de cultura, é também alimentadora, alicerçadora e produtora de cultura: então, pensando e falando em português, duzentos milhões de homens e de mulheres se sentem em grupo solidário, **diferente**, mas não oponente de outros. Vantagens políticas vejo-as na possibilidade, fácil, de se criar uma confederação ideal, sem governo e sem fronteiras, chamada Estados Unidos da Lusofonia.

#### IVO DE CASTRO

Lusofonia não é um conceito lingüístico, mas antes um conceito social e cultural, cuja invocação é útil sempre que se trate de defender as virtudes da comunicação privilegiada entre povos que estiveram, ou ainda estão, em contacto através da língua portuguesa. Pode, a esse título, ser um instrumento importante na configuração de uma comunidade de estados, assim como o é na afirmação externa de Portugal. Mas não é uma panaceia.

Convém, sobretudo, não o utilizar sem perder de vista certas limitações. Antes de mais, o orgulho que porventura desperta o reconhecimento de que o português é uma das línguas mais faladas no mundo deve ser temperado pela realidade cruel de ser falado em alguns dos países mais pobres do mundo, o que o tipifica como uma língua do terceiro mundo. Não se pode dizer, em seguida, que a lusofonia se organize em torno de um modelo lingüístico europeu, como acontece com o francês e o castelhano: em verdade, a preeminência da norma culta de Portugal só se faz sentir, fora de fronteiras, nos estados lusófonos de África, onde precisa de ser mantida à custa de um investimento cultural e pedagógico superior ao actual. Decorre que a gestão da lusofonia dificilmente poderá ser assumida por Portugal sozinho, em nome da sua norma culta: deve desenvolver-se uma diplomacia lingüística que demonstre a sua eficácia no eixo luso-brasileiro, conseguindo acordos parcelares em áreas como a ortografia, a terminologia técnica e científica, o ensino do português como língua segunda, mas sem abdicar de uma quota-parte da gestão, por razões históricas, mas sobretudo por causa da soberania que vigora entre Valença do Minho e Porto Santo. Implica isto que a orientação portuguesa, dentro de um espaço lusófono, seja a de reconhecer a sua variação lingüística interna, a impossibilidade da

reunificação e o distanciamento progressivo das variedades que se reclamam do nome de «português»: ao contrário do que acontecia há cem anos, o Brasil tem uma norma culta própria, que lhe serve de instrumento literário e de alvo do ensino e que nada indica que evolua no sentido de uma aproximação com a sua homóloga de Portugal. Esta ganhará em se apresentar como uma variedade vocacionada para melhor preservar o património linguístico do passado, daí retirando um prestígio que, por exemplo, um brasileiro comum não lhe reconhece espontaneamente. E ganhará, como antes se disse, em apostar na sua continuação como modelo linguístico em África. Uma prevenção final em relação ao conceito de lusofonia: não é claro que ele deva abranger os crioulos de base portuguesa, mesmo quando convivem territorialmente com o português falado. Com tal não se compadece a concepção do crioulo como uma língua autónoma e completa, especialmente adaptada à situação social da comunidade que a fala. Durante 400 anos, um crioulo sobreviveu admiravelmente em Malaca, à margem do português que participou na sua criação: enviar para lá professores de português (ou sacerdotes empenhados no lusocentrismo) poderá equivaler a, em nome da lusofonia, praticar um acto de glotofagia.

## JOSÉ LUÍS FONTENLA

Com o acordo ortográfico e a unificação da escrita da segunda língua românica do mundo, oficial ou co-oficial na Galiza, Portugal, Brasil e PALOP's, bem se pode dizer que nasce a Lusofonia em acção e é a partir daí que a Lusofonia consegue ter todo o sentido, ao fixar-se numa ortografia unificada a escrita da nossa língua, nascida na velha *Gallaecia* romana e seu espaço geográfico hoje distribuído pelos cinco continentes.

Com os Acordos Ortográficos de 1986 e 1990, em que tive a honra de participar como Vice-presidente da Delegação Galega, nasce uma política linguística internacional da Lusofonia; ficou contemplada a criação de um Instituto Internacional da Língua e de um Vocabulário Ortográfico Comum e de Terminologia, no qual tenham acolhimento todas as variantes: galega, portuguesa, brasileira e africana. A Ortografia unificada em 1990 há-de entrar em vigor em 1994 em todos os países lusófonos. E será também essa a ortografia oficial de CE, OUA, OEA, ICO de ONU, UNESCO, OMS, OIT, AIJ, etc., além de outros organismos internacionais. As alterações introduzidas no Acordo não alteram a fisionomia estrutural da nossa língua, a terceira europeia de dimensão internacional-transcontinental e introduzem vantagens de ordem científica, cultural, técnica, comercial, pedagógica, de

editoriação, diplomacia e comunicação internacional. Para os que nos reunimos para elaborar a Ortografia Unificada da nossa Língua Portuguesa — Galiza, Portugal, Brasil, PALOP's — tornava-se palpável a expressão de Fernando Pessoa «Minha pátria é a língua portuguesa» — sem distinção de credo, país ou cor de pele. Assim nascia a Lusofonia que a todos nos une. Com efeito, por virtude do Acordo Ortográfico, a nossa língua atinge a universalização que determina, para bem geral, a fixação numa única norma ortográfica e num mesmo padrão linguístico válido para toda a Lusofonia actual. Permitirá o ressurgimento da Galiza lusófona e a consolidação da língua em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, além de em Portugal e o Brasil. 4% da população mundial que no ano 2000 ultrapassará os 210 milhões de falantes nos cinco continentes. A nossa língua será a língua da Lusofonia, da **Comunidade Linguística da Lusofonia** nos cinco continentes, a língua das antigas cantigas galaico-portuguesas, convertida na terceira língua europeia de dimensão internacional.

Como europeus da terra-mãe e berço da língua da Lusofonia não podemos abdicar da nossa responsabilidade para com a segunda língua românica do mundo, a mais «formosa senhora» de todas as línguas novilatinas. Nos vários planos, linguístico, cultural, político, económico, de indústrias da língua, informática e comunicação internacional, as vantagens da Lusofonia e do Acordo Ortográfico são imensas. Os Acordos Ortográficos de 1986 e 1990 garantem a unidade estrutural da língua da Lusofonia e consolidam a sua posição como a segunda língua românica mais importante do mundo. Língua de todos os lusófonos e para todos os lusófonos, especial consideração deve ter a sua situação na Galiza — em confronto com o castelhano e o «galego macarrónico», castelhanizado por decreto, de costas viradas ao Parlamento, pelo Governo conservador, rompendo a unidade histórico-etimológica do galego-português — e nos PALOP's — em confronto com as línguas nacionais africanas. Portugal e o Brasil, monolíngues, têm especial responsabilidade na posta em andamento, com a Galiza e os PALOP's, de uma política comum de lusofonia e lusografia. Os tempos assim o demandam.

## JOSÉ VICTOR ADRAGÃO

Tal como as noções de francófono ou de anglófono se aplicam aos falantes de francês ou de inglês como língua materna, a noção de lusófono aplica-se ao falante que usa o português como sua primeira língua. A formação das palavras recorreu às antigas raízes (reais ou simbólicas) de

modo a que a noção fosse exclusivamente linguística e sem qualquer referência política ou geográfica.

A noção de lusofonia, correspondente ao conjunto dos espaços geográficos maioritariamente ocupados por lusófonos, é pois originariamente uma noção linguística e cobre as normas e as variantes do sistema a que chamamos «Português».

Nesta perspectiva, e apenas nesta, tratar-se-ia de uma noção útil, na medida em que evitaria possíveis questões de prevalência ou apenas de prestígio, levantadas pelo uso universal de uma designação imediatamente conotada com o nome dos habitantes de um determinado país. No entanto, não creio que tal utilidade se revele imediatamente fecunda, e isto por diversas ordens de razões:

— em primeiro lugar, não me apercebi nunca de que nas antigas colónias, designadamente no Brasil, se verifique qualquer repulsa generalizada a referirem o Português como a sua língua; igualmente, os novos países de África aceitaram para si a designação de «países de língua oficial portuguesa» e não de «países lusófonos»;

— em segundo lugar, considero que a raiz luso- é de cariz mais regionalista do que a palavra português e há mesmo quem se refira ao Português de Portugal como a norma lusitana;

— finalmente, não me parece que as questões que podem dividir os povos, como as de índole cultural, política, etc., se resolvam com a mera utilização da palavra lusofonia — de facto, e no que se refere à relação intrínseca língua-cultura, permanecem em aberto os problemas da veiculação dos conteúdos de raiz extra-europeia e da sua apropriação por uma língua vinda de fora.

Em conclusão, penso que as vantagens linguísticas que a palavra lusofonia pode acarretar são um ponto de partida para uma longa estrada que ainda está por percorrer mas cujo fim me parece duvidoso. O que não quer dizer que eu próprio a não utilize, com os devidos cuidados.

## LOURENÇO DO ROSÁRIO

O termo Lusofonia, pretendendo representar um espaço, uma forma de cultura abrangente e um conceito de identidade, foi adaptado directamente, e, quanto a nós, de uma forma forçada e conceptualmente abusiva, dos termos similares, Francofonia e Anglofonia.

Se é verdade que, para os defensores e teóricos da francofonia existe, na realidade, um mundo para o qual se pode aplicar, com propriedade, os

contornos de uma civilização francófona, nomeadamente, na Europa e no Canadá; e se é verdade também que, a diáspora britânica, na América, na Austrália, na Nova Zelândia e mesmo na África do Sul, constitui um verdadeiro repositório dos valores britânicos, no ultramar, já a formação sócio-cultural do próprio Brasil não pode reclamar-se dos mesmos contornos. Por outro lado, a aplicação dos conceitos, francofonia ou anglofonia para a África Negra, resulta de uma adopção com um significado nitidamente neocolonial, ao qual os próprios dirigentes não souberam atempadamente subtrair-se, acabando por ser passivamente aceite e consagrado pelo uso.

Este facto porém não autoriza que, no espaço que fala português se repitam situações que, comprovadamente carecem de uma maior reflexão, na medida em que, a própria polémica à volta do termo lusofonia denota, desde já, uma recusa implícita da manutenção do mito do Império, através de outras formas de designação.

A operacionalização conceptual do termo Lusofonia emerge, do nosso ponto de vista, de uma base ideológica com fundamentos claros do luso-tropicalismo, e, a não ser que se queira legitimar tal ligação, fica o desafio para quem tiver outra leitura sobre a matéria. Contudo, convém realçar que o equívoco é tão grande, que não se repara, por exemplo, que sempre que os sete que falam o português se encontram, a fórmula é: Portugal, Brasil e os Países Africanos Lusófonos. Talvez surja quem queira encontrar o verdadeiro significado para tal forma de designar esta família cultural e histórica. A terminar, resta-nos apenas perguntar por que razão não são os galegos tão bem recebidos no seio desta família, como eles próprios gostariam, por parte daqueles que mais ferozmente defendem o ideal lusófono?

## LUIZ FAGUNDES DUARTE

As frequentes situações de dificuldade de comunicação ou de estranheza entre falantes de Portugal e do Brasil (e a esse respeito eu teria muitas histórias para contar; não sei o que se passa a nível dos PALOP's, porque nunca estive em nenhum deles) fazem-me concluir que o termo **lusofonia** não é adequado: atendo-nos à etimologia da palavra e ao processo histórico em geral, ela deveria referir-se a uma **forma de ordem** comum a vários países, definida de um modo inquestionável pelos **parâmetros fónicos** de um deles, Portugal. Ora, na realidade, não é isso o que acontece: primeiro, porque se eu falar normalmente o **meu** português, não sou espontaneamente

entendido pela faixa sócio-cultural brasileira correspondente às camadas média-baixa e baixa que representam, *grosso modo*, para aí uns oitenta por cento da população dita (por nós e por quem mais?) **lusófona**; segundo, porque as camadas média-alta e alta da mesma população acham que eu falo português **com sotaque**, integrando-me assim numa **variante** a uma **norma**, pelo que — onde arranjarei eu convicção para lhes explicar que todos somos lusófonos e que é a **norma** por mim seguida (e que para eles não passa de uma variante à **norma deles**) que deve definir essa tal lusofonia?

Nestes termos, acho que não existe lusofonia, a não ser que nos restrinjamos apenas a um momento histórico que não me parece que seja o nosso: terá havido, algures no passado, uma **forma de ordem** (que *a posteriori* poderemos classificar como **lusofonia**) que no entanto, e tal como as rosas de Malherbe, não terá durado mais que o espaço de uma manhã: dizem as leis da entropia que a desordem de um sistema tem tendência a aumentar com o tempo. Ora, as situações de dificuldade de comunicação a que me referi são o resultado destas leis, e deverão ainda ser encaradas à luz dos princípios da irreversibilidade (Heraclito, Clausius): por muito que nos custe a aceitar, a **desordem** do nosso sistema linguístico está sempre a aumentar ao mesmo tempo e no mesmo sentido em que o mesmo sistema se vai expandindo, pelo que o que temos hoje é mais uma **lusodisfonia** (ou seja, uma **forma de desordem** fónica, que tenderá a aumentar cada vez mais, no interior do sistema linguístico do português, conduzindo a novas **formas de ordem** ou **normas**), e não uma lusofonia; daí que qualquer tentativa para **ordenar** o sistema de acordo com a estratégia de que «eu sou a norma e tu a variante» (implícita no conceito de «lusofonia») conduzirá forçosamente a uma insustentável reversibilidade do princípio da exclusão: portugueses e brasileiros (e africanos, num futuro breve) acham sempre que é **o outro** que fala com sotaque.

Perante isto não há lusofonia que resista.

## MARIA EMÍLIA RICARDO MARQUES

1. Falar de lusofonia, a sério, exigiria debate complexo e aberto onde se debatesses as questões que aquela forma lexical coloca, ou colocou, a nível linguístico, cultural, político e histórico — portanto, em perspectivas sincrónica e diacrónica.

Exigiria também um estudo do aparecimento de tal forma e da sua ocorrência em textos emanados de organismos internacionais de vários

tipos — facto que reflecte naturalmente a passagem, como disse L. S. Senghor (1988) da *História Colonial à Civilização do Universal*.

2. A lusofonia levanta questões diferentes das da Commonwealth (aqui, políticas, educativas, mas, sobretudo, económicas — *wealth*) ou das da francofonia (onde a tónica é posta na cultura e em valores intelectuais e espirituais). A problemática lusófona difere também da questão, na aparência simplista, da dicotomia mestiçagem cultural vs. mestiçagem biológica. Aliás, a fusão de uma e de outra já se delineia talvez no proposto por G. Freire que tentou fundi-las em *Casa Grande e Sanzala* (1957). Faltar-nos-á, contudo, a institucionalização de tal conceito/expressão, não só através de governos e de parlamentos, mas através sobretudo, da interacção dos povos que a constituem e vivem, interacção positiva que poderia ter na base o *humanismo universalista português* (M. Soares — 1993).

Todavia, para o vivermos plenamente, não bastará integrar autores brasileiros, moçambicanos, ou outros, em programas e antologias, ou abrir novas cadeiras nas universidades, ou dinamizar exposições de arte, criar a RTP1, ou até subsidiar filmes como o de Flora Gomes. Será outra a acção de que necessitamos. E essa terá de reflectir abertura a outrém, terá de mostrar a nossa disponibilidade, no início, sobretudo, em momentos de FESTA COLECTIVA, de música, canto ou dança, ..., raízes populares ideais para o surto de empatias e de amizades que duram.

## TELMO VERDELHO

**Lusofonia** — Entende-se o espaço geográfico e demográfico transnacional interligado pelo uso da língua portuguesa. Para além da elementaridade do vínculo linguístico, o termo aceita um âmbito designativo aberto para outras realidades resultantes do relacionamento entre povos que encontram na unidade da expressão linguística um factor privilegiado de entendimento, de convívio, de criatividade e de produção.

Como sugestão verbal, a forma **lusofonia** parece mais interessante e mais dinâmica do que as designações equivalentes «mundo de expressão portuguesa» ou «comunidades de língua portuguesa». Sob o ponto de vista linguístico permite um incremento funcional em textualizações adjectivais **lusófono/a/os/as** (preferido a **lusofónico**) e pode assumir uma especialização semântica mobilizadora.

Poderá ser entendido como um galicismo, uma vez que o vocábulo foi desencadeado pela formação análoga **francofonia** («francophonie»), mas

o neologismo português beneficia de uma vantajosa virtualidade em relação ao francês. O radical de origem, *luso*—, corresponde a uma indicação memorial, atenuando a afirmação do predomínio político que seria inevitável se o mesmo radical evocasse como elemento matricial um país concreto da actual cena política, como acontece com a França. Este aspecto é importante porque não pode, nenhuma mundofonia ou xenofonia, incluindo a lusofonia, idemnizar-se de imperialismo linguístico. Ora, sendo as palavras instrumento e mensagem por si próprias, **lusofonia** é menos primariamente centrípeta do que seria **portucalofonia** ou qualquer outro monstro alado do mercado das palavras.

## A QUESTÃO DA LÍNGUA A LÍNGUA EM QUESTÃO

---

ANA NASCIMENTO PIEDADE  
GLÓRIA BASTOS

1. Neste número de *Discursos*, que reflecte sobre a unidade linguística e a diversidade cultural, pareceu-nos pertinente, como «Documento de Trabalho», apresentar um conjunto de textos que dessem conta de diferentes posicionamentos e ideias face à questão da língua e à língua como questão.

O espaço limitado e a função de complementaridade temática e essencialmente ilustrativa desta recolha — porventura ponto de partida para uma pesquisa de maior fôlego — justifica, de algum modo, a arbitrariedade (no duplo sentido de subjectiva e aleatória) que ocorre na selecção destes — e não de outros possíveis — autores e respectivos trechos.

Daquí decorre, desde logo, o abandono do propósito de erudição e/ou exaustividade, bem como o reconhecimento do carácter em parte avulso e necessariamente incompleto que envolve a escolha destes excertos.

A metodologia seguida nesta apresentação — a sequência cronológica — também não é em si mesma significativa, correspondendo apenas a uma necessidade de ordenação.

2. A preocupação dos escritores portugueses com a defesa, conservação e evolução da língua, mostra como desde sempre esta constituiu uma configuração primordial da nossa individualidade colectiva. Por vezes, factor de afirmação de autonomia e patriotismo que se concretiza, em alguns dos excertos, num «louvor» da riqueza e potencialidades inerentes à língua portuguesa. Paralelamente, indício de abertura e condição de viabilidade de uma «visão do mundo» portuguesa, «voz do sangue e da terra» que por além-mares se amplia e transfigura em comunidade lusófona.

---

Ana Nascimento Piedade é Assistente de Literatura Portuguesa da Universidade Aberta e autora de uma tese de Mestrado intitulada *A questão estética em Mário de Sá-Carneiro* (Lisboa, 1988). Está a preparar um doutoramento sobre Eça de Queirós.

Glória Bastos é Assistente convidada de Didáctica do Português na Universidade Aberta e mestre em Cultura e Literatura Portuguesas com especialização em literatura infantil. É autora de diversos livros para crianças e colaboradora da revista *Rua Sésamo*. Participa no projecto em curso, «Sensibilização à Criatividade» — iniciativa do Departamento da Educação e Juventude da Câmara Municipal de Lisboa.

Através da diversidade de estilos, transparece um «mesmo» amor pela língua portuguesa, — «a primeira que traduziu a alma das imensas distâncias — a saudade». É sobre este comum e «filial» substrato que se proporciona a ocasião de rever algumas (entre as muitas) questões que se foram levantando em seu redor, seja a latinidade do português e a rivalidade com o castelhano e o francês, a luta contra o galicismo e a reivindicação da vernaculidade, a reflexão sobre as suas inúmeras virtualidades expressivas ou o incessante confronto entre puristas e progressistas.

3. A circunstância de alguns destes textos serem relevantes e sugestivos, quando encarados do ponto de vista literário, torna-os em si mesmos exemplificação paradigmática dessa «vibração de uma cultura» que sempre a nossa língua transportou consigo, revelando-os, por outro lado, testemunhos privilegiados da indissociabilidade vital da língua e da literatura.

Em termos de escrita, verifica-se, com frequência, uma tentativa de explicar essa situação específica de labor com a língua, que consiste na capacidade de criar/recriar a partir de um «material» comum a todos os falantes.

Esta é, afinal, a ideia sempre existente, e ainda, retomada, da relação de co-pertença essencial existente entre a língua e a «arte» do escritor. Com efeito, «sem a língua, por mais que um autor seja divino, é sempre um mau escritor».

#### 4. Documentos<sup>1</sup>

##### DA MANEIRA PARA BEM TORNAR ALGUMA LEITURA EM NOSSA LINGUAGEM

Primeiro: conhecer bem a sentença do que há-de tornar, e pô-la inteiramente, não mudando, acrescentando, nem minguan-do alguma coisa do que está escrito.

O segundo: que não ponha palavras latinadas, nem de outra linguagem, mas tudo seja em nossa linguagem escrito, mais achegadamente ao geral bom costume do nosso falar que se pode fazer.

O terceiro, que sempre se ponham palavras que sejam direita linguagem, respondentes ao latim, não mudando umas por outras, assim que onde ele disser por latim *scorregar* não ponha *afastar*, e assim em outras semelhantes, entendendo que tanto

---

<sup>1</sup> A grafia dos textos está actualizada

monta uma como a outra; porque grande diferença faz, para se bem entenderem, serem estas palavras propriamente escritas;

O quarto, que não ponha palavras que, segundo o nosso costume de falar, sejam havidas por desonestas;

O quinto, que guarde aquela ordem que igualmente deve guardar em qualquer outra coisa que escrever deva, *scilicet*: que escreva coisas de boa substância claramente, para se bem poder entender, e formoso o mais que ele puder, e curtamente quando for necessário, e para isto aproveita muito paragrafar e apontar bem.

D. Duarte, *Leal Conselheiro* (1437-38)

A linguagem portuguesa que tenha esta gravidade não perde a força para declarar, mover, deleitar, e exortar a parte a que se inclina — seja em que género de escrita. [...] Certo, a quem não falecer matéria e engenho para demonstrar sua tenção, em nossa linguagem não lhe falecerão vocábulos.

João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (1540)

Havermos nós agora, a um excelente  
Capitão português de quantos temos,  
De que se espanta e treme o Oriente,  
Querer mostrar a ordem que devemos  
Guardar na guerra em língua estrangeira,  
Quão certo, Andrade, é que nos riremos ...

[...]

Floresça, fale, cante, oiça-se e viva  
A portuguesa língua, e já onde for,  
Senhora vá de si, soberba e altiva.  
Se até aqui estive baixa e sem louvor,  
Culpa é dos que a mal exercitaram,  
Esquecimento nosso, e desamor.

António Ferreira, *Poemas Lusitanos* (1598)

E verdadeiramente que não tenho a nossa língua por grosseira, nem por bons os argumentos com que alguns querem provar que é essa. Antes é branda para deleitar, grave para

engrandecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve para resolver, e acomodada às matérias mais importantes da prática e escritura. Para falar é engraçada com um modo senhoril; para cantar é suave com certo sentimento que favorece a música; para pregar é substanciosa, com uma gravidade que autoriza as razões e as sentenças; para escrever cartas nem tem infinita cópia que dane, nem brevidade estéril que a limite; para histórias nem é tão florida que se derrame, nem tão seca que busque o favor das alheias.

Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, Diálogo I (1619)

Imite-se a pureza dos antigos,  
Mas sem escravidão, com gosto livre,  
Com polida dicção, com frase nova  
Que a fez ou adoptou a nossa idade.  
Ao tempo estão sujeitas as palavras;  
Umas se fazem velhas, outras nascem:  
Assim vemos a fértil primavera  
Encher de folhas ao robusto tronco,  
A quem despiu o inverno desabrido.  
Mudam-se os tempos, mudam-se os costumes  
Camões dizia *imigo*; eu, *inimigo*.

Correia Garção, *Obras Poéticas* (1778)

Falemos português brando e sonoro  
A Portugueses que entender-nos cabe.  
E se espertos me argüem os peraltas  
Que as riquezas vocais que assim pretendo  
Introduzir, empecem à clareza  
Da língua, e que o vulgar dos Portugueses  
Não pode súbito abranger o senso  
Das vozes clássicas, remotas do uso,  
Das novas, das latinas, das compostas,  
Mui pachorrento e concho lhes respondo  
Que as que hoje estão em uso foram novas,  
Tão difíceis então, quanto estas hoje  
De serem do vulgar bem entendidas.

Filinto Elísio, *Obras Completas* (1817-18)

Senti sempre que a língua portuguesa era para todo o género de composições. E o rebelar-se ela em algumas pareceu-me que era mais inabilidade de quem a conduzia do que defeito próprio seu. Por honra dela, mais que por vaidade minha, tentei compor em tão desvairados assuntos e géneros como tenho feito. Hoje estou crente e firme convencido de que a tudo serve, a todo estilo se presta.

Almeida Garrett, *Fábulas – Folhas Caídas* (1853)

Entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da língua. Não é raro ver intercalados, em bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta o da excessiva frequência da língua francesa.

Este ponto é objecto da divergência entre os nossos escritores. Divergência, digo, porque, se alguns caem naqueles defeitos por ignorância ou preguiça, outros há que os adoptam por princípio, ou antes por uma exageração de princípio.

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de Quinhentos é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há portanto certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham o direito de cidade.

Mas, se isto é um facto incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão.

Machado de Assis, *Novo Mundo* (1872)

Em Portugal somos algum tanto mais latitudinários, evidentemente. A opinião mostra-se sempre animadora e amorável aos sarrafaçais diligentes do jornalismo, e tem um fraco especial,

de mãe extremosa, pelas bobices reles e pelos chulismos crassos dos linguareiros sem gramática e sem escova de unhas.

Fora da chacota surrada, de botequim porco, na análise das paixões, no estudo dos temperamentos e dos caracteres, na poesia, na história, no drama, na crítica social, na controvérsia política, *não temos expressões* — como dizem nos brindes dos banquetes solenes os bacalhoeiros comovidos.

Falta-nos a precisão no termo exacto; falta-nos a elasticidade no giro da locução; falta-nos o rasgo pitoresco no desenho da frase; falta-nos a vibrante harmonia na orquestração do discurso. Coçamo-nos, contorcemo-nos, desarticulamo-nos, a querer dizer *amor*, e nunca nos chega a língua. Temos a prosa histórica, abastardada, exangue e desfalecida de uma raça moribunda.

A nossa pobre geração de anémicos dá à história das letras um ciclo de tatibitates. Estamos a chegar a velhos com a língua ainda peada, de literatiços mamões. E no fim deste século, de uma quase tão grande decadência literária como a do fim do século passado, pergunta a gente de onde nos virá um Filinto e um Bocage, que rape da tesoura com que se há-de cortar a trave à geração seguinte.

Ramalho Ortigão, *As Farpas* (1884)

A velha legislação da linguística estremadamente lusa dos Sousas, e Bernardes, e Filintos, foi derogada a par e passo que as ideias de coisas novas, multiplicadas, se sentiam cativas e inexpressáveis no agorentado círculo da velha ciência, da velha arte, e dos acanhados panoramas da vida antiga. Tudo já agora nos move a indulgenciar a contextura afrancesada da frase indígena, porque insensivelmente e contra vontade nos surpreendemos a pensar em francês, pelo reflexo dos livros elementares da nossa educação literária e da nossa convivência intelectual e recreativa com Franceses. O termo *galicismo*, este monstro, está a ser fechado no arquivo das catureiras arqueológicas de alguns castiços veteranos, adidos ao paládio dos quinhentistas. Não são esses, todavia, os que hão-de aligar ao oiro puro da dicção portuguesa a contribuição de vocábulos que a opulentem e equiparem às linguagens de que de dia em dia auferimos a nomenclatura das artes, das ciências, dos ofícios. Afora isso, a literatura propriamente dita, como o drama, a novela contempo-

rânea, para que sejam do seu tempo, carecem de ferir a nota moderna, a palavra peregrina, de sabor estranho, picante, onomatopaica, para que se faça bem exprimir o nosso cosmopolitismo psicológico.

Camilo Castelo Branco, Prefácio do *Grande Dicionário contemporâneo francês-português*, de Domingos de Azevedo (1887)

Outros como ele [Camilo] trabalharam a língua portuguesa, e a souberam com intimidade igual e exuberância; mas nenhum lhe deu aquela alma indómita, transfiltrando-lhe a pompa, o brilho, a energia e a graça em que ele a amodou.

Estes predicados, muitos são da língua, convenho; quintessenciados porém pelo talento do escritor, e adquirindo pelo individualismo dele uma acuidade incomparável.

[...]

Um dos predicados admiráveis desta língua é não cheirar ela nunca a literatura: ser uma língua de acção, embora às vezes bizarra e com efeitos orquestrais, que tanto lhe vêm dos assuntos como da combinação rítmica das sílabas.

Fialho de Almeida, «Camilo Castelo Branco», *Revista Ilustrada*, Lisboa, n.º 6, Junho (1890)

Um homem só deve falar, com impecável segurança e pureza, a língua da sua terra: — todas as outras as deve falar mal, orgulhosamente mal, com aquele acento chato e falso que denuncia logo o estrangeiro. Na língua verdadeiramente reside a nacionalidade; — e quem for possuindo com crescente perfeição os idiomas da Europa vai gradualmente sofrendo uma desnacionalização. Não há já para ele o especial e exclusivo encanto da *fala materna* com as suas influências afectivas, que o envolvem, o isolam das outras raças; e o cosmopolitismo do verbo irremediavelmente lhe dá o cosmopolitismo do carácter. Por isso o poliglota nunca é patriota. Com cada idioma alheio que assimila, introduzem-se-lhe no organismo moral modos alheios de pensar, modos alheios de sentir. [...]

Além disso, o propósito de pronunciar com perfeição línguas estrangeiras constitui uma lamentável sabujice para com o estrangeiro. Há aí, diante dele, como o desejo servil de *não sermos nós mesmos*, de nos fundirmos nele, no que ele tem de

mais seu, de mais próprio, o vocábulo. Ora isto é uma abdicação de dignidade nacional. [...] Falemos nobremente mal, patrioticamente mal, as línguas dos outros! [...] Eu tive uma admirável tia que falava unicamente o português (ou antes o minhoto) e que percorreu toda a Europa com desafio e conforto. Esta senhora, risonha mas dispéptica, comia simplesmente ovos — que só conhecia e só compreendia sob o seu nome nacional e vernáculo de ovos. Para ela *huevos*, *oeufs*, *eggs*, *das ei*, eram sons da Natureza bruta, pouco diferenciáveis do coaxar das rãs, ou de um estalar de madeira. Pois quando em Londres, em Berlim, em Paris, em Moscovo, desejava os seus ovos — esta expedita senhora reclamava o fâmulos do hotel, cravava nele os olhos agudos e bem explicados, agachava-se gravemente sobre o tapete, imitava com o rebolar lento das saias tufadas uma galinha no choco, e gritava qui-qui-ri-qui! có-có-ri-qui! có-ró-có-có! Nunca, em cidade ou região inteligente do universo, minha tia deixou de comer os seus ovos — e superiormente frescos!

Eça de Queirós, *A Correspondência de Fradique Mendes* (1900)

A linguagem popular é uma florescência espontânea da alma, em casamento com o próprio sentir e a paisagem. E é tão animada, que certas palavras, já mortas no Dicionário, ainda vivem, cheias de infância, nos seus dizeres.

Por isso, a linguagem popular é mais irmã do Verbo divino que a linguagem dos letrados. É a voz do sangue e da terra.

O Povo dá quase sempre actividade às coisas mortas, passivas, o que demonstra a natureza panteísta do seu génio.

E as pitorescas expressões, tão animadas das próprias coisas que traduzem! Como as *videiras choram*, quando as ferem; como as *flores riem*, no mês de abril; como as *névoas avoam da barra*, pelo dezembro!

Teixeira de Pascoaes, *Arte de ser Português* (1915)

Por isso vos convido — ó jovens da *elite* — a uma crítica disciplinadora e a um tentame de organização: ao culto da lucidez, da ordem, da coerência e do espírito prático, ao idealismo com senso-comum e à forma simples sem ser trivial. «Aquele que sabe que é profundo esforça-se por ser claro; o que o quer

parecer diante das turbas, esse procura a obscuridade» (Nietzsche). Os fabricantes de «sublimidades» vagas, sentimentais, oraculares, sempre vão conseguindo o que pretendem, em parte pelo apreço dos da mesma laia, em parte por facto semelhante ao que fez dizer a um nosso clássico: *porque vendem a sua ignorância por mistério, e como ninguém quer mostrar que ignora o que o outro mostra que sabe, fica-lhes mais perto aprovar a parvoíce alheia que descobrir a própria.*

António Sérgio, *Ensaio*, tomo I (1920)

Não choro por nada que a vida traga ou leve. Há porém páginas de prosa que me têm feito chorar. Lembro-me, como do que estou vendo, da noite em que, ainda criança, li pela primeira vez, numa selecta, o passo célebre de Vieira sobre o Rei Salomão. «Fabricou Salomão um palácio ...» E fui lendo até ao fim, trémulo, confuso; depois rompi em lágrimas felizes, como nenhuma felicidade real me fará chorar, como nenhuma tristeza da vida me fará imitar. Aquele movimento hierático da nossa língua majestosa, aquele exprimir das ideias nas palavras inevitáveis, correr de água porque há declive, aquele assombro vocálico em que os sons são cores ideais — tudo isso me toldou de instinto como uma grande emoção política. [...]

Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve com ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em quem se bata, a ortografia sem ípsilon, como um e carro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiisse.

Fernando Pessoa / Bernardo Soares, *Livro do Desassossego* (1931 [?])

É também de interesse primário levar os rapazes a amar as palavras — mostrar como são cheias de beleza, outras como são engraçadas, outras como são doces. [...] Que amor terá uma criança a uma palavra que a fez suar, levar descomposturas, levar reguadas? Nunca o Eugénio de Castro chegaria a encontrar cheia

de beleza a palavra «Gomil», se os seus velhos mestres de Português, como soldados bêbados, lhe tivessem violentado a virgindade. Felizmente que, adormecida como a Bela do Bosque, não caiu nas garras de nenhum gramaticão que a desfibrasse e lhe chamasse substantivo concreto (santo Deus!), que faz plural em *is* e concorda em género e número com o adjectivo que o qualifica. Talvez os rapazes de há vinte anos estejam convencidos de que «as armas» com que *Os Lusíadas* começa são armas de fogo e que «os barões» são descendentes dos barões de farsa do Camilo: mas dirão tintim por tintim o género, o número, a classe das duas palavras. O que fazem a um homem depois de morto!

Sebastião da Gama, *Diário* (1958)

Vou às cegas para o poema, como certos animais por instinto caminham para a morte. As palavras aí estão, amorfas, ainda. A mão, com infinita paciência, vai-as aproximando, criam-se tensões entre algumas, outras fundem-se para a eternidade, e assim vai nascendo o poema. Ritmo, palavras, imagens, e a ordem dos factores *não é* arbitrária. Um pequeno organismo começa a respirar, a exigir atenção.

Eugénio de Andrade, «Do silêncio à palavra»,  
*Poesia e Prosa [1940-1980]* (1981)

No fim de contas as palavras são serviam apenas para meter na ordem gaiatos descompostos, insultar as vizinhas lingüareiras da cave ou adormecer com canções o ranho dos miúdos. Dispostas de certa maneira adquiriam outro significado, exprimiam sentimentos e valores que os homens só daquela forma se atreviam a desabafar em voz alta com cerimonial de ritmos pautados.

Tratava-se sem dúvida de um jogo (o que há de mais sério para uma criança), mas de um jogo que, por manifesta singularidade, também agradava às pessoas crescidas. Pelo menos os livros escolares não regateavam elogios clamorosos a esses seres mágicos que acendiam as palavras e as obrigavam, por assim dizer, a buscar-se umas às outras no papel, carregadas de electricidade de sexos contrários. Não se chamava a Portugal a Pátria de Camões? E à Itália a Pátria de Dante?

José Gomes Ferreira, *A memória das palavras* (1965)

É o português uma velhíssima e nobre língua latina espalhada pelos cinco continentes. Nela cantaram e cantam grandes vultos inspirados, de Camões a Fernando Pessoa, de Bernardim Ribeiro a Teixeira de Pascoaes. Capaz de dar guarida às mais desabusadas fúrias épicas e às mais discretas confidências líricas, dúctil e colorida em todos os paralelos geográficos que nas suas andanças visitou, poucas igualam nos fecundos dons proteicos, na sua barroca plasticidade. Mas a Europa culta conhece-a mal, e a lira temperada nos confins ibéricos «onde a terra se acaba e o mar começa», embora com todas as cordas a vibrar de extremo ocidente a extremo oriente, tem sofrido, séculos a fio, a injusta condenação de se ver privada de participar no polifónico coro das nações, e de emprestar à orquestração universal o inesperado concurso de uma vivida e natural simpatia cósmica. Felizmente que o encanto se quebrou por obra e graça do vosso arbítrio. Seja essa a precária virtude dos meus versos: contribuir, na sua exacta medida, para que a singularidade expressiva de um povo, simultaneamente loquaz e sucinto, urdidor de romancesiros e sintetizador de rifões, possa de ora avante patentear à curiosidade cosmopolita toda a sua riqueza e originalidade.

Miguel Torga, *Diário XII* (1977)

**EM TEMPO**

---

**Em permuta**

*Agália*

Associação Galega da Língua. Galiza – Espanha.

*Ben-que-ren-ça*

Instituto Superior Técnico de Bragança.

*Boletim Descobertas*

Centro Nacional de Cultura. Lisboa.

*Boletim Galego de Literatura*

Universidade de Santiago de Compostela. Espanha.

*Caligrama. Revista Insular de Filología*

Departamento de Filología Española y Moderna de la Facultad de Filosofía y Letras. Palma de Mallorca – Espanha.

*Colóquio/Letras*

Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

*Confluências*

Instituto de Estudos Franceses da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

*Epos. Revista de Filología*

Facultad de Filología – UNED. Madrid – Espanha.

*Estudos Portugueses.*

Revista da Associação de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano. Universidade Federal de Pernambuco. Brasil.

*Intercâmbio.*

Revista do Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto.

*Intercompreensão.*

*Revista de Didáctica das Línguas.* Escola Superior de Educação de Santarém.

*Ler Educação*

Escola Superior de Educação de Beja.

*Luso-Brasílian Review*

Department of Spanish and Portuguese. University of Wisconsin. Madison.

*Quaderni Ibero - Americani*

Torino – Itália

*Queirosiana. Estudos sobre Eça de Queirós e a sua Geração*

Associação dos Amigos de Eça de Queirós.

*Revista da Faculdade de Letras*

Faculdade de Letras. Universidade do Porto.

*Revista Camoniana*

Centro de Estudos Portugueses da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – Brasil.

*Revista da Faculdade de Letras*

Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa

*Revista de Cultura Açoriana*

Casa dos Açores. Lisboa.

*Romanistica Pragensia*

Filozofická Faculta Karlovy University. Praha. Checoslováquia.

## **A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares**

Decorrerão de 1 a 5 de Junho próximo, na Biblioteca Nacional de Lisboa, as *Jornadas Inter e Pluridisciplinares* sobre *A Cidade*. Têm como principais objectivos:

- Responder às necessidades de actualização dos docentes dos ensinos básico e secundário nas áreas de História, Geografia e Ciências Sociais;
- Criar um espaço de estudo e diálogo entre colaboradores da Universidade Aberta, professores universitários nacionais e estrangeiros convidados, assistentes, investigadores, docentes dos ensinos básico e secundário e alunos universitários;

- Usar a metodologia do ensino a distância, através da criação de um texto escrito e da produção de materiais mediatizados em vídeo e informatizados sobre as matérias abordadas com interesse para os ensinos básico e secundário.

Do programa destas Jornadas constam cinco itens:

- I – A Cidade e o Tempo ou a Memória da Cidade
- II – A Cidade: espaço de atracção / espaço de rejeição
- III – A Cidade: o real e o imaginário
- IV – A Cidade e o Ambiente
- V – VÁRIA (Experiências didácticas em curso)

Esta acção realizar-se-á de duas formas distintas:

A. Jornadas presenciais a decorrer em Lisboa, no auditório da Biblioteca Nacional, nos dias 1, 2, 3, 4 e 5 de Junho;

B. Lançamento ao mesmo tempo, do curso de ensino a distância, a nível nacional, que reveste a forma de módulo didáctico de aprofundamento e actualização de conteúdos, ministrado por professores universitários de reconhecida competência.

Os interessados em inscrever-se nestas Jornadas deverão fazê-lo até 31 de Março (alternativa A) ou até 30 de Abril (alternativa A e B) contactando a sede da Universidade Aberta.

## **CENTED: Projectos Internacionais**

### **I) Programa *LINGUA***

Considerando a situação da língua portuguesa na Europa («das menos faladas e das menos ensinadas»), considerando ainda o trabalho desenvolvido pelo CENTED (Centro de Estudos de Ensino a Distância da Universidade Aberta) nos programas DELTA (Ao longo de dezanove meses a Universidade Aberta participou num projecto de investigação e desenvolvimento, OLE, inserido e

financiado pelo DELTA, que teve como objectivo geral testar, sob os pontos de vista pedagógico e tecnológico, formação profissional feita em estação de trabalho multimédia) e COMETT II, (ensino flexível a distância em suporte multimédia) foi decidido iniciar uma programação de fundo sobre as várias componentes de um referencial de competências linguísticas—um modelo aberto — a ser testado em projectos LINGUA (DIXIT, CECO A e ERCI).

### 1. ERCI—Empresas em Reuniões e Contactos Internacionais (projecto pilotado pelo CENTED-UA)

Decorreu na semana de 20 a 24 de Janeiro último, o 11º Salão de Línguas Vivas e Culturas — Expolangues/92, em Paris, tendo a Universidade Aberta participado com uma equipa e material diverso, integrado no *Stand* do Instituto Camões. A Universidade Aberta através do CENTED concorreu, dentro do mesmo certame, ao concurso INNOVALANGUES, apresentando o programa «FONOGRAFE» — plataforma multimédia para o ensino fonemático e grafemático da Língua Portuguesa em contexto de formação sobretudo em empresas.

O referido programa, realizado pela empresa SAF, obteve o 1º prémio — MENÇÃO PEDAGOGIA — na INNOVALANGUES e foi ainda apresnetado pela Profª Doutora Maria Emília Ricardo Marques na reunião DELTA-LINGUA, realizada em Londres.

### 2. CECO A — Projecto de Formação Profissional para o Comércio e Afins (Programa LINGUA — Acção III)

Visa o processo de ensino/aprendizagem do Português como língua estrangeira para fins específicos — Português Comercial. O objectivo primordial é a elaboração de material didáctico adequado ao ensino da língua de especialidade (comércio) num sistema de ensino a distância.

### 3. DIXIT (Forminter)

Este projecto visa a construção de um módulo multimédia para diagnóstico de níveis de competência (linguística e de comunicação). É constituído por material *video* e *scripto* onde se exemplificam situações características de cada patamar. Depois, através de baterias de testes, precisa-se o nível em que o aluno futuro se situa.

## II) Programa *COMMETT* — Projecto COSTEL

Este projecto piloto integra-se no programa comunitário europeu COMETT II, que visa a cooperação entre universidades e indústrias no que respeita à formação em tecnologia a partir de possíveis aplicações em serviço de formação e consultadoria.

Em Abril de 1992 decorreu uma *workshop* de dois dias sobre «Formação Flexível e a Distância — iniciativas nacionais». Prepara-se actualmente o segundo curso, também promovido pelo COSTEL-UA a decorrer em 1993. Estas iniciativas destinam-se a uma população-alvo de formadores de formadores, gestores de formação, formadores, professores.

## III) LEXICOMETRIA — Lexicologia quantitativa

Objectivos: análise informática e estatística de discursos didácticos mediatizados, incidentes em formas lexicais isoladas e em segmentos repetidos (diversidade de contextos frásicos e situações discursivas).

## IV) UNIVERSIDADE ABERTA — Toulouse Le Mirail

Projecto de elaboração de dois cursos *Société et Culture Française e Histoire de France* — assentes na realidade francesa, sobretudo actual.

## V) UNIVERSIDADE ABERTA — Nantes. Service de Formation Continue — Poitiers, OAVUP

Partindo de trabalhos feitos ou em curso, visa a articulação de emissões difundidas por satélite, cabo ou antena com um ensino assistido por computador (sistema S-VAO).

Para informações adicionais contactar

Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Emília Ricardo Marques  
Universidade Aberta - CENTED  
Rua da Escola Politécnica, 141-147  
1200 Lisboa Portugal  
Telf.: 397 23 34 / 397 08 10 - 397 32 29

## **XIV Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos**

Realiza-se em Coimbra (Auditório da Reitoria da Universidade e Faculdade de Letras) de 25 a 27 de Março o XIV Encontro da APEAA.

Na linha dos encontros anteriores, os trabalhos incluem conferências por especialistas estrangeiros, destacando-se a participação de membros da European Association for American Studies, e comunicações propostas por parte de investigadores e professores do ensino superior e politécnico.

Sendo de tema livre este Encontro constituirá pretexto para encontros vários: com a Literatura, a Linguística, a Cultura, a História, a Teoria Literária, a Teoria Crítica, etc.

## **Forum 93 / EUROFORMAÇÃO**

Vai realizar-se na FIL, de 21 a 23 de Abril, o 2º certame deste tipo, onde se reúnem operadores e público dos sistemas de formação profissional, em Portugal e na Europa. A Universidade Aberta estará representada com um *stand* próprio, expondo os materiais pedagógicos produzidos nesta área. Simultaneamente, decorrerá um programa temático abrangendo 3 dias, com os seguintes temas:

- As novas tecnologias e a educação/formação
- Economia, Emprego, Educação e Formação Profissional — uma sinergia em construção
- Políticas e instrumentos de apoio à formação profissional.

## **O Quotidiano na História Portuguesa**

Realiza-se na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, de 22 a 24 de Abril próximo, um Encontro Internacional subordinado ao tema «O Quotidiano na História Portuguesa», organizado pelo Departamento de História.

As questões em debate distribuem-se por várias áreas:

1. Do essencial ao supérfluo  
(alimentação, vestuário e habitação)

2. Ocupações e tempos livres  
(trabalho e divertimento)
3. Quotidianos diferentes  
(homem, mulher e criança)
4. Em torno do corpo  
(sexo, higiene, saúde e morte)
5. Em torno do espírito  
(religião e cultura)
6. O mundo animal  
(animais úteis e lúdicos)

#### ▣ IV Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas

A Associação Internacional de Lusitanistas surgiu em 1984, em França, na Universidade de Poitiers, onde se realizou o seu 1.º Congresso. Aí se reuniu mais de uma centena de lusitanistas, oriundos de diversas partes do globo, que tinham em comum o facto de, no ensino ou na investigação, a nível universitário, se dedicarem à cultura da língua portuguesa.

Como consta dos Estatutos, os objectivos que presidiram à fundação da AIL foram: «fomentar os estudos da língua, literatura e cultura dos países de língua portuguesa, organizar congressos e publicar as Actas, colaborar com instituições nacionais e estrangeiras» (artigo 3.º).

O 2.º Congresso realizou-se em 1987 na Universidade de Leeds e o 3.º, aquele que constituiu o passo decisivo na afirmação da AIL, teve lugar em Portugal (Universidade de Coimbra), país que é o centro aglutinador dos interesses culturais e científicos dos associados.

O 4.º Congresso da AIL realizar-se-á em Hamburgo, de 6 a 11 de Setembro do ano corrente, Congresso para o qual o número de inscrições atinge já mais de uma centena.

As comunicações já anunciadas versam temas variados, todos eles relacionados com Portugal, o Brasil, a África ou o Oriente: literatura medieval, clássica, moderna e contemporânea, literatura de viagens, literatura feminina, literatura comparada, literatura autobiográfica, literatura de tradição oral, diarística, teatro, tradução literária, história e cultura luso-judaica, cultura portuguesa,

linguística histórica, sociolinguística, pragmática, sintaxe, gramática de valências, gramática contrastiva, etc.

Os interessados em participar no Congresso devem enviar a sua correspondência à organizadora do Congresso, Doutora Maria de Fátima Brauer de Figueiredo, docente de Lusitanística na Universidade de Hamburgo, para o Departamento de Românicas (Romanisches Seminar, Universität Hamburg, Von-Melle-Park 6, D-2000 Hamburg 13) ou para o endereço particular (Feldbrunnenstrasse 34, D-2000 Hamburg 13).

Direcção, secretariado e assinaturas

Universidade Aberta – Delegação de Coimbra

Rua Dr. António José de Almeida, 25 - r/c

3000 COIMBRA (Portugal)

Telefone (039) 33300

Telefax (039) 29547

A Direcção e Redacção tomarão em consideração, para eventual publicação, todos os originais que lhes forem remetidos, preferentemente de acordo com a política editorial da revista. Serão também objecto de apreciação livros para resenha e notícia. Aceita-se permuta.

Número avulso: 850\$00

Assinatura anual (3 números)

Portugal: 2 400\$00

Estrangeiro: Europa: \$30 dólares

Outros continentes: \$40 dólares

Cheques em nome de *Discursos/Universidade Aberta*

Capa: *Rocha de Sousa*

Edição e propriedade

Universidade Aberta

Arranjo Gráfico: G.C. – Gráfica de Coimbra, Lda

Depósito Legal nº 55225/92

ISSN: 0872-0738